

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2025 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – IPSJBV.

Aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis às 09h02min (nove horas e dois minutos) reuniram-se na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista – IPSJBV, sito à Rua Senador Saraiva, 136 – Centro, nomeados pela Portaria nº 056/2023, estando presentes os membros efetivos: **SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO** (Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **EDNÉIA RIDOLFI** (certificada pela ANBIMA CPA 10; Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV III); **VALDEMIR SAMONETTO** (certificado Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO** (Instituto Totum CP RPPS DIRIG I e Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **JOÃO HENRIQUE DE SOUZA** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I e Instituto Totum CP RPPS CG INV I) e o membro suplente **CIRONEI BORGES DE CARVALHO** (certificado pela ANBIMA CPA 10 e Instituto Totum CP RPPS CG INV I). O Superintendente observando haver quórum, iniciou a reunião: **1) CURSO REALIZADO PELO MAGMA** – Os Srs. Cironei (Comitê de Investimentos) e Luis Carlos (Conselho Fiscal) representaram o Instituto no evento promovido pela Magma Assessoria Atuarial sobre o curso "Gestão Atuarial em Defesa dos RPPS e do Regime Estatutário", realizado em Piracicaba-SP, em 17/12/2025, das 8h às 18h. Na reunião, o Superintendente apresentou o relatório elaborado pelos participantes, com o objetivo de compartilhar informações relevantes sobre o tema (doc. anexo 3). Houve debate entre os membros a partir das informações apresentadas. Nesse contexto, reforçou-se a busca pelo equilíbrio atuarial, sugerindo-se o aumento da alíquota patronal para 28%, a inclusão de alíquota suplementar para professores e contratações de novos servidores para embasar o cálculo da geração futura. Destacou-se a necessidade de cronograma de reposição para os próximos 10 anos, fazer um estudo e apresentar ao executivo, sobre a possibilidade de contratar servidores de carreiras nas áreas administrativas, sanando ao longo de 10 anos (10% a.a.), a contratação de terceirizados. Discutiu-se, ainda, a contratação de atuário via concurso público pelo próprio Instituto e o estudo para implantação de empréstimo consignado pelo Instituto de Previdência. **2) SENTENÇA DO TRIBUNAL DE CONTAS REFERENTE O EXERCÍCIO DE 2024** – Durante a apresentação dos resultados da auditoria do Tribunal de Contas, referente ao exercício de 2024 (doc. anexo 4), o Superintendente destacou a gestão dos investimentos do Instituto. O Sr. Samy Urmam reforçou que o monitoramento constante da carteira pelo Comitê permitiu que o São João Prev ficasse próximo de bater a meta naquele ano, mesmo diante da instabilidade macroeconômica que afetou o setor previdenciário global. Além disso, relatou também a marca de 100% dos membros do Comitê devidamente certificados. **3) DIA DO APOSENTADO** – O Superintendente reportou a celebração do Dia do Aposentado, realizada em 23 de janeiro de 2026, por meio de um café comemorativo viabilizado em parceria com o Credivista. O evento, que contou com a presença de 80 servidores ao longo do dia, cumpriu o papel de promover a integração e o reconhecimento dos beneficiários, reforçando o compromisso social do Instituto. **4) CONSIGNADO MARGEM** – O Superintendente apresentou ao Comitê a questão da margem para empréstimos consignados, conforme previsto na Lei Municipal nº 5.040/2022, que estabelece o limite de 35% da renda líquida do servidor. A norma não especifica, contudo, o que se considera como proventos, o que tem permitido que muitos servidores contratem tais empréstimos com base em parcelas gratificadas, de comissão, horas extras ou outras verbas não incorporadas aos proventos de aposentadoria. Como resultado, ocorrem desaverbações frequentes ao processar os empréstimos no holerite do aposentado. Assim,



faz-se necessária a revisão da lei de consignados, com a explícita definição das parcelas que compõem a renda do servidor para cálculo da margem e que serão integralizadas na aposentadoria.

5) EXTRATO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – Cumprido o prazo de vigência do CRC, não foi possível emitir outro em vigência devido a pendências relacionadas à Previdência Complementar, conforme informado pelo Superintendente aos membros do Comitê. A equipe do Instituto contatou o Ministério da Previdência pelos canais disponíveis e constatou que a irregularidade decorria da falta de operacionalização junto à FIPECQ — entidade credenciada pela PREVIC e contratada pelo São João Prev para gerir as contribuições da previdência complementar. Seguindo as orientações recebidas, a pendência foi atualizada para a situação “em análise”, o que permitiu ao IPSJBV obter o CRP de forma temporária, pelo período de 30 dias, para providenciar a documentação necessária à regularização das inscrições dos servidores contratados desde julho de 2023. **6) REPASSE DO APORTE DE IR DA PREFEITURA** – O Superintendente comunicou, ainda, o repasse do aporte efetuado pela Prefeitura, no valor de R\$ 2.215.796,18 para a conta 75.190-1, no Banco do Brasil (**doc. anexo 5**). **7) FLUXO DE LIQUIDEZ DO PLANO PREVIDENCIÁRIO** – A pedido do Superintendente, a Diretora Administrativa/Financeira elaborou e atualiza mensalmente uma planilha para controle do fluxo de liquidez dos fundos do Plano Previdenciário. Considerando que a carteira previdenciária está alocada em cerca de 80% em títulos públicos e em razão da recente segregação de massas pela Lei nº 5.531, de 16/09/2025, os membros do Comitê deliberaram, por unanimidade, pelo acompanhamento da utilização dos recursos capitalizados, em consonância com o patrimônio atualizado e as entradas dos títulos que vencerão nos próximos cinco anos (**doc. anexo 2**). Pois somente após esse período será possível utilizar o valor capitalizado pelos repasses de aportes da Prefeitura. Por meio desse controle, a gestão do São João Prev buscará, junto aos entes federativos, medidas para o equilíbrio entre ativo e passivo, de modo a honrar o pagamento dos benefícios. **8) CERTIFICAÇÕES PROFISSIONAIS** – A Diretora Administrativa/Financeira informou ter realizado o levantamento da validade das certificações dos membros. Destacou que vencem os certificados de CPA-10 de Ednéia Ridolfi (29/06/2026) e Cironei Borges de Carvalho (11/12/2026), enquanto a certificação profissional vence apenas para o Sr. Valdemir Samonetto (24/11/2026). Diante das recentes alterações em ambas as certificações, a Sra. Ednéia se prontificou a pesquisar os trâmites para atualizá-las. **9) CENÁRIO ECONÔMICO** – **a)** Nesta sexta-feira (30/01/2026), o mercado financeiro brasileiro viveu fortes contrastes: o Ibovespa recuou 0,84%, fechando em 183.133 pontos após sequência de recordes, com máxima intradia histórica de 186.449 pontos pela manhã; o acumulado de janeiro segue positivo em 13,66%. O otimismo veio do Copom, que manteve a Selic em 15% mas sinalizou explicitamente corte em março, derrubando juros futuros (DIs) em até 10 pontos-base e valorizando ativos de renda fixa — notícia positiva para RPPS, com alta na marcação a mercado de títulos públicos como NTN-Bs e NTN-Fs (IMA-B 5+ +0,3433%; IMA-B +0,2620%; IMA-B 5 +0,1590%; IRF-M +0,1940%; IRF-M 1 +0,0594%); gestores devem considerar travar taxas reais elevadas antes do ciclo de queda. A realização de lucros foi saudável, com Vale (VALE3 +0,51%) e Petrobras (PETR4 +0,96%) como suportes principais, impulsionadas por produção sólida e alta do petróleo, enquanto bancos (Santander SANB11 -1,47%) e varejo (Magazine Luiza MGLU3 -3,57%) puxaram para baixo. O dólar comercial caiu 0,22% para R\$ 5,193, resiliente graças ao diferencial de juros Brasil-EUA, ajudando no controle inflacionário. Globalmente, Wall Street mostrou azedume: Big Techs castigadas pela desaceleração em IA/nuvem (Microsoft -12%), risco de shutdown pelo bloqueio no Senado a pacote de gastos e críticas de Trump ao Fed (chamando Powell de "idiota"); bolsas mistas (Dow Jones +0,11%; S&P 500 -0,13%; Nasdaq -0,72%), com ouro subindo pela 8ª sessão em busca



de proteção, gerando saída pontual de capital estrangeiro que pesou no Ibovespa. Analogia: o mercado brasileiro é como um carro potente em ladeira, com motor interno forte (Copom) compensando combustível "batizado" de fora (EUA). Para sexta, agenda inclui desemprego no Brasil e IPP nos EUA, testando se o Ibovespa retoma os 186 mil pontos. Fonte: R3 Investimentos.

b) O Banco Central (BC) manteve a Selic em 15% ao ano, sem surpresas, mas sinalizou o início de cortes na próxima reunião do Copom, em março. A decisão unânime, tomada com dois diretores ausentes, reflete desaceleração na atividade econômica, mercado de trabalho aquecido e prévia de inflação de janeiro abaixo do esperado; a projeção para o IPCA em 18 meses (3º trimestre de 2027) é de 3,2%, próxima ao centro da meta de 3%, considerando câmbio a R\$ 5,35. A desvalorização recente do dólar — motivada pelas políticas cíclicas de Donald Trump em economia, comércio e geopolítica — é tendência global que mitiga pressões inflacionárias no Brasil, com o câmbio no menor nível desde maio de 2024 e perspectivas de R\$ 5,00. Estrangeiros injetaram na B3, em menos de 30 dias de 2026, mais da metade do fluxo de todo 2025, atraídos pelo diferencial de juros Brasil-EUA (3,5%-3,75% a.a.), desempenho do agronegócio, oferta de energia limpa, recuo americano em tarifas e acordo Mercosul-UE. O mercado, animado, antecipa cortes ambiciosos, embora o BC condicione o ritmo à evolução dos indicadores; a ata, a ser divulgada na próxima semana, será crucial. Certamente inicia-se um ciclo de quedas na Selic, beneficiando ativos de renda fixa e planejamento de RPPS, apesar do contexto fiscal expansionista do governo Lula, que elevou os juros ao patamar mais alto desde 2006. Fonte: Notas e Informações. Estadão S. Paulo – Economia&Negócios (B6), sexta-feira, 30 de janeiro de 2026.

10) ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS – Embora a Diretora Administrativa/Financeira tenha apresentado previamente ao Comitê, via informação técnica nº 012/2026, um relatório do sistema de gestão com a performance da carteira do Instituto em janeiro (**doc. anexo 1**), foi acessado a plataforma Atlas durante a reunião. Assim, os membros do Comitê constataram um retorno consolidado de R\$ 2.227.556,22 e um patrimônio consolidado de R\$ 254.018.707,70 na data de 28/01/2026.

11) MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS – Informou-se a abertura do Processo Administrativo nº 097/2026, em 21/01/2026, para registro da compra de títulos NTN-B com vencimento em 2030, conforme deliberado pelo Comitê em reunião anterior. A Diretora demonstrou a nota de negociação (**doc. anexo 6**), comprovando a liquidação da NTN-B 2030 à taxa de 7,9110%, no valor de R\$ 2.221.415,38. Os recursos provêm do aporte da Prefeitura.

12) MATERIAL PARA ANÁLISE – A Diretora compartilhou com os membros do Comitê diversos recortes de jornais e revistas (**doc. anexo 8**), além dos relatórios macroeconômicos fornecidos pela consultoria, referentes ao 4º trimestre e 2º semestre de 2025 e a janeiro de 2026 (**doc. anexo 7**). Compartilhou, ainda, um quadro que demonstra, por enquadramento, as alocações por nível do Pró-Gestão, conforme a Resolução CMN nº 5.272/2025 (**doc. anexo 9**).

13) RELATÓRIO ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO e PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – Nesta reunião, o Comitê de Investimentos analisou o Relatório Administrativo e Financeiro referente a dezembro de 2025 (**doc. anexo 10**), disponibilizado via plataforma 1Doc pela Informação Técnica nº 035/2025. Após exame, os membros confirmaram a conformidade das informações e dados com as ocorrências registradas, sem ressalvas ou dúvidas, aprovando o relatório por unanimidade. O parecer do Comitê sobre o documento será anexado a esta ata para registro e assinaturas.

14) CREDENCIAMENTO DE FUNDOS – A Diretora preparou e encaminhou antecipadamente cinco processos para renovação de credenciamento de fundos de investimento, que foram os seguintes: **Processo nº 085/2026** – SICREDI FIM BOLSA AMERICANA LP; **Processo nº 086/2026** – BB PREV RF IMA-B FI; **Processo nº 087/2026** – BB PREV REFERENCIADO DI PERFIL FIC FI; **Processo nº 088/2026** – CAIXA



BRASIL REFERENCIADO DI LP e Processo nº 089/2026 – BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM. Conforme acordado em reunião anterior, os membros do Comitê de Investimentos emitiram despacho em cada processo, deliberando pela aprovação e homologação dos credenciamentos. Diante das manifestações unânimes do Comitê, os processos foram encaminhados para análise e aprovação do Conselho Administrativo, com deliberação final na reunião online e extraordinária de 30/01/2026. Nada mais havendo a ser tratado na presente reunião foi a mesma encerrada no mesmo dia e local às 11h, e eu, Ednéia Ridolfi, na qualidade de secretária do Comitê de Investimentos, anotei e digitei a presente ata que segue assinada por mim e por todos os presentes. São João da Boa Vista – SP, aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis (30/01/2026).

SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO
(membro presidente)

EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)

VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)

CIRONEI BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)



PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – 12/2025

Após o encaminhamento do Relatório Administrativo/Financeiro referente ao fechamento do mês de dezembro de 2025, os membros do Comitê de Investimentos verificaram que o Instituto de Previdência registrou uma rentabilidade positiva de R\$ 2.292.249,56, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de **R\$ 242.738.982,66**.

A Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2025 do Instituto de Previdência foi mantida em IPCA+5,16%, o IPSJBV obteve o rendimento/retorno positivo de 0,94% no mês de dezembro, enquanto a meta mensal foi de 0,75% para toda a carteira no mês.

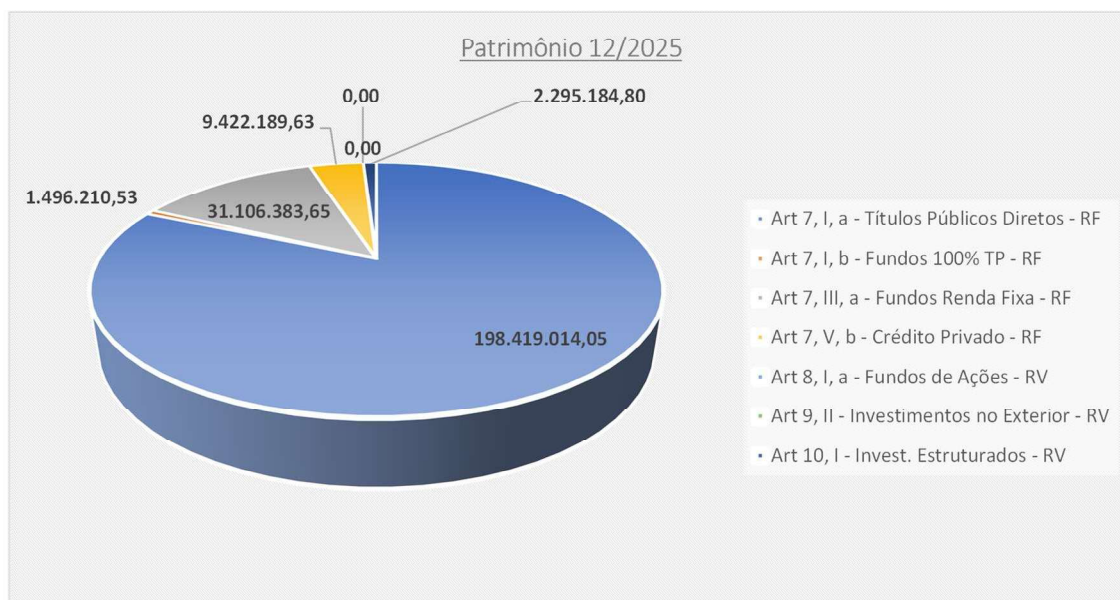
Com relação ao demonstrativo de 2025, foi analisado o comparativo dos Investimentos versus a Meta Atuarial (mês a mês, conforme tabela abaixo).

Mês	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
janeiro	226.216.989,50	2.310.034,18	2.310.034,18	1,02%	1,02%	0,58%	0,58%
fevereiro	229.129.695,26	2.321.094,19	4.631.128,37	1,01%	2,03%	1,74%	2,33%
março	231.835.126,36	2.223.478,85	6.854.607,23	0,96%	3,02%	0,98%	3,33%
abril	233.227.058,55	2.478.979,37	9.333.586,60	1,05%	4,10%	0,85%	4,21%
maio	236.245.800,17	2.357.903,90	11.691.490,50	0,99%	5,13%	0,68%	4,92%
junho	238.148.685,54	1.986.518,88	13.678.009,38	0,83%	6,00%	0,66%	5,62%
julho	241.416.696,81	2.286.151,37	15.964.160,75	0,94%	7,00%	0,68%	6,34%
agosto	238.900.782,55	1.984.975,70	17.949.136,45	0,81%	7,86%	0,31%	6,66%
setembro	241.921.358,57	2.265.180,46	20.214.316,91	0,93%	8,87%	0,90%	7,63%
outubro	242.597.682,88	2.489.826,02	22.704.142,92	1,01%	9,97%	0,51%	8,18%
novembro	239.672.228,04	1.793.105,30	24.497.248,22	0,73%	10,77%	0,60%	8,83%
dezembro	242.738.982,66	2.292.249,56	26.789.497,78	0,94%	11,82%	0,75%	9,64%

Na sequência foi analisada a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo em valores e porcentagens, confrontada com a Política de Investimentos para 2025.



PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, I, a - Títulos Públicos Diretos - RF	198.419.014,05	1.732.951,40	81,74%	66,00%	100,00%	IPCA + 5,16
Art 7, I, b - Fundos 100% TP - RF	1.496.210,53	8.437,22	0,62%	2,00%	100,00%	Meta do Mês
Art 7, III, a - Fundos Renda Fixa - RF	31.106.383,65	400.529,02	12,81%	15,00%	70,00%	0,94%
Art 7, V, b - Crédito Privado - RF	9.422.189,63	113.927,37	3,88%	2,00%	10,00%	Rentabilidade
Art 8, I, a - Fundos de Ações - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	40,00%	0,75%
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	Acima da meta
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	2.295.184,80	36.404,55	0,95%	5,00%	10,00%	0,19%
TOTAL	242.738.982,66	2.292.249,56	100,00%	100,00%		



O Comitê de Investimentos procedeu à análise do demonstrativo dos ativos que compõem a carteira do São João Prev, conforme apresentado no Relatório Administrativo-Financeiro relativo ao fechamento do mês de dezembro de 2025. O referido relatório contemplou informações detalhadas por segmento e classe de ativos, incluindo avaliações de riscos, movimentações e rentabilidades.

Em todas as reuniões ordinárias do Comitê, é apresentado o desempenho dos investimentos do período em curso, com acesso aos sistemas da LDB Consultoria Financeira e da plataforma Atlas Gestão de Investimentos, assegurando transparência e embasamento técnico às deliberações.



As pautas e deliberações do Comitê de Investimentos referentes ao mês de dezembro encontram-se formalmente registradas nas respectivas atas, as quais estão disponibilizadas no site institucional, por meio do endereço: <https://www.saojoaprev.sp.gov.br/estrutura-administrativa-atas/comite-de-investimentos/grupos>.

Para a conclusão do presente parecer, ressalta-se que as análises e estratégias adotadas pelo Comitê objetivam a adequada conformidade da carteira com os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos vigente para o exercício, considerando o cenário macroeconômico e a evolução dos ativos. Tal abordagem visa o cumprimento da meta atuarial estabelecida, resguardando a carteira do IPSJBV contra exposição a riscos superiores aos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, que regulamenta as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO
(membro presidente)

EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)

JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)

VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)

CIRONEI BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)



LISTA DE PRESENÇA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS


A presente lista tem por finalidade registrar as presenças e ausências dos membros do Comitê de Investimentos nas reuniões do exercício de 2026, assim como para pagamento de jeton.


Data da reunião: 30 / 01 / 26.

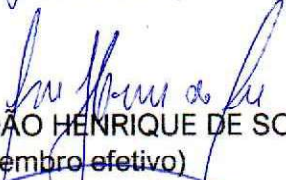
Hora de início: 09 : 02.

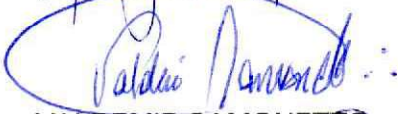
Hora de término: 11 : 00.

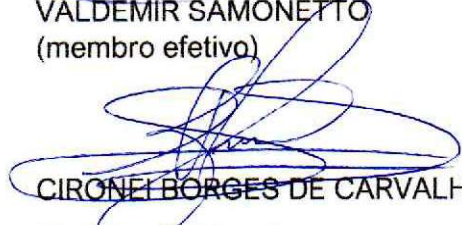

SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO
(membro presidente)


EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)


JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)


JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)


VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)


CIRONEL BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FF2E-BAF3-A99B-6452

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 06/02/2026 14:41:35 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ VALDEMIR SAMONETTO (CPF 870.XXX.XXX-68) em 06/02/2026 15:04:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 06/02/2026 15:49:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOÃO HENRIQUE DE SOUZA (CPF 293.XXX.XXX-12) em 09/02/2026 08:35:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ CIRONEI BORGES DE CARVALHO (CPF 016.XXX.XXX-98) em 09/02/2026 08:37:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO (CPF 173.XXX.XXX-93) em 11/02/2026 10:16:53
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/FF2E-BAF3-A99B-6452>

Informação Técnica 5- 013/2026

De: Ednéia R. - DIR - ADMF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 06/02/2026 às 14:39:56

Setores envolvidos:

DIR - ADMF, COMINVEST, SUP

Atas do Comitê de Investimentos no ano 2026

Segue anexo para composição da ata todo o material discutido na 2ª reunião ordinária, realizada no dia 30/01/2026.

Atenciosamente.

—

Ednéia Ridolfi

Diretora Administrativa/Financeira

Anexos:

- 01_0_anexo1.pdf
- 01_1_INVESTIMENTOS_01_2026.pdf
- 02_0_anexo2.pdf
- 02_1_QUADRO_FLUXO_PP.pdf
- 02_2_CARTEIRA_GERAL_PP.pdf
- 02_3_TITULOS_PUBLICOS_PP.pdf
- 03_0_anexo3.pdf
- 03_1_RELATORIO_DO_CURSO_DE_CALCULO_ATUARIAL_17_nov_2025.pdf
- 04_0_anexo4.pdf
- 04_1_Sentenca_TCE_SP_2024_investimentos.pdf
- 05_0_anexo5.pdf
- 05_1_REPASSE_APORTE_IR_75190_1.pdf
- 06_0_anexo6.pdf
- 06_1_BGC_Liquidez_Nota_de_Negociacao_NTN_F_2030_APORTE.pdf
- 07_0_anexo7.pdf
- 07_1_Relatorio_Macroeconomico_Janeiro_de_2026.pdf
- 07_2_Relatorio_Macroeconomico_4_Trimestre_de_2025.pdf
- 07_3_Relatorio_Macroeconomico_2_Semestre_de_2025.pdf
- 08_0_anexo8.pdf
- 08_1_ESTADAO_27_01_2025_MASTER_KPMG.pdf
- 08_2_ESTADAO_27_01_2025_STJ_AUDITORES.pdf
- 08_3_ESTADAO_28_01_2025_PRESIDENTE_BC_NAO_INTERVIU.pdf
- 08_4_ESTADAO_29_01_2025_BOLSA_BATE_RECORDE.pdf
- 08_5_ESTADAO_29_01_2025_BC_MANTEM_SELIC.pdf
- 08_6_ESTADAO_29_01_2025_RENDAFIXA_DIVERSIFICACAO.pdf
- 08_7_XP_BTG_e_Nubank_sao_alvo_de_acao_judicial_no_caso_Master_Estadao_E_Investidor.pdf
- 09_0_anexo9.pdf
- 09_1_QUADRO_SEGMENTO_PRO_GESTAO.pdf
- 10_0_anexo10.pdf
- 10_1_RELATORIO_ADM_FINANCEIRO_12_2025.pdf





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 57D9-F1FD-67C4-9A88

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 06/02/2026 14:41:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ VALDEMIR SAMONETTO (CPF 870.XXX.XXX-68) em 06/02/2026 15:05:43 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 06/02/2026 15:25:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ CIRONEI BORGES DE CARVALHO (CPF 016.XXX.XXX-98) em 09/02/2026 08:03:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ JOÃO HENRIQUE DE SOUZA (CPF 293.XXX.XXX-12) em 09/02/2026 08:06:09 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO (CPF 173.XXX.XXX-93) em 11/02/2026 10:16:31 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

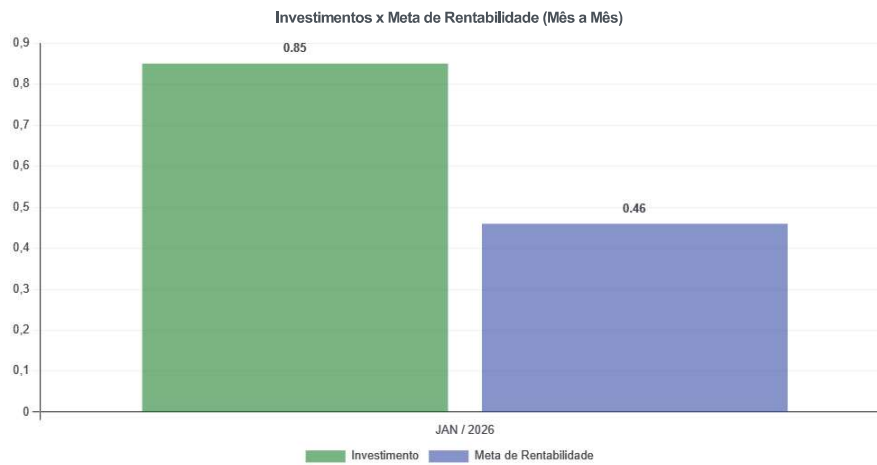
<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/57D9-F1FD-67C4-9A88>

ANEXO Nº 1

Retorno - Plano Financeiro | Plano Previdenciário | Taxa de Administração | Fundo de Oscilação | Aporte PP- Lei nº 5.531/2025

A Última Posição considera a situação atual da carteira para o mês cujas movimentações estão em preenchimento. Portanto, não refletem a posição de fechamento.

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Aplicações Acumuladas (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Resgates / Amortizações Acumuladas (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (R\$)	Meta Acum (R\$)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	242.738.982,66	22.512.537,80	22.512.537,80	13.460.368,98	13.460.368,98	253.904.557,90	2.113.406,42	2.113.406,42	0,85%	0,85%	1.145.903,20	1.145.903,20	0,46%	0,46%	186,42%



Investimentos x Meta de Rentabilidade (Acumulado)

Kenda Fixa

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.460.906,60	0,00	0,00	4.493.401,23	32.494,63	0,73%	--	--
	NTN-B 760199 20260815 / 954557	5.308.847,49	0,00	0,00	5.359.098,15	50.250,66	0,95%	--	--
	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6.437.259,15	0,00	0,00	6.485.783,08	48.523,93	0,75%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.434.174,66	0,00	0,00	5.474.656,13	40.481,47	0,74%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5.363.650,57	0,00	0,00	5.404.214,59	40.564,02	0,76%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 954558	5.261.104,56	0,00	0,00	5.306.844,67	45.740,11	0,87%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.424.980,56	0,00	0,00	5.465.237,79	40.257,23	0,74%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.418.370,56	0,00	0,00	5.457.993,02	39.622,46	0,73%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 1125783	2.015.713,48	0,00	0,00	2.032.848,67	17.135,19	0,85%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 1151691	0,00	4.403.758,39	0,00	4.431.174,29	27.415,90	0,66%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 1161022	0,00	2.221.415,39	0,00	2.225.282,71	3.867,32	0,20%	--	--
	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.262.272,56	0,00	0,00	2.279.287,44	17.014,88	0,75%	--	--
	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.408.157,22	0,00	0,00	8.469.643,98	61.486,76	0,73%	--	--
	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11.741.352,52	0,00	0,00	11.825.032,90	83.680,38	0,71%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4.467.539,02	0,00	0,00	4.499.158,20	31.619,18	0,71%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.191.160,80	0,00	0,00	2.206.542,66	15.381,86	0,70%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.206.481,11	0,00	0,00	4.237.338,63	30.857,52	0,73%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.593.822,53	0,00	0,00	5.633.413,08	39.590,55	0,71%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.252.445,25	0,00	0,00	2.268.294,87	15.849,62	0,70%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.245.803,54	0,00	0,00	3.269.663,58	23.860,04	0,74%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 994217	2.564.097,31	0,00	0,00	2.584.668,79	20.571,48	0,80%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.594.896,33	0,00	0,00	5.634.454,82	39.558,49	0,71%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.192.184,08	0,00	0,00	2.207.604,02	15.419,94	0,70%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.530.241,04	0,00	0,00	4.563.442,23	33.201,19	0,73%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 994218	2.567.492,40	0,00	0,00	2.588.065,18	20.572,78	0,80%	--	--
	NTN-F 950199 20270101 / 940553	10.674.803,56	0,00	515.958,35	10.264.723,06	105.877,85	1,04%	--	--

	NTN-F 950199 20290101 / 940554	10.651.808,69	0,00	550.319,78	10.207.159,10	105.870,19	1,05%	--	--
	NTN-F 950199 20310101 / 1017894	4.263.511,00	0,00	222.275,50	4.079.899,99	38.664,49	0,95%	--	--
	NTN-F 950199 20310101 / 1102179	2.045.906,61	0,00	107.037,81	1.957.557,39	18.688,59	0,96%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.163.857,33	0,00	0,00	2.179.449,98	15.592,65	0,72%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.281.769,95	0,00	0,00	5.321.071,57	39.301,62	0,74%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.218.236,42	0,00	0,00	3.242.483,31	24.246,89	0,75%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 954559	5.117.325,06	0,00	0,00	5.162.711,72	45.386,66	0,89%	--	--
	NTN-B 760199 20320815 / 883914	5.529.277,03	0,00	0,00	5.572.595,69	43.318,66	0,78%	--	--
	NTN-B 760199 20320815 / 920218	5.241.715,05	0,00	0,00	5.287.290,94	45.575,89	0,87%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.595.000,21	0,00	0,00	5.634.576,30	39.576,09	0,71%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.256.453,91	0,00	0,00	2.272.314,38	15.860,47	0,70%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.246.663,16	0,00	0,00	3.270.506,43	23.843,27	0,73%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 994219	2.563.435,02	0,00	0,00	2.584.029,47	20.594,45	0,80%	--	--
	NTN-B 760199 20330515 / 920219	10.474.479,67	0,00	0,00	10.564.767,10	90.287,43	0,86%	--	--
	NTN-F 950199 20350101 / 994220	2.550.355,66	0,00	144.181,34	2.430.006,44	23.832,12	0,99%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.278.196,98	0,00	0,00	5.317.446,06	39.249,08	0,74%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.214.884,01	0,00	0,00	3.239.153,36	24.269,35	0,75%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.108.581,39	0,00	0,00	2.124.260,70	15.679,31	0,74%	--	--
07861554000122	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO	1.152.359,90	0,00	1.148.411,53	0,00	-3.948,37	-0,34%	0,53%	0,28
13077418000149	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DE LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	18.555.806,07	11.483.630,90	4.867.720,57	25.412.756,65	241.240,25	1,02%	1,03%	0,05
42592315000115	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUTOMÁTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	0,00	4.403.733,13	4.405.608,75	0,00	1.875,62	0,09%	0,82%	--
10783480000168	DAYCOVAL CLASSIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	4.716.165,55	0,00	0,00	4.764.899,99	48.734,44	1,03%	1,03%	0,05
03737206000197	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DE LONGO PRAZO	2.471.935,14	0,00	0,00	2.496.650,73	24.715,59	1,00%	1,00%	0,05
20441483000177	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	4.706.024,08	0,00	0,00	4.755.358,40	49.334,32	1,05%	1,05%	0,05
21838150000149	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIM	1.496.210,53	0,00	1.498.855,35	0,00	2.644,82	0,18%	1,08%	0,13
03399411000190	BRANCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DE PREMIUM	8.926.482,54	0,00	0,00	9.021.501,82	95.019,28	1,06%	1,06%	0,05
Total Renda Fixa		240.443.797,86	22.512.537,80	13.460.368,98	251.566.315,29	2.070.348,61	0,82%		

Estruturados

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
24633818000100	SICREDI - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO BOLSA AMERICANA LONGO PRAZO	2.295.184,80	0,00	0,00	2.338.242,61	43.057,81	1,88%	1,88%	--
Total Estruturados		2.295.184,80	0,00	0,00	2.338.242,61	43.057,81	1,88%		

ANEXO Nº 2



São João Prev
Juntos garantindo o futuro!
Autarquia Municipal Criada
pela Lei 1.133 de 27/06/2003

SÃO JOÃO PREV - CNPJ 05.774.894/0001-90



FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS - PLANO PREVIDENCIÁRIO

Competência	Vencto TP (+)	Cupom TP (+)	Insuficiência (-) corrigida 5% a.a.	Investimentos
Saldo final 12/2025				25.764.362,54
NTN-F_01/2026		1.200.000,00	-2.600.000,00	26.964.362,54
NTN-B.par_02/2026		2.500.000,00	-2.600.000,00	26.864.362,54
.03/2026			-2.600.000,00	24.264.362,54
.04/2026			-2.600.000,00	21.664.362,54
NTN-B.impar_05/2026		2.000.000,00	-2.600.000,00	21.064.362,54
.06/2026			-2.600.000,00	18.464.362,54
Adiant. 13º/2026			-1.300.000,00	17.164.362,54
NTN-F_07/2026		1.200.000,00	-2.600.000,00	15.764.362,54
NTN-B.par.08/2026	16.000.000,00	2.500.000,00	-2.600.000,00	31.664.362,54
.09/2026			-2.600.000,00	29.064.362,54
.10/2026			-2.600.000,00	26.464.362,54
NTN-B.impar_11/2026		2.000.000,00	-2.600.000,00	25.864.362,54
.12/2026			-2.600.000,00	23.264.362,54
.13/2026			-1.300.000,00	21.964.362,54
NTN-F_01/2027	10.300.000,00	1.200.000,00	-2.730.000,00	30.734.362,54
NTN-B.par_02/2027		2.500.000,00	-2.730.000,00	30.504.362,54
.03/2027			-2.730.000,00	27.774.362,54
.04/2027			-2.730.000,00	25.044.362,54
NTN-B.impar_05/2027	16.000.000,00	2.000.000,00	-2.730.000,00	40.314.362,54
.06/2027			-2.730.000,00	37.584.362,54
Adiant. 13º/2027			-1.365.000,00	36.219.362,54
NTN-F_07/2027		1.200.000,00	-2.730.000,00	34.689.362,54
NTN-B.par.08/2027		2.500.000,00	-2.730.000,00	34.459.362,54
.09/2027			-2.730.000,00	31.729.362,54
.10/2027			-2.730.000,00	28.999.362,54
NTN-B.impar_11/2027		2.000.000,00	-2.730.000,00	28.269.362,54
.12/2027			-2.730.000,00	25.539.362,54
.13/2027			-1.365.000,00	24.174.362,54
NTN-F_01/2028		1.200.000,00	-2.866.500,00	22.507.862,54
NTN-B.par_02/2028		2.500.000,00	-2.866.500,00	22.141.362,54
.03/2028			-2.866.500,00	19.274.862,54
.04/2028			-2.866.500,00	16.408.362,54
NTN-B.impar_05/2028		2.000.000,00	-2.866.500,00	15.541.862,54
.06/2028			-2.866.500,00	12.675.362,54
Adiant. 13º/2028			-1.433.250,00	11.242.112,54
NTN-F_07/2028		1.200.000,00	-2.866.500,00	9.575.612,54
NTN-B.par.08/2028	16.000.000,00	2.500.000,00	-2.866.500,00	25.209.112,54
.09/2028			-2.866.500,00	22.342.612,54
.10/2028			-2.866.500,00	19.476.112,54
NTN-B.impar_11/2028		2.000.000,00	-2.866.500,00	18.609.612,54
.12/2028			-2.866.500,00	15.743.112,54
.13/2028			-1.433.250,00	14.309.862,54





São João Prev
Juntos garantindo o futuro!
Autarquia Municipal Criada
pela Lei 1.133 de 27/06/2003

SÃO JOÃO PREV - CNPJ 05.774.894/0001-90



NTN-F_01/2029	10.300.000,00	1.200.000,00	-3.009.825,00	22.800.037,54
NTN-B.par_02/2029		2.500.000,00	-3.009.825,00	22.290.212,54
.03/2029			-3.009.825,00	19.280.387,54
.04/2029			-3.009.825,00	16.270.562,54
NTN-B.impar_05/2029	10.800.000,00	2.000.000,00	-3.009.825,00	26.060.737,54
.06/2029			-3.009.825,00	23.050.912,54
Adiant.13º/2029			-1.504.912,50	21.546.000,04
NTN-F_07/2029		1.200.000,00	-3.009.825,00	19.736.175,04
NTN-B.par.08/2029		2.500.000,00	-3.009.825,00	19.226.350,04
.09/2029			-3.009.825,00	16.216.525,04
.10/2029			-3.009.825,00	13.206.700,04
NTN-B.impar_11/2029		2.000.000,00	-3.009.825,00	12.196.875,04
.12/2029			-3.009.825,00	9.187.050,04
.13/2029			-1.504.912,50	7.682.137,54
NTN-F_01/2030		1.200.000,00	-3.160.316,25	5.721.821,29
NTN-B.par_02/2030		2.500.000,00	-3.160.316,25	5.061.505,04
.03/2030			-3.160.316,25	1.901.188,79
.04/2030			-3.160.316,25	-1.259.127,46
NTN-B.impar_05/2030		2.000.000,00	-3.160.316,25	-2.419.443,71
.06/2030			-3.160.316,25	-5.579.759,96
Adiant.13º/2030			-1.580.158,13	-7.159.918,09
NTN-F_07/2030		1.200.000,00	-3.160.316,25	-9.120.234,34
NTN-B.par.08/2030	10.500.000,00	2.500.000,00	-3.160.316,25	719.449,41
.09/2030			-3.160.316,25	-2.440.866,84
.10/2030			-3.160.316,25	-5.601.183,09
NTN-B.impar_11/2030		2.000.000,00	-3.160.316,25	-6.761.499,34
.12/2030			-3.160.316,25	-9.921.815,59
.13/2030			-1.722.980,11	-11.644.795,70
NTN-F_01/2031	4.100.000,00	1.200.000,00	-3.318.332,06	-9.663.127,76
NTN-B.par_02/2031		2.500.000,00	-3.318.332,06	-10.481.459,82
.03/2031			-3.318.332,06	-13.799.791,88
.04/2031			-3.318.332,06	-17.118.123,95
NTN-B.impar_05/2031		2.000.000,00	-3.318.332,06	-18.436.456,01
.06/2031			-3.318.332,06	-21.754.788,07
Adiant.13º/2031			-1.809.129,12	-23.563.917,19
NTN-F_07/2031		1.200.000,00	-3.318.332,06	-25.682.249,25
NTN-B.par.08/2031		2.500.000,00	-3.318.332,06	-26.500.581,32
.09/2031			-3.318.332,06	-29.818.913,38
.10/2031			-3.318.332,06	-33.137.245,44
NTN-B.impar_11/2031		2.000.000,00	-3.318.332,06	-34.455.577,50
.12/2031			-3.318.332,06	-37.773.909,57
.13/2031			-1.809.129,12	-39.583.038,69





São João Prev
Juntos garantindo o futuro!
Autarquia Municipal Criada
pela Lei 1.133 de 27/06/2003

SÃO JOÃO PREV - CNPJ 05.774.894/0001-90



O período abrangido na tabela, corresponde aos 5 anos de capitalização do IR, e o recurso não estará disponível

* Considerou-se somente os investimentos do Plano Previdenciário no encerramento de 12/2025 de R\$ 220.121.756,50 (-) TP R\$ 194.357.393,96, **a diferença de R\$ 25.764.362,54 PL líquido.**

* No período calculado, não foi considerado os rendimentos sobre o Patrimônio, devido não ser possível precificar a atuação do mercado para os próximos anos. Considerando ainda, que a queda no Patrimônio gerará reflexo na rentabilidade da carteira.

* Foi considerado um reajuste de 5% sobre a insuficiência financeira para cada ano, à título de aumento salarial.

* Os cupons foram mantidos nos valores fixos para os cinco anos, porém deve-se considerar que haverá queda do repasse, a partir do momento que os títulos vão vencendo.

* Em algum momento, poderá haver repasses maiores de COMPREV. Porém, não é possível contar com a arrecadação fixa.



Retorno - Plano Previdenciário

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Aplicações Acumuladas (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Resgates / Amortizações Acumuladas (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (R\$)	Meta Acum (R\$)	Meta Para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	206.487.728,90	21.384.133,56	21.384.133,56	21.236.788,13	21.236.788,13	208.741.199,84	2.106.125,51	2.106.125,51	1,01%	1,01%	1.200.189,98	1.200.189,98	0,58%	0,58%	173,67%
fevereiro	208.741.199,84	24.527.915,69	45.912.049,25	24.401.515,18	45.638.303,31	210.988.479,25	2.120.878,90	4.227.004,41	1,01%	2,03%	3.625.226,47	4.825.416,45	1,74%	2,33%	87,12%
março	210.988.479,25	43.834.463,38	89.746.512,62	43.724.425,30	89.362.728,61	213.124.508,81	2.025.991,48	6.252.995,90	0,96%	3,01%	2.074.056,63	6.899.473,08	0,98%	3,33%	90,30%
abril	213.124.508,81	2.494.030,13	92.240.542,75	3.349.578,77	92.712.307,38	214.532.732,71	2.263.772,54	8.516.768,44	1,05%	4,09%	1.808.447,25	8.707.920,33	0,85%	4,21%	97,18%
maio	214.532.732,71	30.338.243,93	122.578.786,68	30.088.424,67	122.800.732,05	216.895.027,48	2.112.475,51	10.629.243,95	0,97%	5,11%	1.463.197,61	10.171.117,94	0,68%	4,92%	103,76%
junho	216.895.027,48	2.509.343,12	125.088.129,80	2.377.676,65	125.178.408,70	218.774.748,69	1.748.054,74	12.377.298,69	0,80%	5,95%	1.434.898,03	11.606.015,96	0,66%	5,62%	105,90%
julho	218.774.748,69	11.762.957,80	136.851.087,60	11.557.410,39	136.735.819,09	220.981.907,45	2.001.611,35	14.378.910,04	0,91%	6,91%	1.491.794,57	13.097.810,54	0,68%	6,34%	109,06%
agosto	220.981.907,45	5.209.535,52	142.060.623,12	5.041.041,72	141.776.860,81	222.883.517,90	1.733.116,65	16.112.026,69	0,78%	7,74%	684.883,91	13.782.694,44	0,31%	6,66%	116,14%
setembro	222.883.517,90	5.673.645,96	147.734.269,08	7.629.032,81	149.405.893,62	222.969.432,38	2.041.301,33	18.153.328,02	0,91%	8,72%	1.993.148,13	15.775.842,57	0,90%	7,63%	114,33%
outubro	222.969.432,38	2.011.540,46	149.745.809,54	4.629.835,52	154.035.729,14	222.563.682,91	2.212.545,59	20.365.873,61	0,99%	9,79%	1.124.962,56	16.900.805,13	0,51%	8,18%	119,75%
novembro	222.563.682,91	5.271.346,19	155.017.155,73	8.205.270,04	162.240.999,18	221.188.815,83	1.559.056,77	21.924.930,38	0,70%	10,56%	1.319.776,98	18.220.582,11	0,60%	8,83%	119,61%
dezembro	221.188.815,83	3.632.203,50	158.649.359,23	6.724.616,02	168.965.615,20	220.121.756,50	2.025.353,19	23.950.283,57	0,92%	11,57%	1.639.082,01	19.859.664,12	0,75%	9,64%	119,97%



Títulos Públicos - Plano Previdenciário

Resumo

Distribuição por Tipo de Marcação

Marcação	Valor Total	Quantidade de Títulos
Mercado	R\$ 0,00	0
Curva	R\$ 194,357,393,96	65,540
Total:	R\$ 194,357,393,96	65,540

Distribuição por Data de Vencimento

Data de Vencimento	Valor Total	Quantidade
15/08/2026	R\$ 16.207,013,24	3,485
01/01/2027	R\$ 10.674,803,56	10,571
15/05/2027	R\$ 15.781.188,76	3,454
15/08/2028	R\$ 16.058,929,79	3,495
01/01/2029	R\$ 10,851,608,69	11,275
15/05/2029	R\$ 10,601,662,38	2,311
15/08/2030	R\$ 10,843,351,12	2,322
01/01/2031	R\$ 4,263,511,00	4,554
15/08/2032	R\$ 10,770,992,08	2,461
15/05/2033	R\$ 10,474,479,67	2,515
01/01/2035	R\$ 2,550,355,66	2,954
15/05/2035	R\$ 10,670,429,78	2,322
15/08/2040	R\$ 11,741,352,52	2,450
15/05/2045	R\$ 10,865,180,93	2,303
15/08/2050	R\$ 13,656,168,63	2,921
15/05/2055	R\$ 14,884,813,85	3,226
15/08/2060	R\$ 13,661,552,30	2,921
Total:	R\$ 194.357.393,96	65.540

ANEXO Nº 3

RELATÓRIO

Curso: Gestão Atuarial em Defesa dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e do Regime Estatutário.

Participantes:

Cironei Borges de Carvalho – Membro suplente do Comitê de Investimentos;

Luis Carlos Evaristo – Membro do Conselho Fiscal

1. Introdução

O presente relatório consolida os principais conteúdos abordados no Curso de Gestão Atuarial, com enfoque na sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e na preservação do regime estatutário como instrumento de proteção social, equilíbrio financeiro e previsibilidade atuarial. As exposições tiveram como eixo central a necessidade de planejamento de longo prazo, governança previdenciária e alinhamento entre política de pessoal, custeio e investimentos.

2. Contexto Institucional e Estrutural

2.1. Vedação à criação de novos institutos previdenciários

Foi destacada a impossibilidade de criação de novos RPPS, o que reforça a importância do fortalecimento dos regimes existentes por meio de boa governança, gestão atuarial qualificada e controle de riscos.

2.2. Previdência complementar

A previdência complementar foi tratada como instrumento acessório ao RPPS, com função de limitar a exposição atuarial do regime principal. Ressaltou-se a necessidade de integração entre os dois sistemas para evitar sobreposição de custos e distorções de benefícios.

2.3. Fim do regime único

A fragmentação dos vínculos funcionais compromete a coesão atuarial do sistema, reduz a previsibilidade dos fluxos futuros e amplia o risco de desequilíbrios estruturais. Defendeu-se a manutenção do regime estatutário como base do modelo previdenciário público.

2.4. Consórcios e Unidade Gestora Única

Criticou a proposta de Consórcios Intermunicipais apresentada pela CMN para a administração de RPPS, como alternativa para ganhos de escala, profissionalização da gestão e redução de custos operacionais.

2.5. Atuação institucional contra empréstimos consignados

Defendeu a implantação dos empréstimos consignados como forma de alavancar os rendimentos e melhorar o equilíbrio financeiro dos RPPS.

3. Objetivos Estruturantes do Instituto Previdenciário

3.1. Capitalização

O modelo de capitalização foi apresentado como pilar da sustentabilidade de longo prazo, com formação de reservas capazes de suportar o pagamento de benefícios futuros.

3.2. Custeio do passivo histórico

Ressaltou-se a necessidade de reconhecimento e financiamento do déficit acumulado, por meio de planos de amortização compatíveis com a capacidade financeira do ente e com o fluxo atuarial projetado.

3.3. Alíquotas contributivas elevadas

Discutiu-se a adoção de alíquotas patronais mais elevadas, quando necessárias, como medida de recomposição atuarial, desde que acompanhadas de estudos de impacto orçamentário e de viabilidade financeira.

3.4. Gestão atuarial em defesa do RPPS e do regime estatutário

A gestão atuarial foi apresentada como instrumento estratégico, não apenas técnico, voltado à proteção do regime próprio, à previsibilidade fiscal e à equidade intergeracional.

4. Evolução Histórica e Formação do Déficit Atuarial

4.1. Origem do sistema previdenciário

Foi contextualizada a formação histórica dos sistemas previdenciários no Brasil, com ênfase na institucionalização do regime próprio para servidores públicos e sua consolidação constitucional.

4.2. Transformação de inativos sem a correspondente contribuição

Identificou-se como fator estrutural do déficit a incorporação de beneficiários sem a formação prévia de reservas, gerando passivos não financiados.

4.3. Alíquotas historicamente ineficientes

Contribuições insuficientes ao longo do tempo foram apontadas como causa relevante do desequilíbrio, agravadas por políticas de custeio desconectadas das avaliações atuariais.

4.4. Uso de ativos previdenciários para finalidades diversas

Destacou-se o impacto negativo da utilização de recursos previdenciários para outros fins, comprometendo a capitalização e a capacidade de pagamento futura, observando que esse não é o caso do SÃO JOÃO PREV.

4.5. Fim da integralidade e seus efeitos

A alteração do regime de benefícios foi apresentada como medida de contenção do crescimento do passivo, ainda que o estoque de benefícios concedidos sob regras anteriores permaneça impactando o equilíbrio atuarial.

5. Estratégias de Reequilíbrio Atuarial

5.1. Separação de cálculos atuariais

Defendeu-se a segmentação de cálculos entre massas distintas de segurados, de modo a refletir adequadamente os riscos e responsabilidades de cada grupo.

5.2. Adequação de idades e parâmetros demográficos

A atualização de hipóteses biométricas e demográficas foi apontada como condição essencial para projeções realistas de longevidade, tempo de contribuição e elegibilidade a benefícios.

5.3. Revisão da segregação de massas

A segregação de massas foi tratada como instrumento técnico para gestão do déficit, exigindo acompanhamento contínuo, reavaliação periódica e compatibilização com a capacidade financeira do ente.

5.4. Capitalização, integralidade e impacto no déficit

Evidenciou-se que a coexistência de regimes de benefício integral com estruturas de capitalização insuficientes gera desequilíbrios persistentes, demandando ajustes estruturais.

5.5. Acompanhamento permanente da segregação

A necessidade de monitoramento contínuo foi destacada, com revisões periódicas das hipóteses, resultados e aderência ao fluxo atuarial.

6. Premissas Atuariais e Gestão de Ativos e Passivos

6.1. Premissas atuariais e seus impactos

Foi enfatizado que pequenas variações nas premissas biométricas, econômicas e financeiras produzem efeitos significativos nos resultados atuariais, exigindo rigor técnico, transparência e validação institucional.

6.2. Gestão de ativos e passivos com base no fluxo atuarial

A adoção de práticas de alinhamento entre a carteira de investimentos e as obrigações futuras foi apresentada como elemento central para mitigação de riscos e estabilidade do plano.

6.3. Demonstração de viabilidade do plano de custeio

Defendeu-se a necessidade de estudos formais de viabilidade, demonstrando a capacidade do ente de suportar o custeio proposto ao longo do horizonte atuarial.

7. Compensação Previdenciária e Gestão de Créditos

7.1. Prazos e efetividade na compensação entre regimes

Ressaltou-se a importância da gestão ativa dos créditos previdenciários, com foco na redução do tempo de recebimento e na correta contabilização dos valores devidos, como componente relevante da sustentabilidade financeira.

8. Diretrizes Defendidas pelo Palestrante

O palestrante estruturou sua defesa em torno dos seguintes eixos:

- Consideração de Geração Futura, como forma de mitigar o impacto no Cálculo Atuarial
- Valorização da contratação de servidores estatutários, como mecanismo de estabilidade institucional e previsibilidade atuarial.
- Incentivo à permanência na atividade, mediante políticas que estimulem o adiamento da aposentadoria, reduzindo a pressão sobre o passivo.

- Definição técnica da meta de juros, alinhada ao perfil de risco da carteira e ao fluxo de obrigações futuras.
- Construção conjunta das premissas atuariais, com participação do RPPS, assegurando aderência à realidade local.
- Adoção de gestão de ativos e passivos baseada no fluxo atuarial, integrando investimentos e obrigações.
- Formalização da viabilidade do plano de custeio, como instrumento de governança e responsabilidade fiscal.
- Encaminhamento estruturado das informações atuariais ao responsável técnico, garantindo consistência, transparência e rastreabilidade dos dados.

9. Conclusão

O Curso de Gestão Atuarial reafirmou que a sustentabilidade dos RPPS depende de decisões técnicas, governança qualificada e integração entre política de pessoal, custeio e investimentos. A defesa do regime estatutário, aliada a práticas modernas de gestão atuarial, foi apresentada como condição essencial para a proteção das gerações futuras, para o equilíbrio financeiro e para a preservação do caráter público e solidário da previdência dos servidores.

ANEXO Nº 4



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO-AUDITOR SAMY WURMAN

SENTENÇA

PROCESSO: TC – 002.560/989/24.

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA (São João Prev).

MATÉRIA: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2024.

RESPONSÁVEIS: Srs. Cleber Augusto Nicolau Leme (1.º.01 a 15.12 e 26.12 a 31.12.2024) e Pedro Luego Garcia (16.12 a 25.12.2024) – Superintendentes, à época.

INTERESSADO: Sr. Sérgio Venício Dragão – Superintendente atual.

INSTRUÇÃO: UR – 19 – Unidade Regional de Mogi Guaçu.

INDICADORES ECONÔMICOS GERAIS (BCB/ANBIMA/B3)	
IPCA:	4,83%
INPC:	4,77%
SELIC:	10,33%
IMA-B (geral):	5,10%
IBOVESPA:	- 10,36%

DADOS DO MUNICÍPIO SOBRE O CUSTEIO DO RPPS (AUDESP)	
Receita Corrente Líquida:	R\$ 547.672.497,15
Contribuição Patronal:	R\$ 29.521.242,71 (5,39% RCL)
Parcelamentos:	R\$ 18.829.417,95 (3,44% RCL)
Aportes:	R\$ 28.495.545,07 (5,20% RCL) <u>Plano Financeiro:</u> R\$ 11.717.782,18 <u>Plano Previdenciário:</u> R\$ 16.777.762,89
Transferências Totais (custo do RPPS para o Ente federativo):	R\$ 76.846.205,73 (14,03% RCL)

RESULTADOS (CONSOLIDADOS) DO EXERCÍCIO (AUDESP/CADPREV)	
Resultado Orçamental:	R\$ 45.435.558,34 – 31,16% (superávit) ↑
Resultado Financeiro:	R\$ 204.787.171,49 (superávit) ↑

poderiam ser valoradas como indício de inconformidade administrativa.

Assinalou, também, que a instauração dos referidos procedimentos extrajudiciais refletiu constatações preliminares formuladas pelo próprio Conselho Fiscal, no exercício legítimo das suas competências internas de controle, e não qualquer irregularidade previamente identificada pela gestão. Ademais, registrou que tais apontamentos, de natureza eminentemente preventiva, foram posteriormente submetidos ao crivo técnico do Ministério Público, cujo parecer, emitido pelo CAEX, concluiu pela inexistência de materialidade de ato de improbidade e pela conformidade das alocações praticadas com a *política de investimentos*.

Verberou que as perdas pontuais observadas decorreram, segundo os elementos constantes dos autos, de oscilações de mercado inerentes ao segmento de *renda variável*, não representando, por si sós, qualquer indício de gestão temerária ou desconforme. Ressaltou, ainda, que o Comitê de Investimentos deliberou pelos resgates após análise fundamentada, visando mitigar riscos e ajustar a carteira às condições de mercado então vigentes, conduta que, a seu ver, evidencia diligência e aderência aos parâmetros legais e regulamentares.

Ao final, indicou que a sindicância instaurada no âmbito municipal permanece em tramitação, comprometendo-se a encaminhar o resultado à este Tribunal de Contas tão logo concluída, em estrito cumprimento às solicitações da Fiscalização.

Acerca do apontamento dedicado ao Inquérito Policial conhecido como “Dollar Bills”, respondeu que tal procedimento diz respeito a fatos completamente alheios à gestão previdenciária, não havendo conexão lógica nem jurídica que permita extrair repercussão sobre as contas ora em apreciação.

Em sequência, sublinhou que, como exposto pela própria Fiscalização, o Inquérito Policial n.º 2357310-93.2023.010104, a tramitar em São Paulo, teve origem em denúncia apócrifa contra representantes da *empresa Dollar Bills Agentes Autônomos de Investimentos Ltda.*, imputando-lhes aproximação indevida a gestores de RPPS para favorecimento de determinados fundos em detrimento de outras opções de mercado.

Grifou que, não obstante o teor da *notícia criminis*, não figurou como parte formal do procedimento nem se tornou objeto de investigação em qualquer fase. Nesse diapasão, expôs que a única referência ao Regime limitou-se à menção à antiga Diretora Administrativa e Financeira, incluída na denúncia anônima, a qual jamais fora investigada ou indiciada e, ademais, já não exerce funções no Instituto desde 04.04.2025, conforme Portaria n.º 29/2025. Outrossim, abalizou que, de acordo com os próprios registros analisados pela Unidade de Instrução, os investimentos mencionados no contexto da denúncia apresentaram desempenho positivo, com rentabilidade de 39,18%, superando inclusive a meta atuarial acumulada dos últimos 36 meses encerrados em 31.12.2024.

Quanto ao mais, anotou que o Inquérito Policial foi arquivado por decisão da autoridade competente, encerrando-se o procedimento sem imputação criminal, sem responsabilização e sem confirmação das alegações iniciais, tudo conforme o relatório e o despacho juntados aos autos.

Respeitante ao não atingimento da meta atuarial com os investimentos no exercício e em quatro dos últimos cinco anos, destacou que essa ocorrência não pode ser interpretada de forma isolada ou dissociada do contexto econômico global que moldou o comportamento dos mercados no período.

Nesse caminho, defendeu que a irregularidade aparente no cumprimento da meta não decorreu de falhas na gestão dos investimentos, mas sim de fatores exógenos, extraordinários e

imprevisíveis, como a pandemia de Covid-19, a crise geopolítica decorrente da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, as disrupções nas cadeias de abastecimento, as pressões inflacionistas globais e oscilações abruptas nos principais índices de risco e de retornos.

Observou que, dessa conjuntura resulta que o desempenho do obtido encontra-se em consonância com a realidade enfrentada por praticamente todos os RPPS do País, não se podendo atribuir à *política de investimentos* responsabilidade por resultados que foram, essencialmente, condicionados pelo ambiente macroeconômico adverso.

Prosseguindo, argumentou que, mesmo em cenário de forte volatilidade, atuou com prudência, técnica e oportunidade, conseguindo, inclusive, superar de forma expressiva a meta atuarial em 2023 e aproximar-se substancialmente dela em 2024, com diferença residual de apenas 1,29%. Assim, ilustrou que o desempenho observado no exercício de 2025, com rentabilidade acumulada de 9,22% frente à meta projetada de 7,82%, confirmaria a robustez e eficiência da estratégia implementada, refletindo a maturidade crescente da carteira e o aperfeiçoamento contínuo do Comitê de Investimentos, que atualmente possui a totalidade dos seus membros devidamente certificada.

Por fim, reforçou que o não atingimento pontual da meta atuarial, sobretudo num contexto de choque sistêmico sobre os mercados, não comprometeria, por si só, o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime, sobretudo quando a estratégia definida demonstra trajetória ascendente, capacidade de recuperação e aderência plena às diretrizes regulatórias.

Concernentemente à conclusão pela existência de “inconsistência nos parâmetros indicados na nota técnica atuarial e nas premissas utilizadas no cálculo atuarial (Portaria MTP n.º 1.467/2022, art. 27)”, reafirmou que as matérias suscitadas se encontram intrinsecamente relacionadas aos pontos já enfrentados e amplamente desenvolvidos nas justificativas apresentadas para as ocorrências inscritas nos Itens C.1.1 – Plano Previdenciário e C.2.1 – Plano Financeiro do relatório de fiscalização, aos quais se remete em deferência à objetividade.

No que respeita às recomendações anteriormente formuladas por esta Casa, consignou que grande parte das orientações já se encontrava implementada e que as medidas remanescentes estavam em fase avançada de execução.

Ainda, procurou demonstrar que o Município institucionalizou rotinas de verificação, criou mecanismos de acompanhamento de metas e promoveu capacitação técnica dos servidores, tudo com o intuito de garantir aderência total às determinações deste Tribunal de Contas. Demais disso, declarou que eventuais atrasos na conclusão de algumas providências decorreram de limitações operacionais transitórias, não de desídia ou resistência institucional por parte do Regime.

Ao final, destacou que os fatos objeto de escrutínio referem-se integralmente ao período anterior ao atual Chefe do Poder Executivo, que figura nos autos apenas como destinatário das medidas saneadoras, não se podendo insinuar responsabilidade por atos pretéritos.

Nesses termos, pleiteia o julgamento favorável da matéria, ou, subsidiariamente, que o apontamento relativo ao “Plano Previdenciário” seja analisado no Balanço Geral de 2025.

Não se tendo detectado qualquer ressalva de natureza jurídica, técnico-contábil ou econômico-financeira controvertida, nem cuja complexidade reclamasse a intervenção do Departamento de Instrução Processual Especializada (DIPE), e, em reverência à celeridade processual e à eficácia da jurisdição deste Tribunal de Contas, dispensou-se, por conseguinte, a manifestação daquele órgão consultivo.

4.654/2020 e 4.926/2021, a legislação comunal foi harmonizada com o regime instituído pela Emenda Constitucional n.º 103/2019 (*Reforma da Previdência*), incluindo-se, nesse processo, a autorização para a implantação do *regime de previdência complementar*.

Não obstante, segundo assinala o *Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS)* de 2025 (referência 2024), divulgado pelo Ministério da Previdência Social, subsiste a necessidade de adoção de uma reforma ampla do *plano de benefícios*. Tal providência revela-se de inegável relevância, na medida em que a atual conformação do Regime já não se mostra plenamente compatível com os imperativos de sustentabilidade financeira e de equilíbrio atuarial que devem presidir à organização dos RPPS.

Nesse quadro, **impõe-se orientação firme no sentido de que o Instituto diligencie, perante as instâncias locais competentes, a promoção da reforma do plano de benefícios do RPPS, observando-se, preferencialmente, os parâmetros normativos aplicáveis aos servidores públicos efetivos da União, estruturados após a Emenda Constitucional n.º 103/2019, os quais consagram critérios mais exigentes de contributividade, proporcionalidade e limitação de benefícios, em consonância com os princípios da sustentabilidade financeira e do equilíbrio atuarial.**

Impende considerar, nesse mesmo contexto, que tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição n.º 38/2023, destinada a estender aos entes subnacionais a obrigatoriedade de alinhamento dos respectivos regimes próprios às balizas estruturais já vigentes no plano federal, circunstância que reforça a conveniência de atuação antecipatória, apta a reduzir riscos de futura inconformidade constitucional e de agravamento do desequilíbrio previdenciário.

As circunstâncias que concorreram para o não atingimento da meta de rentabilidade dos investimentos no último quadriênio já foram objeto de exames no âmbito próprio dos julgamentos das contas dos respectivos exercícios, não se mostrando juridicamente adequado o seu reexame nesta sede, sob pena de afronta ao *princípio da anualidade* e de fragilização da *segurança jurídica*.

Porém, reconhece-se que, além dos fatores previamente analisados, deve-se considerar o impacto substancial da crise sanitária global decorrente da pandemia da *Covid-19* cujos efeitos negativos sobre o mercado financeiro são amplamente reconhecidos. A volatilidade e a instabilidade geradas por esse evento extraordinário resultaram em um desempenho aquém das expectativas, afetando diretamente a rentabilidade dos investimentos do Regime.

Adicionalmente, cabe ressaltar a situação pretérita de deficiência na cobertura das *insuficiências financeiras*, a qual levou à descapitalização das reservas técnicas do RPPS. Tal descapitalização prejudicou a execução da *política de investimentos*, ao restringir a capacidade de mobilidade da carteira, limitando a diversificação e dificultando a recomposição estratégica das alocações. Esse cenário, interrompido em 2023, comprometeu a flexibilidade necessária para lidar com as flutuações do mercado e atenuar os efeitos adversos sobre os retornos desejados.

No que respeita especificamente ao período em exame, a Autarquia registrou rentabilidade nominal positiva de 8,97%, desempenho que, como já salientado, concorreu de forma relevante para a elevação do volume de *ativos garantidores* do Regime. Considerada a inflação oficial de referência, medida pelo IPCA, no patamar de 4,83%, apuram-se ganhos reais da ordem de 3,94%^[4].

O desempenho menos expressivo verificado em 2024, quando comparado ao resultado mais favorável alcançado em 2023, deve ser compreendido à luz de um cenário

macroeconômico marcado por ajustamentos e maior volatilidade, tanto no plano internacional como no doméstico.

No ambiente externo, embora se tenha observado continuidade do processo de recuperação econômica global, o crescimento mostrou-se moderado, condicionado por políticas monetárias ainda restritivas, orientadas ao controle inflacionário, bem como por episódios recorrentes de tensão geopolítica, que ampliaram a aversão ao risco e reduziram o espaço para ganhos mais robustos nos mercados financeiros. No âmbito europeu, palco da guerra entre Rússia e Ucrânia, a evolução econômica manteve-se heterogênea, com persistência de desafios associados à dívida soberana e à transição energética, fatores que limitaram a performance de determinados ativos. Já as principais economias globais, notadamente Estados Unidos e China, apresentaram trajetórias de crescimento mais contidas, o que se refletiu na formação de preços e na dinâmica dos fluxos de capitais.

No cenário nacional, apesar de avanços institucionais e da relativa estabilidade política, o ambiente econômico foi pautado por política monetária prudente, inflação em processo de acomodação e recuperação gradual do mercado de trabalho. Esses elementos, embora positivos sob a perspectiva macroeconômica, implicaram menor estímulo à valorização acelerada dos ativos financeiros. A par disso, oscilações nos preços das *commodities* e a ocorrência de eventos climáticos adversos introduziram fatores adicionais de incerteza.

Nesse contexto, o ano em exame caracterizou-se menos por movimentos de valorização excepcional e mais por uma lógica de consolidação e gestão de riscos, o que explica, sob perspectiva sistêmica, a dificuldade de replicar o desempenho do período precedente, sem que isso comprometa a avaliação globalmente positiva da *política de investimentos* adotada.

Outrossim, segundo o laudo de instrução: os membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos detêm *experiência profissional e conhecimentos técnicos* compatíveis com as atribuições exercidas, possuindo, inclusivamente, a certificação profissional exigida nos termos da Portaria MTP n.º 1.467/2022; o gestor responsável pela administração dos recursos previdenciários apresenta habilitação específica para o desempenho da função; as aplicações financeiras são submetidas à prévia deliberação do órgão colegiado competente, o qual realiza acompanhamento sistemático dos resultados obtidos e da aderência da carteira às diretrizes da *política de investimentos* vigente; e as operações realizadas no exercício observaram integralmente os parâmetros definidos pela Resolução BC/CMN n.º 4.963/2021, não se identificando irregularidades ou situações atípicas nos prospectos e regulamentos dos fundos investidos, os quais foram analisados por amostragem, sem indícios de desconformidade material.

No que tange aos procedimentos policiais instaurados para averiguar possível gestão fraudulenta dos investimentos, verifica-se que as ocorrências neles referidas foram devidamente acompanhadas e esclarecidas pelas instâncias competentes, não remanescendo elementos que justifiquem censura à atuação do Instituto.

Nesse compasso, relativamente ao Inquérito Civil n.º 0430.0000052/2024, instaurado para apurar eventuais irregularidades nas aplicações realizadas nos *Fundos Brasil Capital RP Institucional FIC FIA* e *Icatu Vanguarda Dividendos FIC FIA*, o procedimento foi integralmente arquivado pelo Ministério Público, após análise técnica exaustiva, com conclusão inequívoca pela inexistência de materialidade de ato de improbidade administrativa ou de qualquer conduta irregular na gestão dos recursos previdenciários. Restou consignado que as oscilações e perdas verificadas decorreram de fatores inerentes ao funcionamento do mercado financeiro, não se imputando responsabilidade aos gestores.

Segue o recorte geral dos resultados apresentados na avaliação anual do órgão federal de supervisão:

ENTE	GRUPO	SUBGRUPO	INDICADOR DE REGULARIDADE	INDICADOR DE INOVAÇÕES	INDICADOR DE GESTÃO	CLASSIFICAÇÃO EM GESTÃO E TRANSPARÊNCIA	INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA (sem despesa financeira)	INDICADOR DE AVALIAÇÃO DE RISCO	INDICADOR DE RESULTADO FINANCEIRO DA MEDIDA DE EQUILIBRIO DE DÉFICIT ATUARIAL (RPPS)	CLASSIFICAÇÃO EM FINANÇAS E LIQUIDEZ	INDICADOR DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE DAS PROVISÕES EM RELAÇÃO À RCL	INDICADOR DE COMPROMETIMENTO ATUARIAL DA RCL (RPPS)	INDICADOR DE RESERVA RPPS E VIGÊNCIA (sem despesa financeira)	CLASSIFICAÇÃO EM ATUARIAL	INDICADOR DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	FIBER ATUARIAL	CAPITAL	INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE ATUARIAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS EM RELAÇÃO À RCL	INDICADOR DE COMPROMETIMENTO ATUARIAL DA RCL
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP	MÉDIO FORTE	MAIOR MATURIDADE	A	A	B	A	C	B	A	B	B	B	C	C	C	C	II	N	B	B

A classificação geral intermediária “C” atribuída ao RPPS revela quadro de desempenho global que, embora não caracterize situação crítica, evidencia amplo espaço para o aperfeiçoamento da gestão previdenciária, sobretudo no que respeita ao fortalecimento das variáveis estruturais e atuariais de longo prazo.

Esse enquadramento decorre, em larga medida, da leitura consolidada dos indicadores, influenciada pela elevada maturidade da massa segurada e pelas assimetrias próprias da segregação, sem prejuízo dos avanços observados em domínios específicos da gestão financeira, institucional e de governança.

Nesse quadro, merece especial realce a adesão do Instituto ao Programa *Pró-Gestão RPPS*, com certificação no Nível II, a qual denota compromisso efetivo com a profissionalização da administração, o fortalecimento dos controles internos, a qualificação dos processos decisórios e a observância de boas práticas de governança previdenciária. Tal conquista institucional não apenas mitiga riscos operacionais e reputacionais, como também constitui base sólida para a progressiva elevação do desempenho do Regime nos ciclos avaliativos subsequentes, desde que acompanhada de medidas estruturais voltadas à sustentabilidade financeira e ao equilíbrio atuarial.

Corroborando o presente decreto de regularidade o facto de o Ente federativo deter *Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)* válido, emitido na via administrativa, o qual evidencia o satisfatório atendimento às exigências, aos critérios e aos parâmetros estabelecidos pela Lei Federal n.º 9.717/1998 e pelo conjunto de diplomas infralegais que a regulamentam, em especial a Portaria MTP n.º 1.467/2022, e respectivas alterações.

Ante o exposto, e o mais que dos autos consta, nos termos do disposto no artigo 73, § 4.º, da Constituição Federal c.c. o artigo 4.º, III e parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 979/2005 e a Resolução TCE-SP n.º 2/2021, **JULGA-SE REGULAR COM RESSALVA o BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2024 do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA (São João Prev)**, com fundamento no artigo 33, II, da Lei Complementar Estadual n.º 709/1993.

Conforme exposto no corpo desta decisão, **DETERMINA-SE à Origem que:**

a) Proceda ao adequado, individualizado e transparente registro orçamental e contábil das receitas provenientes da *taxa de administração*, com evidência clara dos montantes arrecadados, aplicados e, quando for o caso, destinados à constituição de *reservas administrativas*, valendo-se de *Notas Explicativas* sempre que necessário, em respeito aos *princípios da publicidade, da transparência e da rastreabilidade das informações contábeis*;

A presente sentença não se estende a eventuais atos ainda pendentes de apreciação por esta Casa, ainda que guardem nexos com o exercício ora em apreço.

Sendo que se trata de procedimento eletrônico, em conformidade com a Resolução TCE-SP nº 1/2011, a íntegra desta decisão e dos demais documentos integrantes dos autos poderá ser obtida mediante obrigatório e regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e. TCESP (<https://www.tce.sp.gov.br/etcesp>).

Publique-se por extrato.

1. Ao Cartório para que certifique o trânsito em julgado e, em seguida, encaminhe, de preferência por meio eletrônico, cópias da presente decisão aos Exmos. Senhores Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista.

2. Em seguida, ao arquivo.

GCSASW, em 16 de Janeiro de 2026.

SAMY WURMAN

CONSELHEIRO SUBSTITUTO-AUDITOR

SW-04

[1] <https://www.saojoaoprev.sp.gov.br/dist/uploads/files/2/CONTROLE%20INTERNO/site/relat%C3%B3rio%20gov%20corporativa%202025-2024.pdf?timestamp=1765975652789>

[2] Ou seja, as receitas provenientes dessa taxa mantêm-se vinculadas aos planos financeiro e previdenciário.

[3] <https://sapl.saojoaodoboavista.sp.leg.br/norma/11877>

[4] $((1,0897/1,0483) - 1) \times 100$.

EXTRATO DE SENTENÇA

PROCESSO: TC – 002.560/989/24.

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA (São João Prev).

MATÉRIA: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2024.

RESPONSÁVEIS: Srs. Cleber Augusto Nicolau Leme (1.º.01 a 15.12 e 26.12 a 31.12.2024) e Pedro Luego Garcia (16.12 a 25.12.2024) – Superintendentes, à época.

INTERESSADO: Sr. Sérgio Venício Dragão – Superintendente atual.

INSTRUÇÃO: UR – 19 – Unidade Regional de Mogi Guaçu.

ANEXO Nº 5

Visualizar Pix agrupados**Extrato conta corrente**G3382015378066021
20/01/2026 15:40:23**Cliente - Conta atual**

Agência 65-5
 Conta corrente 75190-1 INSTITUTO CAP PLANO PREV
 Período do extrato Mês atual

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
19/12/2025		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
05/01/2026		0000	14175	976 TED-Crédito em Conta	34.048.569	107.037,81 C	
				096 0001 33862244000132 BGC LIQUIDEZ D			
05/01/2026		0000	13049	345 Previdenciario RF Perfil	1.200.781	107.037,81 D	0,00 C
07/01/2026		0000	14134	612 Recebimentos Diversos	157.493	1.895.360,37 C	
				MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BOA VISTA			
07/01/2026		0000	14049	855 Previdenciario RF Perfil	1.200.781	2.508.398,92 C	
07/01/2026		0000	13113	500 Tar DOC/TED Eletrônico	800.070.800.002.258	13,08 D	
07/01/2026		0000	13113	500 Tar DOC/TED Eletrônico	800.070.800.003.184	13,08 D	
07/01/2026		0000	00000	271 BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT	1.972	4.403.733,13 D	0,00 C
				BB RF Curto Prazo Automático			
08/01/2026		0000	14049	855 BB RF CP Automatico	1.201.972	4.405.608,75 C	
08/01/2026		0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	10.801	4.403.758,39 D	
				096 0001 033862244000132 BGC LIQUIDEZ			
08/01/2026		0000	13113	500 Tar DOC/TED Eletrônico	840.081.100.000.291	13,08 D	1.837,28 C
				Cobrança referente 08/01/2026			
12/01/2026		0000	13049	345 Previdenciario RF Perfil	1.200.781	1.837,28 D	0,00 C
20/01/2026		0065	00065	870 Transferência recebida	550.065.000.002.800	2.215.796,18 C	
				20/01 15:00 PM SJBV CTA MOVIMENTO			
20/01/2026		0000	00000	999 S A L D O			2.215.796,18 C
Saldo							2.215.796,18 C
Juros *							0,00
Data de Debito de Juros							30/01/2026
IOF *							0,00
Data de Debito de IOF							02/02/2026
Saldo de fundos de investimento							
BB Previd RF Perfil							31.150,17

Transação efetuada com sucesso por: JH028816 EDNEIA RIDOLFI.

ANEXO Nº 6



AV. ALMIRANTE BARROSO, nº 52 - 23º ANDAR - Rio de Janeiro - CEP 20031-000
CNPJ. 33.862.244/0001-32 TELEFONE: (21) 3043-3000

OPERAÇÃO	
TIPO	DATA DA TRANSAÇÃO
VENDA FINAL	22/01/2026
NOTA DE NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS	
Nº 1161022	SÉRIE 2026

CLIENTE

NOME : INST DE PREV DO SERV PUB DO MUNI DE SAO JOAO DA BO
CONTA Nº : 990013340-0 CNPJ / CPF : 05.774.894/0001-90
ENDEREÇO : BAIRRO :
CEP : PRAÇA :

CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANT / VL. RESG.	P.U.	VALOR
NTN-B 760199	15/08/2030	505	4.398,84234900	2.221.415,38
TOTAL				2.221.415,38

CARACTERÍSTICAS DO COMPROMISSO

PRAZO	VENCIMENTO	TAXA	P.U.	VALOR
TOTAL				VALOR LÍQUIDO
				2.221.415,38

IOF	0,00
IR	0,00
VALOR LÍQUIDO	2.221.415,38

LIQUIDAÇÃO

Financeiro : C/C Físico : SELIC

OBSERVAÇÃO

Emissao: 10/02/2010 Tx. Nominal: 7,9110 Índice:IPC-A Per.: 100,00%

OUTRAS OBSERVAÇÕES

CÓDIGO ISIN: BRSTNCNTB3B8 BOLETA A MERCADO

EMISSOR: TESOURO NACIONAL

OUTRAS CONDIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO

- IMPORTANTE : DEVERÃO ESTAR FORMALIZADOS NESTE DOCUMENTO COMPROMISSOS DE RECOMPRA OU AVISO EXISTENTES.
- EXCETO OBSERVAÇÃO EM CONTRÁRIO, O VALOR DE MERCADO É O MESMO VALOR PELO QUAL OS TÍTULOS FORAM TRANSAÇIONADOS.
- FICA ASSEGURADA A RECOMPRA/REVENDA DE NOSSA PARTE E A REVENDA/RECOMPRA POR PARTE DE V. Sas. DOS TÍTULOS OBJETOS DESTA OPERAÇÃO, NAS CONDIÇÕES QUE SÓ PODERÃO SER ALTERADAS COM A CONCORDÂNCIA DE AMBAS AS PARTES.
- EXCETO OBSERVAÇÃO EM CONTRÁRIO, OS DIREITOS SOBRE RENDIMENTOS SÃO ATRIBUÍVEIS AO COMPRADOR NAS OPERAÇÕES DEFINITIVAS E ATRIBUÍVEIS AO VENDEDOR NAS OPERAÇÕES COM ACORDO DE RECOMPRA/REVENDA.
- ESTE DOCUMENTO É INTRANSFERÍVEL E INEGOCIÁVEL SENDO INSTRUMENTO HÁBIL PARA COMPROVAÇÃO DE RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NA FORMA DAS INSTRUÇÕES EM VIGOR.

BGC LIQUIDEZ DTM LTDA

ANEXO Nº 7



Relatório Macroeconômico

Janeiro 2026

Eventos Relevantes de 2026

Janeiro

- 21/01** Audiência da diretora do FED Lisa Cook.
- 28/01 Reunião do FOMC** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..
- 28/01 Reunião do Copom** para decisão de juros.
Expectativa = manutenção em 15% a.a..
- 31/01** Fim do financiamento temporário de gastos nos EUA

Fevereiro

- 05/02 Reunião do BCE** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 2% a.a..

Março

- 08/03** Eleições Legislativas na Colômbia.
- 18/03 Reunião do FOMC** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..
- 18/03 Reunião do Copom** para decisão de juros.
Expectativa = -50pbs para 14,5% a.a..
- 19/03 Reunião do BCE** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 2% a.a..
- 23/03** Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Abril

- 02/04** Primeiro Turno das Eleições Presidenciais e Eleições Legislativas no Peru.
- 04/04** Prazo final para filiação partidária, mudança de domicílio eleitoral e para presidente, governadores e prefeitos saírem dos cargos para concorrer a outras funções.
- 29/04 Reunião do FOMC** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..
- 29/04 Reunião do Copom** para decisão de juros.
Expectativa = -50pbs para 14,0% a.a..
- 30/04 Reunião do BCE** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 2% a.a..

Mai

- 01/05** Troca dos presidentes de FEDs regionais que votam nas decisões de juros.
- 15/05** Posse do novo presidente do FED
- 22/05** Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
- 31/05** Primeiro Turno das Eleições Presidenciais na Colômbia.

Junho

- 07/06 Segundo Turno das Eleições Presidenciais no Peru.**
- 11/04 Reunião do BCE** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 2% a.a..
- 17/06 Reunião do FOMC** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..
- 17/06 Reunião do Copom** para decisão de juros.
Expectativa = -75pbs para 13,25% a.a..
- 21/06 Segundo Turno das Eleições Presidenciais na Colômbia.**
Expectativa do fim do julgamento das tarifas de importação dos EUA.

Julho

- 20/07** Início do período destinado às convenções partidárias e à definição de candidaturas para a eleição.
- 20/07** Início do prazo para protocolar os pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral.
- 22/07** Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
- 23/07** Reunião do BCE para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 2% a.a..
- 29/07** Reunião do FOMC para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..

Agosto

- 05/08** Fim do período destinado às convenções partidárias e à definição de candidaturas para a eleição.
- 05/08 Reunião do Copom** para decisão de juros.
Expectativa = -75pbs para 12,5% a.a..
- 15/08** Fim do prazo para protocolar os pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral.
- 16/08** Início da propaganda eleitoral.

Setembro

- 10/09 Reunião do BCE** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 2% a.a..
- 16/09 Reunião do FOMC** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..
- 16/09 Reunião do Copom** para decisão de juros.
Expectativa = -75pbs para 11,75% a.a..
- 22/09** Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Outubro

- 04/10** Primeiro Turno das Eleições Presidenciais no Brasil.
- 25/10** Segundo Turno das Eleições Presidenciais no Brasil.
- 28/10 Reunião do FOMC** para decisão de juros
Expectativa = -25pbs para 3,25%-3,5% a.a..
- 29/10 Reunião do BCE** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 2% a.a..

Novembro

- 03/11** Eleições legislativas nos EUA
- 04/11 Reunião do Copom** para decisão de juros. Expectativa = -50 pbs para 11,25% a.a..
- 23/11** Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Dezembro

- 09/12** Reunião do FOMC para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..
- 09/12 Reunião do Copom** para decisão de juros. Expectativa = -25pbs para 11,00% a.a..
- 17/12 Reunião do BCE** para decisão de juros
Expectativa = manutenção em 2% a.a..

Global: não é sobre estratégia geopolítica, é sobre economia

O ambiente externo foi marcado pela intensificação da chamada “Guerra Fria Econômica”, com EUA e China avançando no processo de desacoplamento e Washington retomando uma postura mais assertiva sobre o continente americano. O apoio financeiro à Argentina, a pressão sobre o Canal do Panamá, as tarifas impostas a parceiros comerciais, a recente intervenção na Venezuela, a volta do debate sobre a Groenlândia e o endurecimento com o Irã ilustram essa **estratégia voltada a assegurar acesso a recursos naturais estratégicos e a delimitar zonas de influência**. Essa mudança geopolítica ocorre, contudo, em um contexto de fragilidade fiscal nos EUA e às vésperas das eleições de meio de mandato com renovação da Câmara dos Deputados e de 1/3 do Senado, elevando a incerteza global e reforçando a relevância da economia sobre o cenário geopolítico em 2026.

Estados Unidos: equilibrando riscos

Nos EUA, o FOMC voltou a cortar a taxa de juros em 25 pontos-base na reunião de dezembro, levando a banda dos Fed Funds para 3,50% - 3,75%. A decisão reflete o dilema recorrente do FED, onde, a atividade e mercado de trabalho mostram sinais de enfraquecimento, enquanto a inflação segue resistente à convergência para a meta. Segundo o presidente do FED, as divergências refletem o peso relativo atribuído à inflação e ao emprego, embora, outros fatores também influenciem as posições. No front de preços, o CPI de novembro veio em 2,7% a/a e o núcleo em 2,6% a/a, abaixo das expectativas, mas ainda sem uma trajetória clara em direção à meta.

O grande tópico de atenção na economia americana é a política monetária, com a expectativa do novo nome do presidente do FED, que assumirá em maio de 2026, a próxima etapa do julgamento da Diretora do FED Lisa Cook se aproximando e os recentes ataques do governo ao FED e seu presidente. Atualmente o FED mantém a taxa de juros ligeiramente expansionista.

Para o ano de 2026, após as mudanças na composição do comitê, o FED poderá ter um viés mais *dovish* e o dissenso nas decisões será mais recorrente. Entretanto, é projetado somente um corte, levando a taxa de juros para o intervalo de 3,25% - 3,50%, o que indica que as decisões serão predominantemente técnicas. O calendário político, com eleições legislativas e decisões sobre o orçamento, o alto nível de endividamento, com a dívida líquida do Governo próxima de 100% do PIB, e os dados de inflação e atividade resilientes corroboram essa expectativa. O mercado de trabalho americano está em uma trajetória gradual de desaceleração, mas não apresenta sinais que indiquem contração mais acentuada; já a inflação permanece resistente, com o CPI encerrando o ano passado em 2,7% a/a e o PCE ao redor de 2,9%. **O mercado espera uma trajetória lenta do PCE em direção à meta em 2026, com o índice cheio alcançando 2,2% a/a em dezembro desse ano e o núcleo 2,4% a/a (Gráfico 01).**

Além disso, é fundamental pontuar que um eventual ciclo de cortes resultante das pressões políticas pode deixar o atual Governo em um cenário econômico desfavorável no futuro. Tendo em vista que ainda restam quase três anos de mandato pela frente, as pressões do Governo sobre a autoridade monetária podem comprometer a credibilidade do FED e causar mais danos do que trazer benefícios a economia no médio e longo prazo. O FED também já demonstrou preocupação com a desancoragem das expectativas e com sua credibilidade, que podem ser prejudicadas por decisões não técnicas em um momento em que a inflação permanece acima da meta por um período bastante prolongado.

Para auxiliar a análise do posicionamento do FED nas decisões de juros, o **Índice de Sentimento dos Comunicados (Gráfico 02)** busca classificar o tom da comunicação entre acomodativo (*dovish*) e restritivo (*hawkish*)

por meio de técnicas de processamento de linguagem natural. O índice permite analisar a comunicação da decisão de juros como instrumento de política monetária. **O comportamento recente do índice denota um tom restritivo, o que corrobora a perspectiva de que o FED permanece cauteloso com o cenário apesar das pressões políticas.**

Diante desse quadro, a leitura combinada do ambiente político e dos sinais recentes da comunicação, reforça que o FED deve seguir cuidadoso com riscos ao longo do ano, com atenção redobrada à sua credibilidade e à ancoragem das expectativas, especialmente em um contexto de pressões institucionais. Assim, o ano deve ser pautado por conflitos políticos e incerteza elevada, o que deve ser intensificado pelo calendário eleitoral que pode definir o rumo da segunda metade do atual Governo.

Para monitorar: indicação para a presidência do FED, indicadores de mercado de trabalho, dados de inflação.

Gráfico 1: Taxa de Inflação PCE e Projeção (a/a)

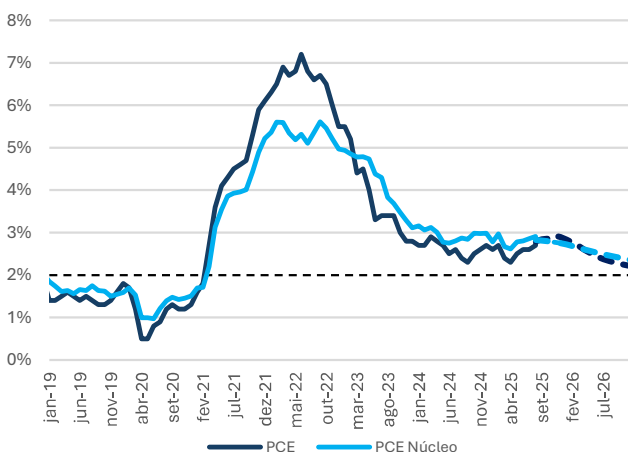
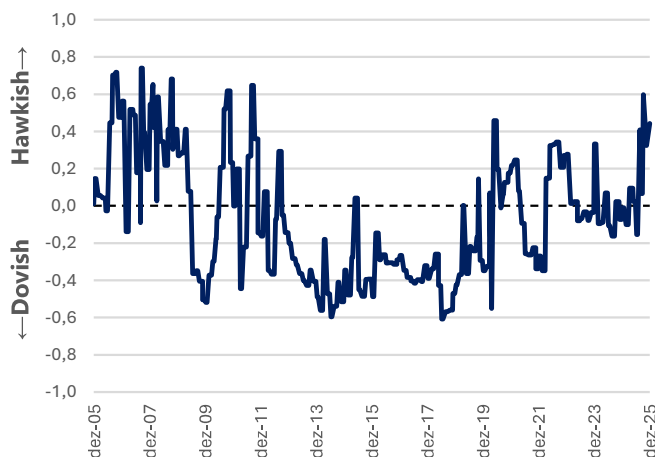


Gráfico 2: Índice de Sentimento



Fonte: Bloomberg. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

Zona do Euro: em um bom lugar

O Banco Central Europeu manteve a taxa de juros em 2% dezembro e reforçou a resiliência da economia da área do euro, com crescimento sustentado sobretudo pelo consumo e por um mercado de trabalho ainda robusto; com projeção de crescimento de 1,4% em 2025 e de 1,3% em 2026, a despeito das questões geopolíticas. No caso da inflação, o mercado estima em torno da meta de 2,0% até o fim do ano. Essa combinação de atividade aquecida e inflação na meta indica manutenção da taxa de juros ao longo de 2026. Para a Zona do Euro, é projetado a taxa de juros estável em 2% ao final de 2026, sem retomada do ciclo de cortes e alinhada ao tom cauteloso adotado pela autoridade monetária nos últimos meses, diante de um ambiente de elevada incerteza global.

A Europa tem passado por um momento de estabilidade e resiliência, apesar dos conflitos políticos e comerciais se intensificando no restante do mundo. Mesmo alertando para possíveis pressões sobre os preços, o Banco Central Europeu (BCE), que encerrou o ciclo de cortes na taxa de juros em julho, teve sucesso em trazer a inflação para a meta – o CPI atingiu 2,0% a/a em dezembro, enquanto o núcleo (excluindo alimentos, energia, álcool e tabaco) registrou 2,3% a/a.

Os dados de atividade também são otimistas, a produção industrial surpreendeu positivamente no final de 2025, com crescimento de 2,5% a/a, indicando uma tendência de melhora do setor de manufaturas após resultados fracos no primeiro semestre. O PIB do terceiro trimestre de 2025 teve crescimento de 1,3% na comparação anual, acima do potencial, sustentado principalmente pelo consumo e investimento. O mercado de trabalho permanece robusto, com a taxa de desemprego em 6,3%, no menor patamar da série histórica, e sem sinais de desaceleração. **Em suma, a economia europeia encerrou 2025 em estabilidade, se mantendo “em um bom lugar”, conforme classificou a presidente do BCE e deve permanecer nele esse ano.**

Para Monitorar: conflitos geopolíticos envolvendo a União Europeia e posicionamentos da presidente do BCE nas próximas *Press Conferences*.

China: sucesso driblando as tarifas dos EUA

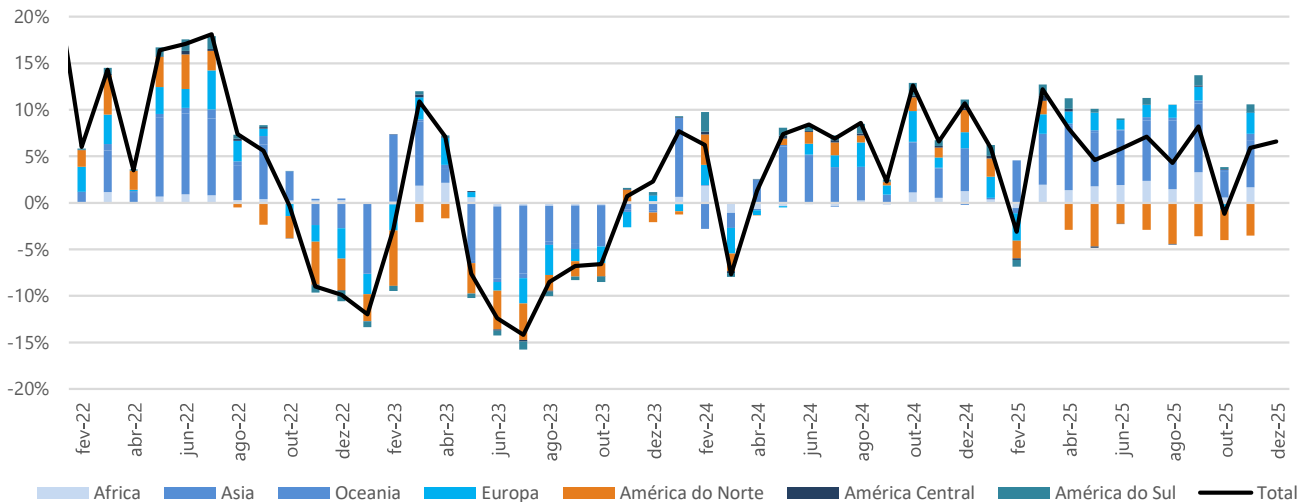
O alcance da meta de crescimento de 5% a/a em 2025 aconteceu com grande contribuição de estímulos fiscais fornecidos pelo Governo, que asseguraram a preservação do consumo doméstico. **Em 2026, é esperado que o crescimento econômico siga muito próximo da meta de 5%, dado que o Governo já anunciou que manterá os impulsos fiscais.**

A volta da guerra tarifária com o anúncio de agressivas tarifas de importação nos EUA contra produtos chineses em abril de 2025 afetou a relação da China com o seu principal parceiro comercial no curto prazo e trouxe muita incerteza com relação à capacidade da economia chinesa de reduzir a importância do consumo dos EUA para suas exportações e, conseqüentemente, para seu crescimento econômico. Contudo, **o governo Chines já estava redirecionando suas exportações desde 2019.** Em 2020, os Estados Unidos representavam cerca de 20% das exportações chinesas, já em 2024 representavam 15%. O evento do “tarifaço” intensificou essa queda, e as exportações para os EUA somavam menos de 10% do total em novembro de 2025. A contrapartida dessa estratégia foi o crescimento das exportações para Ásia, especialmente Japão e Hong Kong, para a União Europeia, América Latina, África e Oceania.

Essa estratégia de reduzir a importância do consumo dos EUA em sua balança comercial foi bem-sucedida: a China foi capaz de manter o ritmo de crescimento das exportações – em dezembro de 2025 houve um aumento de 6,6% em comparação com o mesmo mês do ano anterior (Gráfico 03). Assim, espera-se ver é a China continuando a redirecionar as exportações e fortalecer principalmente setores em que ela tem vantagens comparativas em relação aos EUA. As questões estruturais permanecem: envelhecimento populacional, esgotamento do setor imobiliário e excesso de capacidade produtiva. Mas, o foco do governo deve ser: consolidar a participação e influência do comércio internacional.

Para monitorar: continuação da negociação comercial com os EUA, novo Plano Quinquenal e dados de exportação.

Gráfico 3: Exportações – Abertura por Continentes (a/a)



Fonte: Bloomberg. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

Brasil: ano eleitoral

Na última reunião do ano, realizada em dezembro, o Copom manteve a Selic em 15,00% a.a., citando incerteza externa, expectativas de inflação desancoradas e resiliência da atividade doméstica. Com isso, as expectativas de início dos cortes ficam voltadas para 2026.

Por sua vez, como todo ano eleitoral para presidente, governos estaduais e Congresso, 2026 tende a ser marcado por elevada volatilidade nos ativos domésticos. Soma-se a isso um ambiente geopolítico ainda instável e as eleições legislativas nos EUA, reforçando um pano de fundo externo potencialmente ruidoso. Nesse contexto, **a única convicção direcional observada para o cenário doméstico é o início do ciclo de corte de juros.**

As pesquisas indicam que o eleitor ainda está pouco engajado, com alto grau de indecisão, enquanto a polarização regional se aprofunda. Ainda é cedo para antecipar resultados eleitorais, mas já é possível afirmar que o processo político será uma fonte relevante de volatilidade, sobretudo no câmbio. **Historicamente, o real tende a se apreciar no primeiro trimestre, quando o debate eleitoral ainda é incipiente, e a se depreciar entre maio e setembro, período que concentra desincompatibilizações, registro de candidaturas e campanha (Gráfico 04). Esse padrão também costuma contaminar os mercados de juros e bolsa.**

Na atividade, a desaceleração já está em curso, ainda que pouco perceptível. Setores cíclicos, sensíveis ao juro, vêm perdendo tração desde o fim de 2024, com crescimento médio de 3,6% a/a caindo para 2,0% no terceiro trimestre de 2025 (Gráfico 05), refletindo o impacto do aperto monetário mais prolongado das últimas duas décadas. O grau de desaceleração deste ciclo monetário (-1,6 p.p.) é maior que no aperto anterior (2022-2023). Ainda assim, o PIB de 2025 deve ter crescido 2,3%, acima do consenso, sustentado por desemprego historicamente baixo, forte crescimento real da renda e inflação de serviços ainda elevada.

Gráfico 4: Variação mensal do Real frente o dólar em ano eleitoral

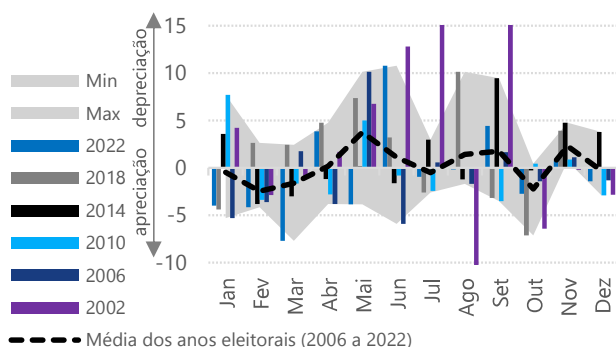
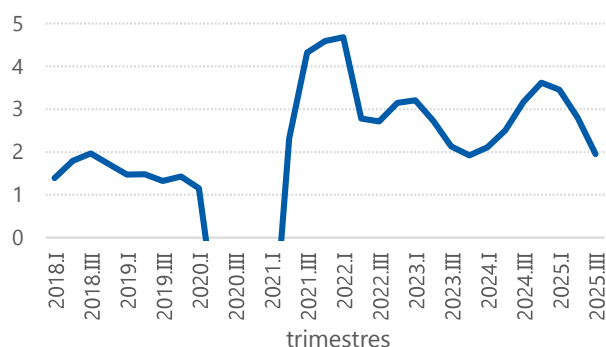


Gráfico 5: PIB Setores Cíclicos (PIB Total ex-agropecuária e indústria extrativa mineral)



Fontes: IBGE, Bacen e Bloomberg. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

Apesar de a Selic estar 4 p.p. acima da taxa neutra há mais de um ano, o efeito contracionista sobre a inflação de demanda só ficou mais evidente a partir do 3º trimestre de 2025. Isso reforça a expectativa de que há espaço técnico para iniciar o ciclo de cortes já no primeiro trimestre, mesmo com pressões cambiais associadas ao calendário eleitoral.

Contudo, o Banco Central tem condicionado sua estratégia ao alívio mais expressivo da inflação de serviços e à ancoragem das expectativas de longo prazo, fatores que podem não ceder no curto prazo, mesmo com atividade e inflação em trajetória de queda. **Sem mudança na comunicação, isso cria uma armadilha: o Bacen teria dificuldade de cortar juros no primeiro semestre.**

Para viabilizar corte de juros no 1º trimestre deste ano, o Bacen tem que mudar a comunicação e começar a dar mais peso ao grau de aperto monetário corrente, à desaceleração da inflação corrente e a desaceleração dos setores cíclicos da economia. **Essa sinalização ainda não foi dada, além disso o Bacen tem compromisso institucional com previsibilidade e credibilidade, então faz sentido que as decisões sigam próximas ao consenso.** De acordo com a pesquisa Focus, o consenso espera início de corte de juros em março com 50 pontos-base.

No front inflacionário, o IPCA de dezembro registrou alta de 0,33% m/m e 4,26% a/a, em linha com o consenso. Com esse resultado, a inflação encerra 2025 dentro do intervalo de tolerância da meta, dispensando a necessidade de carta de explicação do Bacen em janeiro. Além disso, os vetores de curto prazo seguem favoráveis: o petróleo recua diante da expectativa de maior produção da OPEP e da Venezuela, o clima permanece neutro, contribuindo para uma safra agrícola mais robusta, e observa-se a continuidade do enfraquecimento gradual da demanda, todos fatores que ajudam a manter o comportamento benigno dos preços.

No fiscal e na renda, o reajuste do salário-mínimo não é tido como vetor relevante de pressão inflacionária. Já a **isenção do IR para salários até R\$ 5 mil, impulso estimado em R\$ 40 bilhões (0,6% da renda líquida), deve gerar impacto de apenas 0,2% no PIB,** dado o elevado endividamento das famílias e a tendência de uso dos recursos para desalavancagem. Assim, **é projetado crescimento de 1,8% em 2026,** com desaceleração dos setores cíclicos, crescimento neutro do agro e extrativas, e contribuição marginal da reforma tributária da renda.

Por fim, é esperado a continuidade da condução fiscal observada em 2025. Porque os **pilares da estratégia eleitoral já estão definidos: isenção do imposto de renda (expansão de renda para as classes sociais E, D, C e B), programa pé-de-meia (incentivo para os jovens das classes E, D e C) e vale-gás (alívio do custo de vida das classes E e D)**. Assim, espera-se que o governo recorra a bloqueios e contingenciamentos ao longo do ano para buscar o resultado primário próximo de zero, piso da meta de superávit primário de 0,25% do PIB.

Para monitorar: a comunicação do Banco Central, os dados de atividade econômica e de inflação no primeiro trimestre, pesquisa de intenção de voto para presidente.

América Latina

CHILE: A expectativa para 2026 é um cenário marcado pela mudança de administração. O novo presidente tomará posse em 11 de março. A vitória do candidato da direita foi impulsionada, sobretudo, pelas preocupações da população com criminalidade e imigração. **No campo econômico, o Banco Central (BCCh) deve continuar o ciclo de corte de juros, com duas quedas de 25bps no primeiro trimestre de 2026, levando a taxa de juros ao patamar terminal de 4% (atualmente em 4,5%).** O cenário central do BCCh prevê a inflação na meta de 3% no primeiro trimestre de 2026. Sobre crescimento, é projetado o crescimento de 2,3%, ligeira desaceleração em relação a 2025

COLÔMBIA: Deverá ser marcado pela eleição presidencial, com primeiro turno agendado para 31 de maio. Do lado econômico, é estimado um espaço para flexibilização monetária ao longo de 2026, com uma taxa de juros terminal estimada em 6,37%, significativamente abaixo do patamar atual de 9,25%. **No entanto, o calendário eleitoral no primeiro semestre e a eventual influência do cenário geopolítico nas eleições, somados às pressões inflacionárias ainda relevantes, com inflação corrente e expectativas subindo e se distanciando da meta de 3%, tendem a postergar o ciclo de corte de juros para após as eleições. O ciclo de flexibilização monetária dependerá do plano econômico da nova administração em agosto.** O desafio fiscal, resultado primário em -2,57% do PIB, de acordo com o FMI frente a meta de -0,2%, e a forma que o novo governo deve atacá-lo determinará as possibilidades na política monetária.

MÉXICO: É esperado a renegociação do acordo de livre comércio entre EUA, México e Canadá (USMCA), prevista para o meio do ano de 2026. O processo pode aumentar a pressão dos EUA sobre o México, por meio de tarifas, ameaças de intervenção, deportações ou até uma eventual saída dos EUA do acordo, podendo gerar impactos negativos sobre o comércio bilateral. Assim, a manutenção da relação construtiva entre os países será crucial. No âmbito econômico, o Banco Central revisou para cima suas expectativas de inflação, refletindo a desaceleração mais lenta da inflação de serviços, embora siga projetando convergência à meta no 3º trimestre de 2026. **Apesar da estimativa do mercado indicar espaço para a continuidade do corte de juros dos atuais 7,0% para 5,5%, as pressões inflacionárias e a incerteza em torno do USMCA, principalmente com o esforço dos EUA em retomar a dominância sobre a América Latina, devem levar o Banxico ser cauteloso, alcançando 6% de taxa terminal de juros.**

Tabela 1: Indicadores Financeiros (janelas acumuladas até dezembro de 2025)

ÍNDICES	MÊS	ANO	12 M	24 M	36 M	48 M	60 M
CDI	1,22%	14,31%	14,31%	26,74%	43,28%	61,01%	68,09%
IMA-S	1,23%	14,55%	14,55%	27,28%	44,14%	62,51%	70,10%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,21%	16,05%	16,05%	30,54%	47,14%	68,56%	81,34%
IMA-B	0,31%	13,17%	13,17%	10,41%	28,13%	36,29%	34,57%
IRF-M	0,30%	18,22%	18,22%	20,41%	40,29%	52,67%	49,63%
DÓLAR	3,16%	-11,14%	-11,14%	13,66%	5,46%	-1,40%	5,88%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	1,29%	33,95%	33,95%	20,08%	46,83%	53,71%	35,38%
MSCI WORLD (Moeda original)	0,73%	19,49%	19,49%	39,80%	70,22%	37,09%	64,70%
NASDAQ (Moeda original)	-0,53%	20,36%	20,36%	54,83%	122,06%	48,56%	80,33%
S&P 500 (Moeda original)	-0,05%	16,39%	16,39%	43,52%	78,29%	43,63%	82,25%
CDI	1,22%	14,31%	14,31%	26,74%	43,28%	61,01%	68,09%
IMA-S	1,23%	14,55%	14,55%	27,28%	44,14%	62,51%	70,10%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,21%	16,05%	16,05%	30,54%	47,14%	68,56%	81,34%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

Tabela 2: Indicadores Financeiros (janelas mensais - últimos 12 meses)

	2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
CDI	1,01%	0,99%	0,96%	1,06%	1,14%	1,10%	1,28%	1,16%	1,22%	1,28%	1,05%	1,22%
IMA-S	-5,85%	0,32%	-1,82%	-1,42%	0,85%	-4,41%	2,66%	-3,14%	-1,99%	1,24%	-0,94%	1,23%
IDA-DI (Crédito Privado)	4,86%	-2,64%	6,08%	3,69%	1,45%	1,33%	-4,17%	6,28%	3,40%	2,26%	6,37%	1,21%
IMA-B	1,58%	1,29%	1,26%	1,18%	1,38%	1,19%	1,42%	1,10%	1,19%	1,08%	1,10%	0,31%
IRF-M	1,07%	0,50%	1,84%	2,09%	1,70%	1,30%	-0,79%	0,84%	0,54%	1,05%	2,04%	0,30%
DÓLAR	1,10%	0,99%	0,96%	1,05%	1,16%	1,11%	1,30%	1,17%	1,24%	1,29%	1,06%	3,16%
IBOVESPA (Ações Brasil)	2,58%	0,61%	1,39%	2,99%	1,00%	1,78%	0,29%	1,66%	1,26%	1,37%	1,67%	1,29%
MSCI WORLD (Ações Globais)	-2,58%	-0,50%	-6,38%	-0,69%	6,58%	-0,38%	3,92%	-0,72%	1,04%	3,20%	-0,76%	3,91%
NASDAQ (Ações EUA Tecnologia)	3,47%	-0,81%	-4,64%	0,74%	5,69%	4,22%	1,23%	2,49%	3,09%	1,94%	0,18%	2,61%
S&P 500	-3,76%	-2,45%	-9,37%	0,08%	9,97%	1,59%	5,10%	-2,31%	3,31%	6,07%	-2,56%	3,11%
MSCI WORLD (M. original)	2,22%	-2,76%	-7,69%	1,52%	9,04%	6,27%	2,38%	0,85%	5,40%	4,77%	-1,64%	0,73%
NASDAQ (M. original)	-3,31%	-1,11%	-7,47%	-2,17%	7,05%	0,33%	4,88%	-1,29%	1,48%	3,53%	-0,81%	-0,53%
S&P 500 (M. original)	2,70%	-1,42%	-5,75%	-0,76%	6,15%	4,96%	2,17%	1,91%	3,53%	2,27%	0,13%	-0,05%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

DISCLAIMER

A presente Nota Macroeconômica ("Nota") foi elaborada pelo economista-chefe da i9 Advisory e não se configura como um relatório de análise para fins de Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021. Neste sentido, a Nota reflete única e exclusivamente as opiniões do economista-chefe em relação ao conteúdo apresentado.

O objetivo meramente informativo da Nota não deverá ser interpretado como uma oferta ou solicitação de oferta para aquisição de valores mobiliários ou a venda de qualquer instrumento financeiro. Este material não leva em consideração os objetivos, planejamento estratégico, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor em particular.

Destacamos que as informações contidas na Nota foram obtidas por meio de fontes públicas consideradas seguras e confiáveis na data em que o material foi divulgado. Entretanto, apesar da diligência na obtenção das informações apresentadas, as projeções e estimativas contidas na Nota não devem ser interpretadas como garantia de performance futura pois estão sujeitas a riscos e incertezas que podem ou não se concretizar. Neste sentido, não apresentamos nenhuma garantia acerca da confiabilidade, exatidão, integridade ou completude (expressas ou não) dessas mesmas informações abordadas.

A i9 Advisory não se obriga em publicar qualquer revisão ou atualizar referidas projeções e estimativas frente a eventos ou circunstâncias que venham a ocorrer após a data deste documento. Ademais, ao acessar o presente material, o interessado compreende dos riscos relativos ao cenário macroeconômico abordado nesta Nota.

Por último, a i9 Advisory e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza por qualquer decisão do investidor que forem tomados com base nas informações aqui divulgadas, nem por ato praticado por profissionais por ele consultados e tampouco pela publicação acidental de informações incorretas. A i9Advisory informa que potenciais investidores devem buscar aconselhamento financeiro profissional sobre a adequação do investimento em valores mobiliários ou outros investimentos e estratégias discutidas



Relatório Macroeconômico

4º Trimestre 2025

Eventos Relevantes de 2025

Janeiro

20/01 Posse de Donald Trump
29/01 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs
29/01 Manutenção de juros do Fed

Fevereiro

01/02 Eleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado (Brasil)
23/02 Eleições na Alemanha

Março

05/03 *National People's Congress* (NPC) dará início à 3ª sessão anual na China.
07/03 PIB do 4º Trimestre de 2024 (Brasil).
19/03 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs.
20/03 1º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Aprovação do Orçamento de 2025 (Brasil);
Orçamento chinês para 2025;
Negociações salariais do Shunto japonês;
Prazo final para o projeto de lei de dotações nos EUA;
Reforma Ministerial (Brasil).

Abril

02/04 Entrega de estudos sobre comércio exterior pelo governo de Donald Trump (EUA).
15/04 Envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 para o Congresso e das Metas Primárias (Brasil).
Mudança no governo francês?

Maiο

07/05 Reunião do FOMC, manutenção dos juros em 4,5%. Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 50pbs.
20/05 2º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/05 PIB do 1º Trimestre de 2025 (Brasil).

Junho

01/06 Eleição extraordinária do poder judiciário do México.
05/06 ECB encerra o ciclo de cortes de juros com taxa de 2,00% a/a.
18/06 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = alta da Selic para 15,00% a.a.

Julho

15/07 – 31/07 Recesso Parlamentar no Brasil.
21/07 3º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/07 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
30/07 FOMC manutenção dos juros em 4,5%.

Agosto

06/08 Início das tarifas de 50% sobre produtos brasileiros.
31/08 Envio do Orçamento 2026 para o Congresso.
Prazo limite para definir a extensão do Teto da Dívida - EUA.

Setembro

02/09 PIB do 2º Trimestre de 2025 (Brasil).
17/09 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
17/09 FOMC. Expectativa = -25pbs.
23/09 4º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).

Outubro

26/10 Eleição legislativa da Argentina.
29/10 Decisão de juros FOMC. Expectativa = manutenção dos juros no intervalo entre 4,00% e 4,25%.

Novembro

05/11 Decisão de juros COPOM. Expectativa = manutenção da Selic em 15%.
25/11 5º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Primeiro turno das eleições chilenas.

Dezembro

04/12 PIB do 3º Trimestre de 2025 (Brasil).
10/12 Decisão de juros COPOM. Expectativa = -50pbs.
10/12 Decisão de juros FOMC. Expectativa = -25pbs.
10/12 Limite para aprovação do Orçamento 2026 (Brasil);
2ª quinzena Recesso Parlamentar (Brasil).
31/12 A Lei de Cortes de Impostos e Emprego de 2017 expira (prazo para acordo orçamentário) nos EUA.

Global: transição para novo equilíbrio e fim da expansão

No quarto trimestre de 2025, a economia global apresentou resiliência da atividade, sobretudo nas economias avançadas, impulsionada pelo setor de serviços e pela ausência de retaliações amplas à nova estratégia comercial dos Estados Unidos. Esse desempenho reduziu a percepção de risco de recessão e sustentou revisões positivas para o crescimento, mas limitou o processo de desinflação, mantendo a inflação acima das metas dos principais bancos centrais. Como consequência, consolidou-se um ambiente de juros reais estruturalmente elevados, superiores à média histórica, com condições financeiras restritivas e maior exigência na alocação de capital.

Para além disso, o cenário macroeconômico passou a ser dominado pela intensificação da “Guerra Fria Econômica”, com os EUA aprofundando o desacoplamento em relação à China e ampliando sua atuação geopolítica para assegurar acesso a recursos estratégicos e redefinir zonas de influência, especialmente no continente americano. Essa inflexão geopolítica ocorre em meio à fragilidade fiscal dos EUA e às vésperas das eleições de meio de mandato, elevando a incerteza global para 2026 e reforçando a leitura de que, apesar de cortes de juros no curto prazo, o regime de médio e longo prazo será de taxas terminais mais altas nas economias desenvolvidas, exigindo prudência fiscal e monetária, especialmente nos mercados emergentes.

Estados Unidos: Moderação Cíclica, Inflação Resiliente e Política Monetária sob Pressão

Ao longo do período, a economia americana permaneceu em expansão, mas com sinais mais claros de moderação típica de fim de ciclo. O crescimento continuou sustentado por consumo resiliente, salários reais em melhora e renda do trabalho ainda robusta, enquanto o mercado de trabalho passou por um processo de normalização, marcado pela desaceleração das contratações e sem haver um aumento expressivo das demissões. Ao mesmo tempo, a atividade perdeu tração em segmentos mais cíclicos, sobretudo na manufatura, que seguiu em território de contração, enquanto o setor de serviços manteve desempenho mais resiliente. Indicadores como vendas no varejo e relatórios privados de emprego reforçaram a leitura de arrefecimento gradual da demanda.

No front inflacionário, o trimestre confirmou que o processo de desinflação segue incompleto e lento. CPI e PCE encerraram o período ainda próximos de 2,7%-2,9% a/a, acima da meta de 2%, apesar de leituras pontuais abaixo das expectativas. O repasse das tarifas de importação aos preços mostrou-se mais gradual do que o inicialmente temido, mas pesquisas com empresas indicaram pressões de custos persistentes, mantendo o risco de repasses adicionais à frente. Esse quadro sustentou o dilema central do Federal Reserve: embora o enfraquecimento gradual da atividade e do mercado de trabalho abra espaço para cortes, a inflação resiliente impõe limites à velocidade e à magnitude do afrouxamento.

Em termos de política monetária, o Fed optou por um ciclo cauteloso e altamente dependente de dados. Após o corte de 25 pontos-base em outubro, a autoridade voltou a reduzir os juros em dezembro, levando os Fed Funds para o intervalo de 3,50%-3,75%. Ainda assim, o comitê seguiu dividido, refletindo diferentes ponderações entre inflação e emprego. Adicionalmente, o contexto institucional ganhou relevância, onde, o trimestre foi marcado pelo shutdown prolongado, que dificultou a leitura conjuntural, e pelo aumento das pressões políticas sobre o Fed, em meio ao debate sobre a sucessão da presidência da autoridade monetária em 2026.

O encerramento do ano reforçou a expectativa de que, apesar de um possível viés mais dovish com a nova composição do comitê em 2026, o espaço para cortes adicionais será limitado, com projeção de apenas um novo

corde ao longo do ano. O elevado endividamento público, a inflação ainda acima da meta, a necessidade de preservar a credibilidade da política monetária e o ambiente político conturbado, devido as eleições legislativas à frente, indicam que o Fed seguirá priorizando decisões técnicas, cautela na comunicação e forte atenção à ancoragem das expectativas.

Zona do Euro: Crescimento Acima do Potencial e Política Monetária Estável

Ao longo do quarto trimestre de 2025, a economia da Zona do Euro confirmou um quadro de resiliência acima do potencial, com crescimento sustentado principalmente pelo setor de serviços, apoiado pela elevação dos salários reais e por um mercado de trabalho historicamente apertado. O PIB cresceu 1,3% a/a no terceiro trimestre, acima do crescimento estimado, o segmento de serviços seguiu em expansão contínua, sustentando a atividade agregada. Ao final do ano, houve inclusive sinais de recuperação da produção industrial, reforçando a leitura de estabilização cíclica.

No front inflacionário, o trimestre consolidou a convergência da inflação para a meta, com o CPI encerrando dezembro em 2,0% a/a e o núcleo em torno de 2,3% a/a. Esse comportamento, combinado com a atividade aquecida, levou o Banco Central Europeu a manter a taxa de juros em 2%, reiterando que a política monetária está em um nível compatível com o balanço de riscos. A comunicação seguiu estritamente dependente de dados, sem sinalização de cortes no curto prazo, com o consenso de mercado deslocando o início de um novo ciclo de flexibilização para, ao menos, o primeiro semestre de 2026 e, mais recentemente, para além desse horizonte.

Do ponto de vista de riscos, o BCE reconheceu a redução das pressões inflacionárias domésticas, mas manteve atenção elevada a fatores externos, como eventuais novas tarifas dos EUA, rupturas nas cadeias globais de suprimento e tensões geopolíticas. A leitura predominante ao fim de 2025 é de que a economia europeia permanece "em um bom lugar", com crescimento moderado, inflação controlada e política monetária estável, cenário que sustenta a manutenção dos juros em 2% ao longo de 2026.

China: Desaceleração Cíclica, Deflação Persistente e Redirecionamento Estratégico do Comércio Exterior

Ao longo do trimestre, a economia chinesa entrou em uma fase mais clara de desaceleração cíclica, em meio à transição estrutural para um modelo de crescimento baseado em eficiência, produtividade e autossuficiência tecnológica. O PIB desacelerou para 4,8% a/a no terceiro trimestre, refletindo o excesso de capacidade produtiva, o acúmulo de estoques e a persistente fragilidade do setor imobiliário. A atividade industrial perdeu tração, com o PMI de manufaturas oscilando em torno da fronteira de contração, enquanto o setor de serviços permaneceu em expansão, sustentando o crescimento agregado. Apesar desse ambiente desafiador, a economia manteve trajetória compatível com a meta anual de crescimento, às vésperas da definição do 15º Plano Quinquenal (2026–2030).

O principal desafio macroeconômico do período foi a persistência das pressões deflacionárias, apesar de sinais pontuais de alívio. O deflator do PIB permaneceu em território negativo pelo décimo trimestre consecutivo, evidenciando a dificuldade de reancoragem dos preços em um ambiente de excesso de oferta. Em novembro, a inflação ao consumidor surpreendeu positivamente com leve alta anual após meses de deflação, mas sem alterar o diagnóstico de desinflação prolongada. Diante disso, o Banco Popular da China manteve as taxas de juros estáveis, priorizando estímulos fiscais e crédito direcionado, como o pacote fiscal de RMB 1 trilhão e a aceleração da

implementação de linhas de crédito estratégicas, em alinhamento com a política de “anti-involution”, voltada à redução da competição predatória e à consolidação industrial.

No front externo, houve sucesso da estratégia chinesa de redirecionamento comercial, especialmente após a intensificação da guerra tarifária com os Estados Unidos. Embora as exportações para os EUA tenham sofrido forte retração e passado a representar menos de 10% do total em 2025, a China conseguiu manter o ritmo de crescimento das exportações por meio do fortalecimento das vendas para Ásia, União Europeia, América Latina, África e Oceania. Em dezembro, as exportações cresceram 6,6% a/a, evidenciando a capacidade de adaptação da economia chinesa às restrições comerciais. Assim, apesar dos desafios, o período encerra com a China alcançando a meta de crescimento de 5% em 2025, sustentada por estímulos fiscais, resiliência do setor externo e foco estratégico na consolidação de sua influência no comércio internacional.

Brasil: Política Monetária Restritiva, Desaceleração Gradual e Ano Eleitoral no Radar

Ao longo do período, consolidou-se no Brasil um cenário de política monetária altamente restritiva mantida por tempo prolongado, com o Banco Central reafirmando reiteradamente a Selic em 15% a.a. e afastando a possibilidade de cortes no curto prazo. Apesar de um tom gradualmente menos duro na comunicação, refletindo a desaceleração da atividade e o arrefecimento da inflação, especialmente nos preços livres, o Copom avaliou que o enfraquecimento observado é compatível com o cenário base e ainda insuficiente para permitir flexibilização. A taxa real ex-ante próxima de 9,5%, bem acima do juro neutro estimado, seguiu garantindo a trajetória de desinflação, mas também aprofundando o caráter contracionista do ciclo vigente.

No campo inflacionário, o período foi marcado por desaceleração consistente dos índices, com o IPCA recuando para 4,26% a/a em dezembro e encerrando 2025 dentro do intervalo de tolerância da meta, eliminando a necessidade de carta explicativa do Banco Central. As expectativas de inflação continuaram cedendo, sobretudo no horizonte mais longo, enquanto fatores de curto prazo reforçaram um viés benigno para os preços. Ainda assim, a inflação de serviços permaneceu mais resistente, condicionando a estratégia do Bacen e dificultando uma sinalização clara de cortes já no início de 2026, apesar do efeito contracionista do aperto monetário só ter se tornado mais evidente a partir do terceiro trimestre de 2025.

A atividade econômica apresentou desaceleração gradual e o PIB do terceiro trimestre praticamente estagnou na margem, com arrefecimento concentrado em serviços e consumo das famílias, enquanto o mercado de trabalho permaneceu apertado, sustentando renda e impedindo uma desaceleração mais abrupta. No plano fiscal e político, o período foi marcado pela aprovação de medidas relevantes, como a isenção de IR até R\$ 5 mil, considerada neutra do ponto de vista fiscal, mas também por frustrações de arrecadação e por um ambiente legislativo carregado.

Às vésperas de 2026, as expectativas com o ano eleitoral começam a surgir, onde, a tendência para o cenário doméstico passa a ser maior volatilidade, especialmente no câmbio, com o processo político se tornando uma fonte central de incerteza. Ainda assim, a principal convicção direcional que emerge é o início do ciclo de cortes de juros ao longo de 2026, provavelmente de forma cautelosa e condicionada à ancoragem das expectativas e à evolução da inflação de serviços.

América Latina

CHILE: Ao longo do período, o Banco Central do Chile reduziu a taxa básica de 4,75% para 4,50%, em meio a um cenário de inflação ainda acima da meta, incerteza externa e moderação da atividade. A decisão preserva o tom cauteloso da autoridade monetária, que sinaliza continuidade gradual do ciclo de flexibilização à medida que a inflação converge para 3% e o balanço de riscos melhora. No campo político, o processo eleitoral culminou na vitória do candidato da direita, com posse prevista para 11 de março de 2026; a mudança de administração reforça a expectativa de mais dois cortes de 25 bps no 1º trimestre de 2026, levando a taxa terminal a 4,0%, condicionada à evolução da inflação e do quadro externo.

COLÔMBIA: O período foi marcado pela forte resiliência da demanda interna, com crescimento robusto do consumo e do investimento, ao mesmo tempo em que a inflação continuou surpreendendo para cima e as expectativas se afastaram da meta. Esse quadro levou o Banco Central a manter a taxa de juros em 9,25% ao longo do trimestre, apesar das pressões políticas e do início do ciclo eleitoral. As contas externas mostraram deterioração, com déficit comercial mais amplo, e o ambiente político se tornou mais tenso, especialmente nas relações com os Estados Unidos. À frente, embora haja espaço potencial para um ciclo de cortes ao longo de 2026, o calendário eleitoral, o desafio fiscal e a persistência das pressões inflacionárias tendem a postergar a flexibilização monetária, condicionando as decisões à agenda econômica da próxima administração.

MÉXICO: A dinâmica foi caracterizada por desaceleração da atividade econômica, com contração no PIB do terceiro trimestre, especialmente na indústria, contrastando com uma inflação que, embora abaixo de 4%, permaneceu pressionada em serviços. Esse mix reforçou a leitura de que há espaço para continuidade dos cortes de juros, ainda que de forma cautelosa. O Banco Central sinalizou disposição para reduzir gradualmente a taxa básica, mas revisou para cima as projeções de inflação, refletindo a desaceleração mais lenta dos preços de serviços. No horizonte de 2026, a política monetária passou a incorporar riscos relevantes associados à renegociação do USMCA e à postura mais assertiva dos Estados Unidos em relação à América Latina, fatores que aumentam a incerteza externa e tendem a limitar a velocidade do afrouxamento monetário, apesar do espaço técnico ainda existente.

Tabela 1: Indicadores Financeiros (janelas acumuladas até dezembro de 2025)

ÍNDICES	TRIMESTRE	ANO	12 M	24 M	36 M	48 M	60 M
CDI	3,59%	14,31%	14,31%	26,74%	43,28%	61,01%	68,09%
IMA-S	3,62%	14,55%	14,55%	27,28%	44,14%	62,51%	70,10%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	3,43%	16,05%	16,05%	30,54%	47,14%	68,56%	81,34%
IMA-B	3,42%	13,17%	13,17%	10,41%	28,13%	36,29%	34,57%
IRF-M	3,37%	18,22%	18,22%	20,41%	40,29%	52,67%	49,63%
DÓLAR	3,46%	-11,14%	-11,14%	13,66%	5,46%	-1,40%	5,88%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	10,18%	33,95%	33,95%	20,08%	46,83%	53,71%	35,38%
MSCI WORLD (AÇÕES GLOBAIS)	6,43%	6,17%	6,17%	58,89%	79,51%	35,17%	74,38%
NASDAQ (AÇÕES EUA COM FOCO EM TECNOLOGIA)	5,84%	6,95%	6,95%	75,97%	134,18%	46,48%	90,94%
S&P 500	5,88%	3,42%	3,42%	63,11%	88,02%	41,62%	92,97%
MSCI WORLD (Moeda original)	2,87%	19,49%	19,49%	39,80%	70,22%	37,09%	64,70%
NASDAQ (Moeda original)	2,31%	20,36%	20,36%	54,83%	122,06%	48,56%	80,33%
S&P 500 (Moeda original)	2,35%	16,39%	16,39%	43,52%	78,29%	43,63%	82,25%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

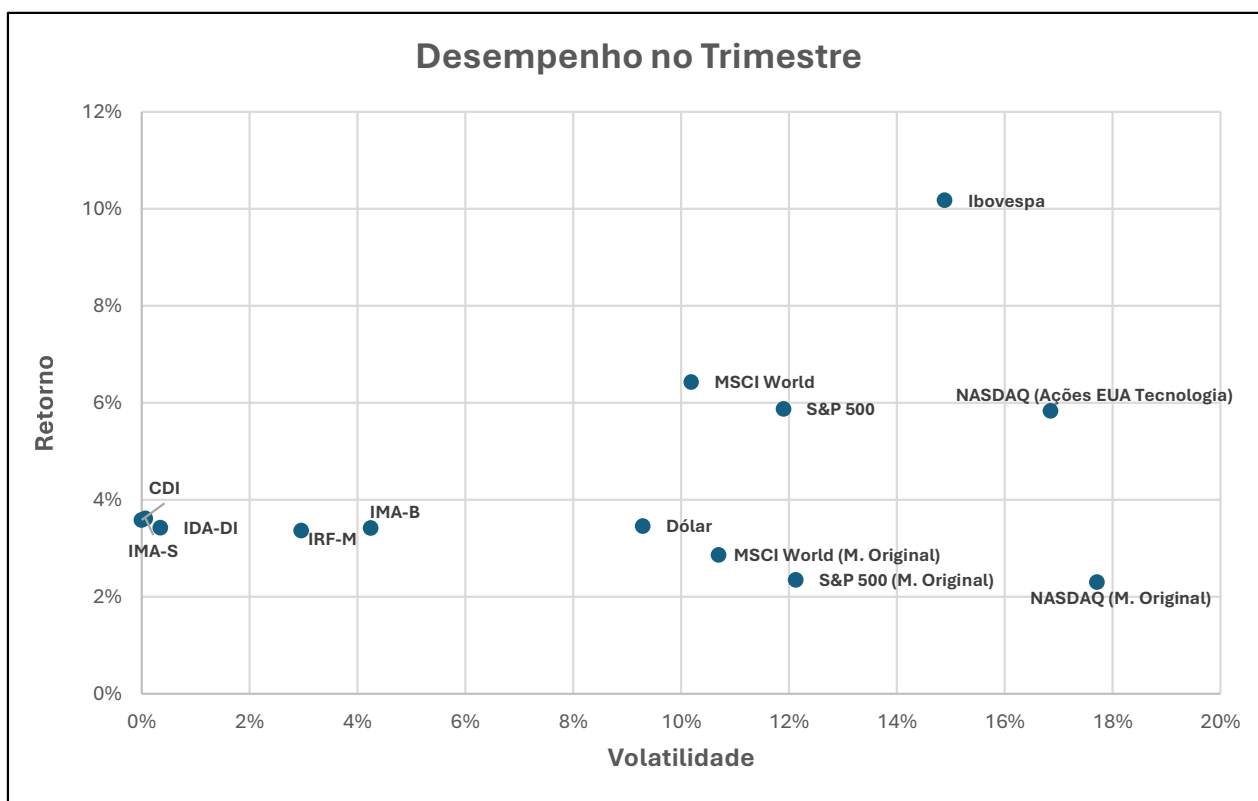
Tabela 2: Indicadores Financeiros (janelas mensais - últimos 12 meses)

	2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
CDI	1,01%	0,99%	0,96%	1,06%	1,14%	1,10%	1,28%	1,16%	1,22%	1,28%	1,05%	1,22%
IMA-S	1,10%	0,99%	0,96%	1,05%	1,16%	1,11%	1,30%	1,17%	1,24%	1,29%	1,06%	1,23%
IDA-DI (Crédito Privado)	1,58%	1,29%	1,26%	1,18%	1,38%	1,19%	1,42%	1,10%	1,19%	1,08%	1,10%	1,21%
IMA-B	1,07%	0,50%	1,84%	2,09%	1,70%	1,30%	-0,79%	0,84%	0,54%	1,05%	2,04%	0,31%
IRF-M	2,58%	0,61%	1,39%	2,99%	1,00%	1,78%	0,29%	1,66%	1,26%	1,37%	1,67%	0,30%
DÓLAR	-5,85%	0,32%	-1,82%	-1,42%	0,85%	-4,41%	2,66%	-3,14%	-1,99%	1,24%	-0,94%	3,16%
IBOVESPA (Ações Brasil)	4,86%	-2,64%	6,08%	3,69%	1,45%	1,33%	-4,17%	6,28%	3,40%	2,26%	6,37%	1,29%
MSCI WORLD (Ações Globais)	-2,58%	-0,50%	-6,38%	-0,69%	6,58%	-0,38%	3,92%	-0,72%	1,04%	3,20%	-0,76%	3,91%
NASDAQ (Ações EUA Tecnologia)	-3,76%	-2,45%	-9,37%	0,08%	9,97%	1,59%	5,10%	-2,31%	3,31%	6,07%	-2,56%	2,41%
S&P 500	-3,31%	-1,11%	-7,47%	-2,17%	7,05%	0,33%	4,88%	-1,29%	1,48%	3,53%	-0,81%	3,11%
MSCI WORLD (M. original)	3,47%	-0,81%	-4,64%	0,74%	5,69%	4,22%	1,23%	2,49%	3,09%	1,94%	0,18%	0,73%
NASDAQ (M. original)	2,22%	-2,76%	-7,69%	1,52%	9,04%	6,27%	2,38%	0,85%	5,40%	4,77%	-1,64%	-0,73%
S&P 500 (M. original)	2,70%	-1,42%	-5,75%	-0,76%	6,15%	4,96%	2,17%	1,91%	3,53%	2,27%	0,13%	-0,05%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

Tabela e Gráfico (Risco x Retorno): Desempenho Indicadores Financeiros - 4º Trimestre

Índices	Retorno	Volatilidade (Anualizada)
Ibovespa	10,18%	14,89%
MSCI World	6,43%	10,19%
S&P 500	5,88%	11,90%
NASDAQ (Ações EUA Tecnologia)	5,84%	16,85%
IMA-S	3,62%	0,07%
CDI	3,59%	0,00%
Dólar	3,46%	9,29%
IDA-DI	3,43%	0,35%
IMA-B	3,42%	4,25%
IRF-M	3,37%	2,96%
MSCI World (Moeda Original)	2,87%	10,70%
S&P 500 (Moeda Original)	2,35%	12,13%
NASDAQ (Moeda Original)	2,31%	17,71%



Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

DISCLAIMER

A presente Nota Macroeconômica ("Nota") foi elaborada pelo economista-chefe da i9 Advisory e não se configura como um relatório de análise para fins de Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021. Neste sentido, a Nota reflete única e exclusivamente as opiniões do economista-chefe em relação ao conteúdo apresentado.

O objetivo meramente informativo da Nota não deverá ser interpretado como uma oferta ou solicitação de oferta para aquisição de valores mobiliários ou a venda de qualquer instrumento financeiro. Este material não leva em consideração os objetivos, planejamento estratégico, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor em particular.

Destacamos que as informações contidas na Nota foram obtidas por meio de fontes públicas consideradas seguras e confiáveis na data em que o material foi divulgado. Entretanto, apesar da diligência na obtenção das informações apresentadas, as projeções e estimativas contidas na Nota não devem ser interpretadas como garantia de performance futura pois estão sujeitas a riscos e incertezas que podem ou não se concretizar. Neste sentido, não apresentamos nenhuma garantia acerca da confiabilidade, exatidão, integridade ou completude (expressas ou não) dessas mesmas informações abordadas.

A i9 Advisory não se obriga em publicar qualquer revisão ou atualizar referidas projeções e estimativas frente a eventos ou circunstâncias que venham a ocorrer após a data deste documento. Ademais, ao acessar o presente material, o interessado compreende dos riscos relativos ao cenário macroeconômico abordado nesta Nota.

Por último, a i9 Advisory e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza por qualquer decisão do investidor que forem tomados com base nas informações aqui divulgadas, nem por ato praticado por profissionais por ele consultados e tampouco pela publicação acidental de informações incorretas. A i9Advisory informa que potenciais investidores devem buscar aconselhamento financeiro profissional sobre a adequação do investimento em valores mobiliários ou outros investimentos e estratégias discutidas



Relatório Macroeconômico

2º Semestre 2025

Eventos Relevantes de 2025

Janeiro

20/01 Posse de Donald Trump
29/01 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs
29/01 Manutenção de juros do Fed

Fevereiro

01/02 Eleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado (Brasil)
23/02 Eleições na Alemanha

Março

05/03 *National People's Congress* (NPC) dará início à 3ª sessão anual na China.
07/03 PIB do 4º Trimestre de 2024 (Brasil).
19/03 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs.
20/03 1º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Aprovação do Orçamento de 2025 (Brasil);
Orçamento chinês para 2025;
Negociações salariais do Shunto japonês;
Prazo final para o projeto de lei de dotações nos EUA;
Reforma Ministerial (Brasil).

Abril

02/04 Entrega de estudos sobre comércio exterior pelo governo de Donald Trump (EUA).
15/04 Envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 para o Congresso e das Metas Primárias (Brasil).
Mudança no governo francês?

Maiο

07/05 Reunião do FOMC, manutenção dos juros em 4,5%. Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 50pbs.
20/05 2º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/05 PIB do 1º Trimestre de 2025 (Brasil).

Junho

01/06 Eleição extraordinária do poder judiciário do México.
05/06 ECB encerra o ciclo de cortes de juros com taxa de 2,00% a/a.
18/06 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = alta da Selic para 15,00% a.a.

Julho

15/07 – 31/07 Recesso Parlamentar no Brasil.
21/07 3º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/07 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
30/07 FOMC manutenção dos juros em 4,5%.

Agosto

06/08 Início das tarifas de 50% sobre produtos brasileiros.
31/08 Envio do Orçamento 2026 para o Congresso.
Prazo limite para definir a extensão do Teto da Dívida - EUA.

Setembro

02/09 PIB do 2º Trimestre de 2025 (Brasil).
17/09 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
17/09 FOMC. Expectativa = -25pbs.
23/09 4º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).

Outubro

26/10 Eleição legislativa da Argentina.
29/10 Decisão de juros FOMC. Expectativa = manutenção dos juros no intervalo entre 4,00% e 4,25%.

Novembro

05/11 Decisão de juros COPOM. Expectativa = manutenção da Selic em 15%.
25/11 5º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Primeiro turno das eleições chilenas.

Dezembro

04/12 PIB do 3º Trimestre de 2025 (Brasil).
10/12 Decisão de juros COPOM. Expectativa = -50pbs.
10/12 Decisão de juros FOMC. Expectativa = -25pbs.
10/12 Limite para aprovação do Orçamento 2026 (Brasil);
2ª quinzena Recesso Parlamentar (Brasil).
31/12 A Lei de Cortes de Impostos e Emprego de 2017 expira (prazo para acordo orçamentário) nos EUA.

Global: Resiliência e Reconfiguração Geoeconômica

O segundo semestre de 2025 foi marcado por atividade global resiliente, especialmente nas economias avançadas, mesmo diante de um ambiente de juros elevados e condições financeiras ainda restritivas. A economia mundial continuou sua transição para um novo equilíbrio estrutural, influenciado por realinhamentos geopolíticos, recomposição das cadeias globais de valor e maior sensibilidade dos bancos centrais a dados.

A inflação global continuou desacelerando, mas de forma heterogênea e lenta, impedindo que os principais bancos centrais adotassem relaxamento monetário mais agressivo. Ao mesmo tempo, fortaleceu-se a leitura de que o regime de médio e longo prazo será caracterizado por taxas terminais mais altas do que no ciclo anterior.

O pano de fundo geopolítico ganhou relevância, com a intensificação da chamada “Guerra Fria Econômica” entre Estados Unidos e China, afetando comércio, cadeias industriais e relações diplomáticas. Esse cenário elevou as incertezas para 2026, pressionando os países emergentes a manterem prudência monetária e fiscal.

Estados Unidos: Moderação Econômica e Afrouxamento Cauteloso

A economia americana permaneceu em expansão ao longo do segundo semestre, mas com moderação gradual, especialmente nos setores mais cíclicos. O mercado de trabalho começou a perder tração, com redução no ritmo de contratações e elevação da taxa de desemprego, embora ainda em patamar confortável para padrões históricos.

A inflação continuou resistente, influenciada pelo repasse das tarifas sobre importações de mais de 60 países, que ampliaram custos e pressionaram preços, sobretudo em bens duráveis e serviços. Mesmo assim, o repasse ocorreu de forma mais lenta do que inicialmente esperado.

O Federal Reserve iniciou um ciclo cauteloso de corte de juros, reduzindo a taxa ao longo do semestre e levando o intervalo para 3,50%–3,75%. Entretanto, permaneceu altamente dependente de dados, diante da combinação de inflação acima da meta, desaceleração gradual da atividade e pressões políticas internas, ampliadas por um shutdown prolongado e crescentes tensões institucionais às vésperas da sucessão na presidência do Fed em 2026.

O diagnóstico predominante é de que, embora cortes adicionais possam ocorrer, o espaço será limitado, com a autoridade monetária buscando preservar credibilidade e ancoragem das expectativas.

Zona do Euro: Estabilidade Inflacionária e Crescimento

A Zona do Euro apresentou crescimento moderado e surpreendentemente estável, sustentado pelo setor de serviços, pela melhora da renda real e por um mercado de trabalho ainda bastante apertado. A economia europeia operou acima do potencial em vários momentos do semestre, com recuperação gradual da produção industrial ao final do período.

A inflação convergiu para perto da meta, encerrando o ano em torno de 2%, permitindo a manutenção do nível de juros, considerada adequada ao balanço de riscos. A autoridade monetária reforçou sua postura dependente de dados e evitou sinalizar cortes no horizonte imediato, empurrando expectativas de flexibilização para meados de 2026 ou além.

Apesar da melhora na dinâmica de preços, riscos externos continuaram relevantes, incluindo possíveis novas tarifas dos EUA, tensões geopolíticas e vulnerabilidades nas cadeias globais de suprimentos. Mesmo assim, a região encerrou o semestre em um quadro macroeconômico considerado “confortável”.

China: Desaceleração, Deflação e Redirecionamento Estratégico

A China entrou em uma fase mais clara de desaceleração cíclica, ainda que mantendo crescimento compatível com a meta anual de 5%. A atividade foi marcada por sinais de enfraquecimento no setor industrial, excesso de capacidade produtiva, estoques elevados e persistente fragilidade do setor imobiliário.

O semestre foi dominado por pressões deflacionárias, com o deflator do PIB permanecendo negativo por um longo período e a inflação ao produtor e consumidor oscilando em terreno baixo ou negativo. Isso pressionou margens empresariais e restringiu investimentos.

A política econômica chinesa se apoiou principalmente em estímulos fiscais e crédito direcionado, enquanto o Banco Popular da China manteve taxas estáveis. No cenário externo, o país avançou em sua estratégia de redirecionamento comercial, reduzindo dependência das exportações para os EUA e fortalecendo fluxos para Ásia, Europa, América Latina e África, movimento que permitiu preservar o dinamismo exportador mesmo diante da guerra tarifária.

Brasil: Política Monetária Restritiva e Crescente Sensibilidade Política

O segundo semestre consolidou um quadro de política monetária altamente restritiva, com a Selic mantida em 15% e nenhuma indicação de corte no curto prazo. O Banco Central avaliou que, apesar da desaceleração econômica visível, a inflação, sobretudo de serviços, exigia continuidade da postura contracionista.

A atividade econômica perdeu força ao longo do período: o PIB ficou praticamente estagnado, o consumo das famílias arrefeceu e setores como varejo, indústria de transformação e construção civil sentiram com mais intensidade o impacto dos juros elevados.

A inflação, por outro lado, mostrou melhora contínua, encerrando o ano em 4,26%, dentro do intervalo de tolerância, e com expectativas suavizando gradualmente. No campo fiscal, o semestre envolveu bloqueios de despesas, frustrações de arrecadação e medidas relevantes como a isenção de IR até R\$ 5 mil, considerada neutra do ponto de vista fiscal.

Politicamente, o ambiente ficou mais carregado com a aproximação das eleições de 2026, o que tende a aumentar a volatilidade, especialmente no câmbio. A leitura predominante é que o país deve iniciar um ciclo de cortes em 2026, mas de forma cautelosa e condicionada à ancoragem das expectativas e ao comportamento da inflação de serviços.

América Latina

CHILE: O Banco Central atravessou o semestre com postura monetária cautelosa, reduzindo juros de forma gradual enquanto monitorava a convergência da inflação para a meta. A taxa básica caiu de 4,75% para 4,50%. No campo político, a eleição presidencial resultou na vitória do candidato de direita, com expectativa de posse em março de 2026. Essa mudança reforçou a leitura de que novos cortes devem ocorrer no início de 2026, condicionados à evolução da inflação e do cenário externo.

COLÔMBIA: Enfrentou um semestre de demanda interna aquecida combinada com inflação persistente, o que levou o Banco Central a manter juros em 9,25%. As expectativas inflacionárias continuaram desancoradas, e o ambiente político tornou-se mais tenso em meio ao início do ciclo eleitoral. As contas externas também se deterioraram, com aumento do déficit comercial. Para 2026, embora haja espaço técnico para cortes, o calendário político e a fragilidade fiscal devem limitar o ritmo de flexibilização.

MÉXICO: No período apresentou desaceleração da atividade, especialmente na indústria, ao mesmo tempo em que a inflação recuou, mas permaneceu pressionada nos serviços. Esse cenário permitiu ao Banco Central avançar com cortes graduais, embora mantendo postura prudente. No horizonte de 2026, a política monetária mexicana passou a considerar riscos ligados à renegociação do USMCA e ao reposicionamento estratégico dos EUA na região, fatores que podem reduzir o espaço para um ciclo de cortes mais rápido, apesar da desaceleração da economia.

Tabela 1: Indicadores Financeiros (janelas acumuladas até dezembro de 2025)

ÍNDICES	SEMESTRE	ANO	12 M	24 M	36 M	48 M	60 M
CDI	7,43%	14,31%	14,31%	26,74%	43,28%	61,01%	68,09%
IMA-S	7,51%	14,55%	14,55%	27,28%	44,14%	62,51%	70,10%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	7,31%	16,05%	16,05%	30,54%	47,14%	68,56%	81,34%
IMA-B	4,02%	13,17%	13,17%	10,41%	28,13%	36,29%	34,57%
IRF-M	6,72%	18,22%	18,22%	20,41%	40,29%	52,67%	49,63%
DÓLAR	0,83%	-11,14%	-11,14%	13,66%	5,46%	-1,40%	5,88%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	16,04%	33,95%	33,95%	20,08%	46,83%	53,71%	35,38%
MSCI WORLD (AÇÕES GLOBAIS)	10,95%	6,17%	6,17%	58,89%	79,51%	35,17%	74,38%
NASDAQ (AÇÕES EUA COM FOCO EM TECNOLOGIA)	12,26%	6,95%	6,95%	75,97%	134,18%	46,48%	90,94%
S&P 500	11,24%	3,42%	3,42%	63,11%	88,02%	41,62%	92,97%
MSCI WORLD (Moeda original)	10,03%	19,49%	19,49%	39,80%	70,22%	37,09%	64,70%
NASDAQ (Moeda original)	11,34%	20,36%	20,36%	54,83%	122,06%	48,56%	80,33%
S&P 500 (Moeda original)	10,32%	16,39%	16,39%	43,52%	78,29%	43,63%	82,25%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

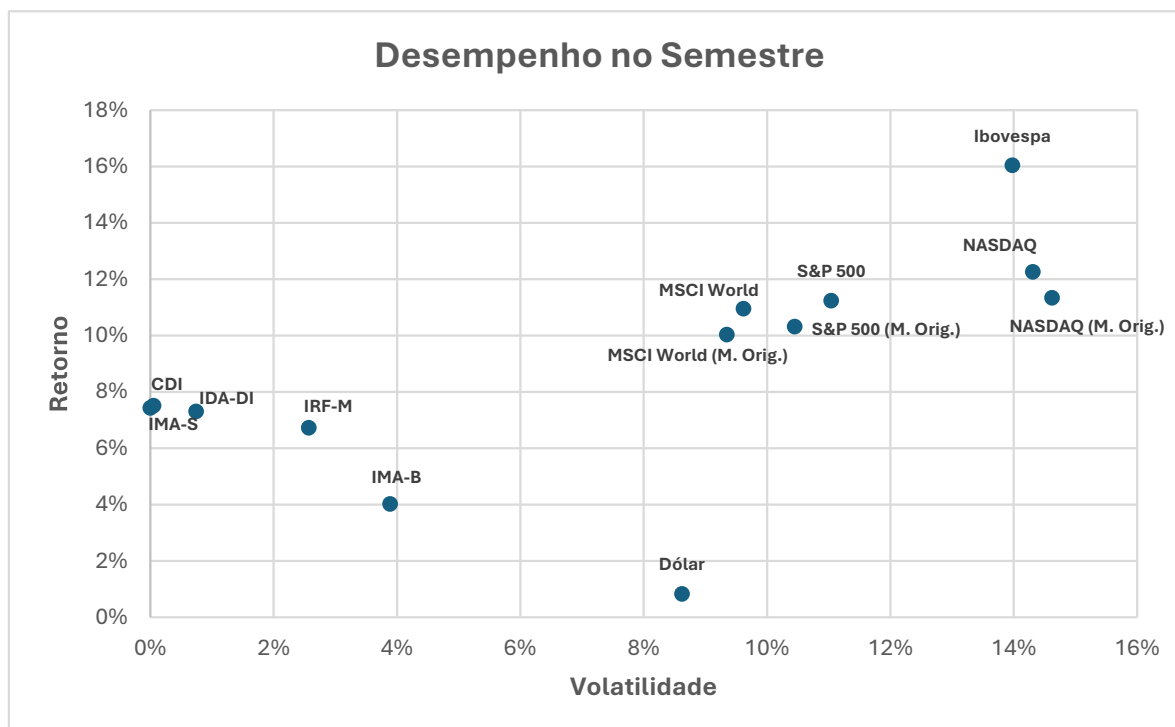
Tabela 2: Indicadores Financeiros (janelas mensais - últimos 12 meses)

	2025											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
CDI	1,01%	0,99%	0,96%	1,06%	1,14%	1,10%	1,28%	1,16%	1,22%	1,28%	1,05%	1,22%
IMA-S	1,10%	0,99%	0,96%	1,05%	1,16%	1,11%	1,30%	1,17%	1,24%	1,29%	1,06%	1,23%
IDA-DI (Crédito Privado)	1,58%	1,29%	1,26%	1,18%	1,38%	1,19%	1,42%	1,10%	1,19%	1,08%	1,10%	1,21%
IMA-B	1,07%	0,50%	1,84%	2,09%	1,70%	1,30%	-0,79%	0,84%	0,54%	1,05%	2,04%	0,31%
IRF-M	2,58%	0,61%	1,39%	2,99%	1,00%	1,78%	0,29%	1,66%	1,26%	1,37%	1,67%	0,30%
DÓLAR	-5,85%	0,32%	-1,82%	-1,42%	0,85%	-4,41%	2,66%	-3,14%	-1,99%	1,24%	-0,94%	3,16%
IBOVESPA (Ações Brasil)	4,86%	-2,64%	6,08%	3,69%	1,45%	1,33%	-4,17%	6,28%	3,40%	2,26%	6,37%	1,29%
MSCI WORLD (Ações Globais)	-2,58%	-0,50%	-6,38%	-0,69%	6,58%	-0,38%	3,92%	-0,72%	1,04%	3,20%	-0,76%	3,91%
NASDAQ (Ações EUA Tecnologia)	-3,76%	-2,45%	-9,37%	0,08%	9,97%	1,59%	5,10%	-2,31%	3,31%	6,07%	-2,56%	2,41%
S&P 500	-3,31%	-1,11%	-7,47%	-2,17%	7,05%	0,33%	4,88%	-1,29%	1,48%	3,53%	-0,81%	3,11%
MSCI WORLD (M. original)	3,47%	-0,81%	-4,64%	0,74%	5,69%	4,22%	1,23%	2,49%	3,09%	1,94%	0,18%	0,73%
NASDAQ (M. original)	2,22%	-2,76%	-7,69%	1,52%	9,04%	6,27%	2,38%	0,85%	5,40%	4,77%	-1,64%	-0,73%
S&P 500 (M. original)	2,70%	-1,42%	-5,75%	-0,76%	6,15%	4,96%	2,17%	1,91%	3,53%	2,27%	0,13%	-0,05%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

Tabela e Gráfico (Risco x Retorno): Desempenho Indicadores Financeiros - 2º Semestre

Índices	Retorno	Volatilidade (Anualizada)
Ibovespa	16,04%	13,98%
NASDAQ	12,26%	14,31%
NASDAQ (M. Original)	11,34%	14,62%
S&P 500	11,24%	11,04%
MSCI World	10,95%	9,62%
S&P 500 (M. Original)	10,32%	10,45%
MSCI World (M. Original)	10,03%	9,35%
IMA-S	7,51%	0,05%
CDI	7,43%	0,00%
IDA-DI	7,31%	0,74%
IRF-M	6,72%	2,57%
IMA-B	4,02%	3,89%
Dólar	0,83%	8,62%



Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

DISCLAIMER

A presente Nota Macroeconômica ("Nota") foi elaborada pelo economista-chefe da i9 Advisory e não se configura como um relatório de análise para fins de Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021. Neste sentido, a Nota reflete única e exclusivamente as opiniões do economista-chefe em relação ao conteúdo apresentado.

O objetivo meramente informativo da Nota não deverá ser interpretado como uma oferta ou solicitação de oferta para aquisição de valores mobiliários ou a venda de qualquer instrumento financeiro. Este material não leva em consideração os objetivos, planejamento estratégico, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor em particular.

Destacamos que as informações contidas na Nota foram obtidas por meio de fontes públicas consideradas seguras e confiáveis na data em que o material foi divulgado. Entretanto, apesar da diligência na obtenção das informações apresentadas, as projeções e estimativas contidas na Nota não devem ser interpretadas como garantia de performance futura pois estão sujeitas a riscos e incertezas que podem ou não se concretizar. Neste sentido, não apresentamos nenhuma garantia acerca da confiabilidade, exatidão, integridade ou completude (expressas ou não) dessas mesmas informações abordadas.

A i9 Advisory não se obriga em publicar qualquer revisão ou atualizar referidas projeções e estimativas frente a eventos ou circunstâncias que venham a ocorrer após a data deste documento. Ademais, ao acessar o presente material, o interessado compreende dos riscos relativos ao cenário macroeconômico abordado nesta Nota.

Por último, a i9 Advisory e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza por qualquer decisão do investidor que forem tomados com base nas informações aqui divulgadas, nem por ato praticado por profissionais por ele consultados e tampouco pela publicação acidental de informações incorretas. A i9Advisory informa que potenciais investidores devem buscar aconselhamento financeiro profissional sobre a adequação do investimento em valores mobiliários ou outros investimentos e estratégias discutidas

ANEXO Nº 8

Milan Leilões
42 ANOS

SOLUÇÕES EM VENDA DE ATIVOS PARA:

- Indústrias
- Bancos
- Agro
- Frotas

acesse:
QR CODE

info@milanleiloes.com.br

TERÇA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2026 O ESTADO DE S. PAULO

ECONOMIA & NEGÓCIOS**E&N**

INCLUI CLASSIFICADOS

B1

DESTAQUE O
CADERNO E&N
(B1 A B12)

● Sistema financeiro ● Master liquidado

Caso Master retoma debate sobre responsabilização de auditorias

Especialistas dizem que a criação de sanções penais e a inclusão do patrimônio dessas empresas para cobrir prejuízos de investidores ajudariam a combater fraudes

MARIANA RIBAS

As investigações sobre os negócios do Banco Master reacenderam o debate a respeito da responsabilização das auditorias independentes. Especialistas ouvidos pelo *Estadão/Broadcast* afirmam que o tema pode ganhar força no Congresso.

A responsabilização das auditorias independentes é um tema que permeia o meio jurídico e administrativo. Punições já estão previstas em resoluções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas previ-

sões legais também podem ser aplicadas quando comprovados atos ilícitos. Entretanto, alguns especialistas defendem a necessidade de uma responsabilização mais expressa, inclusive penalmente, como uma forma de combater falhas do sistema financeiro.

No caso do Banco Master, a auditoria era feita pela KPMG até o final de 2024 – é ela que assina o balanço publicado em abril do ano passado. A empresa chegou a chamar atenção para incertezas no balanço do banco, ao apontar que tinha R\$ 19,55 bilhões em participa-

ções em fundos de investimentos, o equivalente a cerca de um terço dos seus ativos.

Havia pouca transparência sobre o resultado desses fun-

Legislação
Comissão do Senado deve discutir nova regulação para companhias que fazem auditorias

dos, que, como registrado pela auditoria, “investem substancialmente em ativos que não são ativamente negociados”.

Em outras palavras, ativos com pouca liquidez (que não podem ser vendidos em curto espaço de tempo), elevando as incertezas em relação ao preço que foi contabilizado no balanço. Apesar disso, a auditoria não fez ressalvas.

Procurada no final do ano passado para falar do balanço, a KPMG informou não ser, “a partir de 2025”, a auditora externa do Banco Master. “Por motivos de cláusulas de sigilo e regras da profissão, está impedida de se manifestar sobre casos envolvendo ex-clientes da firma”, respondeu. Procura-

da novamente agora para falar sobre a discussão relacionada a uma maior responsabilização das auditorias, disse que, no momento, não irá se manifestar a respeito desse debate.

GRUPO DE TRABALHO. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, criou um grupo para acompanhar o caso Master, que deve também debater regras mais rígidas para as consultorias, inclusive com tipos penais.

Na avaliação de André Câmara, sócio do escritório Benício Advogados, além de passível de responsabilização penal, a auditoria independente deve passar a ser responsável solidário no âmbito administrativo e civil, respondendo com seu próprio patrimônio. “Hoje ela já toma uma multa e fica impedida de fazer a auditoria, mas isso por si só não é suficiente, a responsabilização precisa ser mais efetiva”, defende. ●

SOMENTE ONLINE

LEILÃO EXCLUSIVO GRUPO BRADESCO OPORTUNIDADES DE CARROS, MOTOS E CAMINHÕES

É AMANHÃ! 28/01/2026 - 14H**ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS****IPVA 2026 PAGO**

NISSAN KICKS CVT 17/18 - (PEQ. MONTA)

**IPVA 2026 PAGO**

CHEVROLET ONIX 1.4MT LT 19/19 - (MÉDIA MONTA)

**IPVA 2026 PAGO**

YAMAHA MT03 ABS 24/25 - (MÉDIA MONTA)

CONFIRA TAMBÉM
SOMENTE ONLINE
É AMANHÃ! 28/01 ÀS 08H30
LEILÃO DE SUCATAS

José Eduardo de Abreu Sodré Santoro,
Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192**IPVA 2026 PAGO**

VOLVO FH 540 6x4T 21/21 - (MÉDIA MONTA)

**IPVA 2026 PAGO**

SUZUKI V-STROM 600 DE 24/22 - (PEQ. MONTA)



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAO.SODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

bradesco

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192



Pedro Fernando Nery X: @pfnery

A tigrinhização

Não aceitei ser um dos influenciadores que receberam dinheiro para defender o Banco Master, mas apenas porque não fui convidado. Vou fazer de graça. Robin Hood era um cara cabeludo que tirava dos grandes para dar aos pequenos. Daniel Vorcaro é um Robin Hood com ácido hialurônico. O Robin Hood do FGC.

O rombo causado pelo Master não está nos milhões recebidos por figurões da política. Está nos bilhões recebidos pelos poupadores que investiram nos seus títulos generosos. Foi o jogo do tigrinho dos CDBs, com a conta pro FGC. Uma pirâmide do bem: dezenas de milhares de

pessoas lucraram, alguns bancos vão cobrir. Segue o jogo.

Pode haver dano colateral para governos. O DF terá que fazer um aporte no BRB, e cedendo bilhões em imóveis ociosos que, em verdade, já deveriam ter sido desmobilizados há muito tempo. Em outros entes, haveria impacto em aposentadorias, mas o déficit atuarial da previdência do funcionalismo supera R\$ 5 trilhões e o impacto do Master não chegará a 0,05%.

Alguns dizem que o banco só seria lucrativo investindo em negócios obscuros. Um país inteiro ficou rico assim e ele se chama Suíça.

O Master chamou atenção pelo *dream team* que teria em

Brasília. Era para atacar ou para se defender? Também não é novidade. Constitucionalistas não ficam milionários defendendo direitos fundamentais, e sim bancos grandes.

Os CDBs do Master foram o jogo do tigrinho com a conta indo para o FGC; alguns bancos cobrirão

O time de Vorcaro nem sequer era tudo isso. Instituições tradicionais pegam para seus quadros pessoal do BC ou do Tesouro Nacional. O Master pegou seu economista-che-

fe de vídeos do YouTube.

Paulo Guedes dizia que temos cinco bancos e 200 milhões de patos. O HSBC e o Citibank tentaram entrar e caíram fora. Parecia haver uma barreira invisível, e para alguns ela estava em Brasília.

Vorcaro errou em acreditar nisso. A presença na capital pode ser importante, mas nem é condição necessária. As fintechs, por exemplo, estão voando.

Contra meu argumento, o custo Vorcaro não ficará só com os bancos. Eles são bem taxados, o governo federal é basicamente seu sócio. A perda em arrecadação pode ser maior que o custo via BRB: estimo que

pode chegar a R\$ 8 bi ao longo do tempo, a depender da forma de recomposição do FGC e de como ela será compartilhada entre instituições e clientes.

Depois do Master, tenho repensado a relação entre elite financeira e política. Hoje já acho que a presença dos bancos em Brasília é virtuosa. Somos um país de viciados em bets.

Trump acabou de limitar em 10% os juros do cartão de crédito. Felizmente nada assim acontece aqui. Os bancos são nossa última defesa contra a tigrinhização. ●

PROFESSOR DE ECONOMIA DO IUPERJ E AUTOR DO LIVRO 'EXTREMOS - UM MAPA PARA ENTENDER AS DESIGUALDADES NO BRASIL'

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revizam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça • TER. Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) • QUA. Fábio Alves • QUI. Alvaro Gribel • SEX. Elena Landau • SAB. Fábio Gallo • DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartzman (revizam quinzenalmente) Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

● Sistema financeiro ● Master liquidado

Em decisão inédita, STJ condenou auditoria a pagar R\$ 10 milhões

Corte entendeu que trabalho da empresa causou prejuízo; entidade afirma que parecer não pode ser visto como garantia

MARIANA RIBAS

Mesmo sem legislação específica, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou uma consultoria em 2024 por entender que o trabalho da companhia causou prejuízo a investidor. Na ocasião, a Corte determinou que a KPMG pagasse pelo menos R\$ 10 milhões a um investidor que havia aplicado em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) do Banco BVA, que depois chegou a sofrer intervenção pelo BC.

À época, a 3.ª Turma da Corte reconheceu a responsabilidade da auditoria pela falha em certificar demonstrações financeiras, partindo da premissa de que sua atividade tem o dever de assegurar a confiabilidade dos dados apresentados. A decisão foi proferida no final de 2024, com efeitos definitivos em 2025, sem possibilidade de recurso. O precedente foi considerado inédito pelo meio jurídico e chamou a atenção do mercado.

REGULAÇÃO. Para Eduardo Galvão, diretor da consultoria glo-

bal Burson e professor de Políticas Públicas do Ibmec, a alternativa de uma responsabilização mais rigorosa das auditorias independentes impacta diretamente as empresas e o funcionamento do mercado. "A tendência seria de auditorias mais conservadoras, maior rigor na validação de ativos e estruturas financeiras e aumento de custos operacionais."

Em nota, o Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon) afirma, porém, que o objetivo de uma auditoria independente é examinar documentos fornecidos pela companhia auditada, para dizer se as demonstrações contábeis foram elaboradas adequadamente. Para o diretor técnico da entidade, Rogério Mota, a opinião do auditor independente não pode ser vista como uma garantia de que não existem distorções relevantes, e o foco deve existir em cima de

quem cometeu a fraude.

FALHA. Apesar de ser uma alternativa, a discussão divide opiniões entre especialistas. "O debate reacendido após o caso Master revela menos uma divergência sobre a gravidade do problema e mais um desacordo sobre onde está a falha central do sistema financeiro brasileiro", avalia Galvão.

Há ainda quem defenda a proposta do ministro Fernando Haddad. Ele afirmou, na semana passada, que pretende ampliar o perímetro de atuação do Banco Central sobre fundos de investimento. Além disso, outras alternativas levantadas são, por exemplo, um reforço no funcionamento dos órgãos fiscalizadores.

Para Henrique Machado, ex-diretor da CVM, a responsabilização das auditorias independentes é delicada, uma vez que o auditor não teria como fornecer o nível de garantia necessário, já que seus pareceres são baseados em informações fornecidas por terceiros.

"O problema fundamental não é de marco legal ou de arquitetura dos órgãos de supervisão, é de coordenação e concessão de recursos humanos e materiais suficientes para poder executar o mandato legal já existente", diz. ●

"O debate reacendido após o caso Master revela menos uma divergência sobre a gravidade do problema e mais um desacordo sobre onde está a falha central do sistema financeiro brasileiro"

Eduardo Galvão
Ibmec

Ex-superintendente do Master nega participação em operação fraudulenta

AGUIRRE TALENTO
BRASÍLIA

O ex-superintendente de Tesouraria do Banco Master, Alberto Felix de Oliveira, afirmou ontem em depoimento à Polícia Federal que não participou das tratativas sobre o objeto do contrato de venda de carteiras de crédito consignado suspeitas de falsificação, que foram vendidas pelo banqueiro Daniel Vorcaro ao Banco de Brasília (BRB) por R\$ 12,2 bilhões.

Por orientação da sua defesa, Felix decidiu não responder às perguntas da PF sob a alegação de não ter tido acesso aos autos da investigação. Mas pediu a palavra para fazer alguns esclarecimentos à delegada do caso, Janaína Palazzo.

O executivo afirmou que assinou documentos sobre a cessão de créditos da empresa Tirreno, suspeitos de falsificação, apenas porque os instrumentos contratuais do Master exigiam a assinatura de dois diretores. Segundo ele, por não ocupar o posto de diretor, ele recebeu procuração para realizar a assinatura dos instrumentos, mas não participou da negociação dos contratos.

Felix afirmou também que era apenas funcionário do banco e não tinha autonomia para formular contratos ou tomar decisões desse tipo. Após a sua fala inicial, o depoimento foi encerrado sem as perguntas preparadas pela PF.

NADA NOVO. Ele foi o primeiro a ser ouvido no primeiro dia da nova rodada de depoimentos que serão colhidos pela PF, dentro da investigação sobre a oferta de venda de fatia relevante do Master ao BRB.

O ex-diretor de Finanças do BRB Dario Oswaldo Garcia Júnior respondeu a todas as perguntas da PF e esclareceu aos investigadores os procedimentos de aportes do banco público do DF na instituição de Daniel Vorcaro.

A avaliação de quem acompanhou as oitivas, entretanto, é a de que Garcia Júnior não apresentou informações novas à investigação. O teor do depoimento está sob sigilo.

Inquérito
Dois investigados no caso das carteiras falsas dadas ao BRB não compareceram para depor

Dois outros investigados que haviam sido intimados a prestar depoimento pediram para não comparecer, sob o argumento de que não tiveram acesso aos autos.

Os empresários André Felipe Seixas Maia e Henrique Peretto são suspeitos de participar da operação para gerar falsas carteiras de crédito consignado ao Banco Master, que posteriormente foram repassadas para o BRB. Seus depoimentos devem ser remarcados. ●

B6 Capital externo. Bolsa bate recorde, sobe 1,79% e passa dos 180 mil pontos; dólar cai 1,38%, a R\$ 5,20

ECONOMIA & NEGÓCIOS

E&N

QUARTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2026 O ESTADO DE S. PAULO

INCLUI CLASSIFICADOS



B1
DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 a B12)

Sistema financeiro Master liquidado

Campos Neto sabia dos problemas do Master, mas evitou intervir no banco

Então presidente da autarquia priorizava solução de mercado e teria atuado para evitar liquidação da instituição duas vezes em 2024; procurado, ele não se pronunciou

ALVARO GRIBEL
BRÁSILIA

O ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto sabia dos graves problemas de liquidez enfrentados pelo Banco Master durante a sua gestão à frente da autoridade monetária, mas evitou tomar medidas mais extremas contra o banco.

À época, havia a expectativa de que o Master tivesse ativos que pudessem ser revendidos ao mercado, dentro da lógica de separação do "good bank" (parte boa do Master) do "bad bank" (ativos podres do banco). Assim, o custo para o sistema financeiro e o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) seria menor.

O crescimento da instituição financeira de Vorcaro ocorreu entre 2019 e 2024. Campos Neto chegou a dar uma espécie de ultimato informal, até março de 2025, para que se encontrasse uma "solução definitiva" – ele deixou o cargo em dezembro de 2024. A decisão sobre a liquidação acabou sendo executada pelo

Colegiado

A interlocutores, Campos Neto diz que decisões do BC são técnicas e não exclusivas da presidência

atual presidente do BC, Gabriel Galípolo, em novembro do ano passado.

Procurado, Campos Neto não se pronunciou sobre os questionamentos da reportagem.

A interlocutores, Campos Neto tem dito que o processo de decisões do BC é técnico, e não exclusivo da presidência – e que tudo passa pela análise da Diretoria de Fiscalização e pela diretoria colegiada do órgão. Segundo relatos, ele alega que, durante seu período à frente do BC, não houve proposta de voto encaminhada para o colegiado para que o Master sofresse algum tipo de intervenção ou fosse liquidado.

No entanto, o **Estadão** apurou que, pelo menos duas vezes, Campos Neto teria atuado para evitar uma intervenção

ou liquidação do Master ao longo do ano de 2024, seu último à frente do BC: uma primeira em março e outra em novembro.

As datas coincidem com o aperto da fiscalização sobre o Master, de acordo com relato feito pelo BC ao Tribunal de Contas da União (TCU), no processo sob a relatoria do ministro Jhonatan de Jesus.

Segundo o documento, no primeiro semestre de 2024, o Banco Central passou a fazer "acompanhamento contínuo da gestão de risco de liquidez" do Master. Isso porque a instituição tinha um cronograma forte de desembolsos para o pagamento de passivos, ao mesmo tempo que mantinha no seu balanço "baixo estoque de ativos líquidos".

'PROVIDÊNCIAS'. "Nessas circunstâncias, o Banco Central determinou a adoção de providências com vistas a assegurar a liquidez em níveis suficientes e adequados, assim como a apresentação de plano de contingência de liquidez atualizado", relata o BC.

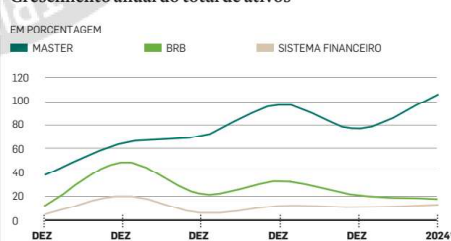
Ainda de acordo com o documento enviado ao TCU, o BC diz que, no segundo semestre de 2024, a crise no Master se agravou, com frustração do seu plano de negócios, que previa captar R\$ 15 bilhões em recursos institucionais de longo prazo – mas somente R\$ 2 bilhões foram efetivamente captados.

"Ainda assim, a instituição financeira manteve a contratação de operações estruturadas de longo prazo e reduzida liquidez, sem gerar fluxos financeiros relevantes. O gerenciamento inadequado do risco de crédito contribuiu para o agravamento da crise de liquidez do conglomerado", diz o BC.

No documento, o BC cita que detectou uma série de irregularidades no Master. "Em função da atipicidade das operações, o Banco Central apurou a existência de irregularidades relacionadas a: insuficiência de capital, como resultado de ajustes determinados após se apurar que haviam sido prestadas informações incorretas à Autarquia; inexistência de ativos líquidos na composição de

MASTER TEVE CRESCIMENTO ACELERADO DE 2019 A 2024

Crescimento anual do total de ativos



*EM 2024, ATÉ JUNHO PARA O MASTER E ATÉ SETEMBRO PARA O BRB

FONTE: MOODY'S, COM DADOS DO BC / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

fundo de liquidez que dava amparo às operações estruturadas de longo prazo; e não atendimento de normas relativas ao gerenciamento do risco de crédito, inclusive por depender de informações prestadas por terceiros", diz o banco.

Como mostrou o **Estadão**, o BC sob Campos Neto também editou uma norma, em outubro de 2023, alterando a contabilização de precatórios (dívidas judiciais) como ativos de risco carregados pelos bancos, mas com uma brecha que ajudou o Master a não ser obrigado a fazer alterações em seu balanço.

Com isso, o Master, que carregava bilhões de reais de precatórios e direitos creditórios em seu balanço, pôde continuar operando sem a necessidade de receber mais aportes por parte dos sócios ou ser obrigado a vender ativos.

Em agosto de 2023, a Warren Investimentos soltou relatório a clientes não recomendando a compra de CDBs do Banco Master. Ou seja: no mercado, já havia desconfianças sobre o crescimento acelerado do banco.

CARTÃO AMARELO. No relatório enviado ao TCU, o BC relata ainda que, a partir de novembro de 2024, o Master passou a ter dificuldades para rolar suas dívidas por meio das plataformas de investimentos.

É também a partir desse mês – um antes de Campos Neto deixar o cargo – que o Master começa a não recolher os compulsó-



Roberto Campos Neto, ex-BC, em reunião em dezembro de 2024

rios obrigatórios ao Banco Central. Esse é um dinheiro que os bancos são obrigados a deixar depositado no BC, como medida de prudência para a estabilidade do sistema financeiro.

"Diante das dificuldades de captação de recursos de investidores institucionais e mesmo após iniciar cessões de carteiras em conformidade com o plano de contingência implementado, a partir de novembro de 2024 o Banco Master S.A. não conseguiu mais rolar a totalidade de obrigações vencidas captadas via plataformas de investimento. Além disso, foram registrados diversos episódios de recolhimento insuficiente dos depósitos compulsórios."

O agravamento da crise levou o BC a notificar o Master de que o banco poderia ser alvo de medi-

das "prudenciais preventivas", espécie de cartão amarelo, tendo como base uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 2011, que busca "assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional".

"Seus dirigentes foram cientificados pelo Banco Central de que essa situação poderia dar azo à aplicação de medidas prudenciais preventivas previstas na Resolução CMN n.º 4.019, de 29 de setembro de 2011, diz o BC.

CRESCIMENTO EXPONENCIAL.

A autorização para a compra e operação do então banco Máxima (depois rebatizado para Master) por Daniel Vorcaro foi concedida em outubro de 2019, primeiro ano de Campos Neto. Ele foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Do final de 2019 ao fim de 2024, o Master (que então se chamava banco Máxima) deixou de ser um banco com R\$ 3,7 bilhão em ativos para alcançar R\$ 82 bilhões, em valores nominais, sem considerar a inflação, de acordo com dados do Banco Central.

Segundo relatório da agência Moody's, o crescimento do banco foi de 40% ao ano em 2019, chegando a 100% em 2024. "Em menos de quatro anos, o Master se tornou a 25.ª maior instituição financeira do Brasil, em junho de 2024, quando era a 77.ª em 2021, diz a agência.

Campos Neto, durante o período em que esteve à frente do BC, sempre teve uma agenda a favor do crescimento dos bancos pequenos e médios, assim como dos bancos digitais, as chamadas fintechs, para tentar diminuir a concentração bancária no País.

Essa agenda, contudo, sempre deixou o BC em uma situação entre apertar a fiscalização, que acabaria prejudicando os pequenos, ou deixar o mercado correr mais solto, a fim de estimular a concorrência. Ao que parece, no caso do Master, o banco pode ter se aproveitado das regras para crescer de forma desordenada e possivelmente criminosa, segundo indicam as investigações da Polícia Federal na Operação Compliance Zero.

Mercado financeiro Indicadores

Bolsa bate novo recorde, com alta de 1,52%

Indicação do início do corte de juros e forte entrada de recursos de fora impulsionam o mercado de ações, que avança 14,63% no mês

LUÍS EDUARDO LEAL
ANTONIO PEREZ

A expectativa de que o Comitê de Política Monetária (Copom) começaria a reduzir os juros em março, o que se confirmou ontem à noite, e a forte entrada de recursos estrangeiros no País, que neste mês já equivale a quase 80% do total de 2025, impulsionaram o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira (B3), a um novo recorde ontem. O índice tocou os 185 mil pontos pela manhã e encerrou o dia com alta de 1,52%, aos 184.691 pontos.

Em 14 de janeiro, o Ibovespa fechou pela primeira vez aos 165 mil pontos, rompendo então a marca histórica de cerca de 164 mil do fechamento de 4 de dezembro. Desde então, o

índice voltou a quebrar recordes em 8 dos 11 pregões. O giro financeiro também continuou alto, de R\$ 33,5 bilhões ontem. Na semana, o Ibovespa sobe 3,26% e, em janeiro, já acumula alta de 14,63%.

Com as atenções voltadas para as reuniões do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e do Copom, que em ambos os casos decidiram pela manutenção das taxas de juros, como era esperado, os investidores se movimentaram no pregão.

**Câmbio
Depois de cair a R\$ 5,17 pela manhã, o dólar se recuperou e fechou cotado a R\$ 5,20 ontem**

“O tom do comunicado (do Fed) foi marcado pela cautela, pelo reconhecimento maior da resiliência da atividade econômica e na elevada incerteza do cenário prospectivo. O Fomc (comitê de política monetária do Fed) ressaltou, explicita-

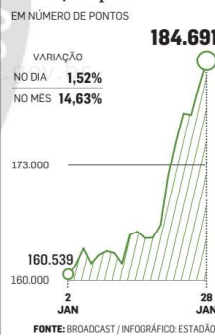
mente, que a incerteza em torno do ambiente econômico permanece elevada, reforçando a necessidade de uma condução prudente da política monetária”, observou Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Research.

Após o comunicado do Fed, a curva de juros americana precisava que o próximo corte, de 0,25 ponto percentual nos juros americanos deve ocorrer apenas na reunião de julho, na avaliação dos economistas. Em Nova York, o índice Dow Jones subiu 0,02%, o S&P 500 recuou 0,01%, enquanto o Nasdaq avançou 0,17%.

Na Bolsa brasileira, apesar dos sinais indefinidos das Bolsas em Nova York após o comunicado e durante a entrevista coletiva do presidente do Fed, Jerome Powell, o Ibovespa recuperou fôlego, firmando-se a princípio acima dos 183 mil pontos e ao fim da sessão, pela primeira vez, na marca de 184 mil. Entre as ações, se destacaram os papéis dos bancos, com Banco do Brasil (+2,88%) e Santander Units (+2,32%), e da Pe-

EM ALTA

Ibovespa fecha em nova máxima histórica, acima dos 184 mil pontos



trobras (ON +2,90%, PN +3,35%) e da Vale (ON +2,44%).

DÓLAR. Depois de recuar abaixo da marca de R\$ 5,20 pela manhã, o dólar ganhou força ao longo da tarde e conseguiu se recuperar para encer-

rar o dia estável em relação ao real, cotado a R\$ 5,20. Segundo operadores do mercado de câmbio, o dia de ontem foi marcado por ajustes de posições e realização pontual de lucros, após as fortes quedas da moeda americana nos últimos dias.

Na avaliação do economista-chefe da Western Asset, Adauto Lima, a apreciação do real é fruto da desvalorização global do dólar, inflada basicamente por três fatores: a política econômica e comercial errática de Donald Trump, o aumento das incertezas sobre a condução da política monetária após a saída de Powell do Fed e um movimento de redução da exposição a ativos americanos.

“A desvalorização do dólar é global. Não é um movimento idiossincrático. O real tem uma performance um pouco melhor pela questão do diferencial de juros e porque o Brasil é exportador de commodities metálicas, que tiveram alta expressiva de preços”, avaliou Lima.

Contas públicas No vermelho

Dívida pública federal cresce 18% em 2025

BRASÍLIA

A dívida pública federal (DPF) cresceu 18% em 2025 em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 8,635 trilhões. Essa alta, a maior desde 2015, foi impulsionada, em grande medida, pelo elevado patamar da taxa de juros, que chegou a 15% em meados do ano passado, conforme informou ontem o Tesouro Nacional.

Conta

Segundo o Tesouro, a dívida cresceu por causa do juro alto e da ampliação do colchão de liquidez

A DPF, que inclui as dívidas interna e externa, é contraiada pelo Tesouro para financiar o déficit orçamentário do governo federal – ou seja, pagar as despesas do governo acima da arrecadação com impostos e contribuições – principalmente por meio da emissão de títulos públicos.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o aumento do estoque da dívida em 2025 tem relação com o aumento do colchão de liquidez –

ou seja, uma espécie de reserva financeira. “Esse olhar para a variação do estoque tem de ser relativizado, tem de ser olhado de uma forma mais abrangente sobre o que está acontecendo com o colchão de liquidez. A gente poderia ter consumido o colchão de liquidez e ter feito uma variação do estoque muito menor. O que significa que foi um ano muito bom do ponto de vista de resultados fiscais? Não seria correto dizer (isso)”, argumentou o secretário.

O subsecretário da Dívida Pública, Daniel Leal, explicou que o aumento da dívida de um ano para outro pode estar relacionado aos juros ou a um bom momento do mercado, em que há mais emissões e recomposição do colchão de liquidez. “Isso aqui está muito mais relacionado a um bom momento que a gente teve em 2025 que propiciou a gente poder fazer uma emissão e recompor esse colchão de liquidez para enfrentar 2026.”

Hoje será divulgado o Resultado do Tesouro Nacional (RTN), com o resultado fiscal das contas do governo no ano passado.

e Investidor
ESTÁDÃO

GUIA GRATUITO

ONDE INVESTIR EM 2026

Confira orientações práticas e informações estratégicas para investir melhor em um ano cheio de incertezas

Aponte a câmera para o QR Code ao lado e acesse agora o material gratuitamente!

SERASA S.A.
CNPJ/ME nº 02.173.620/0001-89 - NIRE 35.3.0006256-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de dezembro de 2025. 1. Data, Hora e Local: Ao 01 de dezembro de 2025, às 14h00, por meio de vídeo conferência. 2. **Presença:** Acionistas titulares de ações representando 99,61% (noventa e nove inteiros e sessenta e um décimos por cento) do capital social e votante da Serasa S.A., companhia com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14401 - Torre C-1 do Complexo Parque da Cidade - conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 221, 222, 231, 232, 241 e 242, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000 (“Companhia”).

3. **Convocação:** O Edital de convocação foi publicado nas edições de 19, 20 e 21 de maio de 2025 do “Estado”, com divulgação simultânea na versão impressa, em suas páginas B10, B3 e B7, respectivamente, e na versão digital na internet, com certificação digital da autenticidade dos documentos por autoridade certificadora credenciada no âmbito da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (“CP-Brasil”), na forma do disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e no artigo 9, parágrafo segundo da Estatuta Social da Companhia. 4. **Mesa Diretora:** Fernando Augusto Silva Rodrigues, Secretário; Luísa Scarpelli da Costa, 5. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) os termos e condições do Protocolo e Justificação de Motivos referente a incorporação da SOFACIL TECNOLÓGICA LTDA, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na rua Tapajós, nº 941, 01º andar, Bairro Barcelona, CEP 09551-230 - inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/ME”) sob nº 07.292.000/01-21, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCEESP”) sob nº 35.220.285.526 neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“SOFACIL”), pela Companhia; (ii) ratificação da nomeação e contratação da empresa avaliadora KPMG Auditores Independentes Ltda. como Empresa Avaliadora da Incorporação da SOFACIL pela Companhia; (iii) os termos e condições do Laudo de Avaliação de Incorporação referente a incorporação da SOFACIL pela Companhia; (iv) a incorporação da SOFACIL pela Companhia; (v) consignar a renúncia do Sr. José Luis Teixeira Rossi do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (vi) outros assuntos de interesse geral da Companhia. 6. **Deliberações:** Aberto os trabalhos pelo Presidente, os acionistas presentes, resolveram: (a) aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação de Motivos de Incorporação datado de 01 de dezembro de 2025 referente a incorporação da SOFACIL pela Companhia (“Incorporação”), o qual foi assistido pela administração da SOFACIL e pela administração da Companhia (“Protocolo e Justificação”) sendo parte integrante desta ata com Anexo 1; (b) consignar e ratificar a nomeação e contratação da empresa avaliadora KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Verbo Divino, 1400, conjunto térreo ao 8011, bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911 - São Paulo/SP - Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob nº: 07.755.217.000/1-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob nº: 25P-027680-0-17-32 representada pelo seu sócio, Sr. David Ruiz Assunção, contador, portador do RG nº 43.625.281-8, inscrito no CPF sob nº 366.959.328-23 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob nº 038.1527.0086-C-2, residente e domiciliado, São Paulo/SP, com escritório no endereço da representada (“Empresa Avaliadora”), a qual, previamente consultada, aceitou o encargo e apresentou a sua avaliação do patrimônio líquido da SOFACIL, com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de outubro de 2025 (“Data Base”), em estrita observância com os critérios contábeis e a legislação societária em vigor; (c) aprovar os termos e condições do Laudo de Avaliação de Incorporação datado de 01 de dezembro de 2025 (“Laudo de Avaliação de Incorporação”), o qual faz parte desta instrumetário como Anexo 1; o qual descreve e confirma o patrimônio líquido da SOFACIL, sua composição e nível de ativos, passivos, direitos e obrigações - a ser verificado à Companhia, que ficou apurado no montante de R\$ 274.000,00 (sete milhões e quinhentos e setenta e quatro mil reais); (d) aprovar a incorporação com a venda de todo o patrimônio líquido da SOFACIL à Companhia e a consequente extinção da incorporação, nos termos dos artigos 1.116, 1.117 e 1.118 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e dos artigos 223, 224 e 225 da Lei das Sociedades por Ações. A incorporação não resultará em aumento de capital da Companhia, alteração da composição societária da Companhia e/ou alteração estatutária da Companhia, os quais permanecerão inalterados tendo em vista que (i) a Companhia é a única sócia da SOFACIL, e (ii) o investimento que a Companhia possui na SOFACIL será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da SOFACIL, os quais serão assumidos pela Companhia que passará a suceder a SOFACIL a título universal em todos os seus direitos e obrigações, observado que o ativo patrimonial líquido da SOFACIL, incluindo direitos e obrigações, será assumido pela filial da Incorporadora, inscrita no CNPJ/ME sob o número 02.173.620/0003-05; (f) consignar a renúncia do Sr. José Luis Teixeira Rossi, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 45.112.620-1 (FPM), inscrito no CPF/ME sob o nº 864.492.387-72, com endereço comercial em 80 Victoria Street, 6º andar, Central Plaza, Londres, Reino Unido, do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida no dia 30 de setembro de 2025, conforme Carta de Renúncia devidamente registrada em 30 de outubro de 2025 na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob nº 366.034/25-0; Por fim, os acionistas presentes autorizam a tomada de todas as providências necessárias para as deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, inclusive perante órgãos e repartições públicas. 7. **Lavratura:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. 8. **Encerramento:** Nada mais havendo a se tratar, e como nenhum dos presentes fez uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. 9. **Assinaturas:** Mesa: Presidente, Fernando Augusto Silva Rodrigues e Secretário, Luísa Scarpelli da Costa. Acionistas Presentes: OUS Europe Holdings B.V. (pp. Fernando Augusto Silva Rodrigues), Experian Nomines Limited (pp. Fernando Augusto Silva Rodrigues). Esta ata é cópia fiel da que foi lavrada em livro próprio. Mesa: Fernando Augusto Silva Rodrigues - Presidente, Luísa Scarpelli da Costa - Secretária. JUCESP nº 430.220/25-9 em 01/12/2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MEIO ELETRÔNICO Nº 90.07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.171/2025 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CHAVEIRO E CARIMBOS, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estão à disposição dos interessados no site: <https://www.gov.br/compra/pt-br> e <https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245> - Envio das Propostas de Preços pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 30/01/2026 e DATA E HORA DA ABERTURA DA CEGASO PÚBLICA: 12/02/2026 às 10h00min.

Osasco, 28 de janeiro de 2026.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

B6 Sistema financeiro.

Banco Central deu aval a sócio do Master

que era suspeito de pagar propina.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

E&N



INCLUI CLASSIFICADOS

B1



DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B12)

QUINTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2026 O ESTADO DE S. PAULO

Política monetária Juro básico

BC mantém juros, mas indica cortes

Copom sinaliza redução da taxa Selic, mantida em 15% ao ano, a partir de março; mas aponta persistência de riscos 'geopolíticos' e da 'política fiscal' sobre a inflação

estadaodigital#instat02@saojoaoopra.gov.br

BRASÍLIA
SÃO PAULO

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) manteve ontem a taxa de juros em 15% citando o impacto na inflação do "contexto geopolítico". No comunicado ao final da reunião, contudo, a autoridade monetária indicou que deve iniciar a redução da taxa Selic em março.

"O comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta", afirmou o BC no comunicado.

No Boletim Focus, divulgado no começo desta semana, o mercado projetava inflação de 4% no fim deste ano, acima do centro da meta, de 3% – a tolerância é de um ponto porcentual para cima ou para baixo.

Além das questões externas, o comitê também repetiu ontem que acompanha o impacto de "desenvolvimentos da política fiscal doméstica" sobre a inflação. Segundo o Copom, o cenário interno continua marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência da atividade e pressões do mercado de trabalho.

Para o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, a sinalização do Copom é "inequívoca" sobre o corte em março, mas com prudência. Ele afirmou que o Copom teve a cautela de manter uma redação cuidadosa no comunicado, reforçando que a inflação segue acima da meta. Ele espera um corte de 0,5 ponto porcentual na próxima reunião.

Na avaliação do Bradesco, o Copom explicitou a redução dos juros em março, mas não se comprometeu com o ritmo de cortes. "Segundo o BC, o ambiente ainda é de incertezas, trazendo a necessidade de cautela", afirmou o Bradesco, em nota a clientes.

CÍCERO COTRIM, MARIANNA GUALTER, EDUARDO LAGUNA E CAROLINE ARAGAKI

RENDA FIXA LÍDERA, MAS CENÁRIO PEDE CAUTELA E DIVERSIFICAÇÃO. PÁG. B2

BREVE LANÇAMENTO NO ITAIM BIBI

JANÔ

INTERIORES
POR DADO
CASTELLO BRANCO

Aptos de 150 m²* e 185 m²*
com pé-direito duplo
no living

* DEPÓSITO E OFFICE
EXCLUSIVOS

VISITE O
DECORADO

RUA BANDEIRA
PAULISTA, 669

11 2132-8939

EDIFICIOJANO.COM.BR



PARTICIPAÇÃO:

CORDOBA
CONSTRUTORA DECORALTA

REALIZAÇÃO:

RFM

FUTURO LANÇAMENTO, MATERIAL PROMOCIONAL DA LAMPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ/MF Nº 41.725.014/0001-50. TODAS AS IMAGENS E PERSPECTIVAS CONTIDAS NESTE MATERIAL SÃO MERAMENTE ILUSTRATIVAS, PODENDO SOFRER ALTERAÇÕES QUANTO À FORMA, COR, TEXTURA E TAMANHO, ASSIM COMO OS MODELOS DIMENSIONAIS E ACABAMENTOS, A DECORAÇÃO, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DAS CASAS E SUAS IMAGENS SÃO MERAS SUGESTÕES, PODERÃO SER MODIFICADOS, NO TODO OU EM PARTE, SEM ABRIGAR A RESPONSABILIDADE DA ENTREGA DA INCORPORADORA. O EMPREENDIMENTO SERÁ ENTREGUE CONFORME O MEMORIAL DESCRITIVO. AS PLANTAS AQUI ILUSTRADAS PODERÃO SOFRER AJUSTES DECORRENTES DA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DE INCORPORAÇÃO, DOS PROJETOS LEGAIS E EXECUTIVOS DE ESTRUTURA, ARQUITETURA E INSTALAÇÕES. A COMERCIALIZAÇÃO DAS UNIDADES AUTÔNOMAS APENAS OCORRERÁ APÓS A APROVAÇÃO DO PROJETO LEGAL JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO E O REGISTRO DO RESPECTIVO MEMORIAL DE INCORPORAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS EM SÃO PAULO COMPETENTE.



Alvaro Gribel E-mail: alvaro.gribel@estadao.com; X: @alvarogribel

Calma em meio à tempestade

O Banco Central manteve a Selic em 15% ao ano, mas indicou que vai começar a cortar a taxa na próxima reunião, em março. O BC, dessa forma, cumpriu à risca as boas práticas de condução da política monetária: subiu os juros quando a inflação ameaçou sair do controle, suportou a pressão política que vinha de vários lados e esperou pacientemente até que ficasse claro o efeito do aperto sobre os preços e sobre o controle das expectativas. Para quem esperava um BC leniente no governo Lula, o script não poderia ter sido mais diferente.

O ciclo de cortes vai come-

çar com a inflação já dentro do intervalo de tolerância, mas ainda longe do centro da meta de 3%. Por isso, o comunicado da reunião do Copom sinalizou que os juros vão cair, mas que permanecerá a “restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta”.

Em português claro, o corte deve ser pequeno, possivelmente de 0,25 ponto percentual, o que manterá a Selic em patamar extremamente elevado mesmo em ano eleitoral. O calendário político, na verdade, não faz parte do horizonte relevante para o Banco Central; mas, no Brasil, poucos conseguem entender que

a condução da política monetária funciona dessa forma. É o mesmo erro que tem sido cometido pelo presidente americano Donald Trump, que pressiona o Fed para reduzir os juros.

Para quem esperava um BC leniente no governo Lula, script não poderia ter sido mais diferente

Esta semana o IBGE divulgou o IPCA-15 de janeiro, que mostrou uma leve aceleração na taxa acumulada em 12 me-

ses, de 4,41% para 4,5%. Essa alta já era esperada, mas há poucos meses a expectativa dos economistas era de que o número voltasse a estourar o teto – o que não aconteceu. O cenário ficou um pouco mais benigno. Ao mesmo tempo, o Boletim Focus, que capta as projeções do mercado, apontou que o IPCA vai terminar 2026 em 4%, para recuar para 3,8% no ano que vem e cair novamente para 3,5% no ano seguinte.

Já o Banco Central, pelo seu modelo, prevê que a inflação estará em 3,2% no terceiro trimestre de 2027, muito próxima da meta de 3%. Por vários

ângulos, a expectativa é de redução da inflação, e não de alta. O BC ainda pode receber uma ajuda do dólar fraco, com a fuga de capitais dos EUA e das políticas de Trump, em direção a países emergentes como o Brasil. Quanto maior for esse fluxo, mas fácil ficará o trabalho de quebrar da inércia inflacionária.

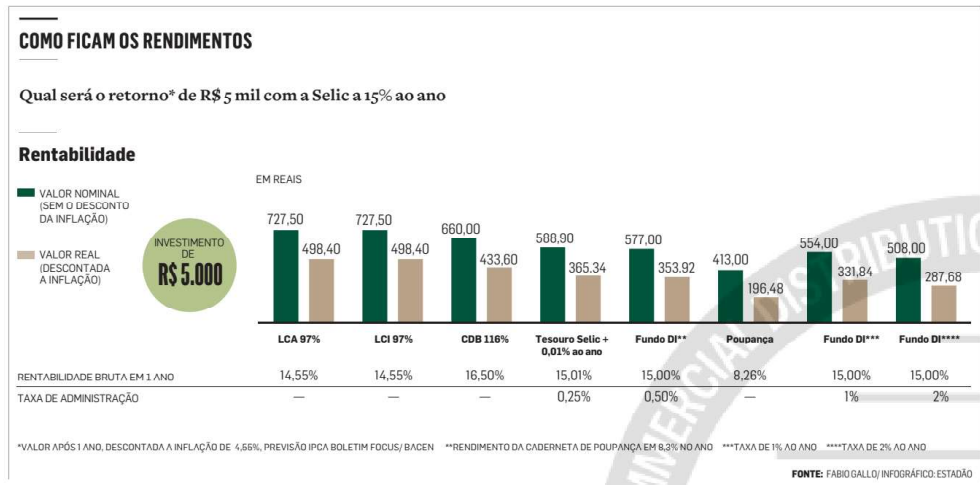
Em meio à tempestade do Banco Master, com muitos tentando culpar a polícia pelos crimes do ladrão, o Banco Central acertou na condução dos juros para o controle da inflação.

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça Mendonça de Barros e Alexandre Schwartzman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês); Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês) TER. Pedro Fernando Nery e Demir Getschko (quinzenalmente) QUA. Fábio Alves QUIL Alvaro Gribel SEX. Etena Landau SAB. Fabio Gallo DOM. José Roberto

Aplicações financeiras Cenário

Renda fixa lidera em retornos, mas cenário pede cautela e diversificação



Especialistas sugerem atenção aos prazos das aplicações e veem alta da Bolsa como oportunidade para diversificar carteira

e|investidor

ISABELLA ORTIZ

A manutenção da taxa Selic em 15% ao ano significa ao investidor que as aplicações em renda fixa seguirão garantindo retornos elevados, mas também com o risco de decisões excessivamente concentradas no curto prazo. Na avaliação de espe-

cialistas, o momento pede organização da carteira de acordo com prazo – já que a Selic deve começar a cair em março –, objetivos e perfil de risco.

No curto prazo, a Selic elevada torna os investimentos pós-fixados imbatíveis em termos de risco e retorno. Segundo o economista Cristian Pelizza, títulos públicos e Certificados de Depósito Bancário (CDBs) pós-fixados acompanham a taxa básica de juros e oferecem previsibilidade, liquidez e segurança. Características que fazem dos pós-fixados a base natural da carteira, especialmente para reserva de emergência e objetivos de curto prazo.

No entanto, os especialistas alertam que concentrar todos os recursos nesse tipo de ativo pode

limitar o potencial de ganhos ao longo do ciclo econômico.

Quando o horizonte de investimento se alonga, explica Pelizza, ativos prefixados e títulos atrelados à inflação ganham relevância. “A taxa real de juros es-

Disparada Com avanço de 34% em 2025 e alta de quase 15% este mês, analistas veem oportunidades na Bolsa

tá muito alta no Brasil”, diz, destacando a existência de papéis IPCA+ com spreads (diferença entre dois preços) próximos de 7% ao ano, nível pouco comuns últimos 10 a 15 anos.

Esses títulos permitem ao investidor travar taxas elevadas por períodos mais longos, o que pode gerar ganhos relevantes caso o ciclo de juros comece a se inverter. Mas a entrada nesses papéis deve ser gradual, respeitando o fluxo de caixa e evitando a perda de liquidez.

Para a gerente da Daycoval Investe, Priscilla Cacavallo, cada produto de renda fixa cumpre uma função específica dentro da carteira. Tesouro Selic e CDBs pós-fixados, por exemplo, funcionam como base de liquidez, especialmente para objetivos de curto prazo. Mas ela lembra que o Tesouro Selic sofre marcação a mercado, o que pode gerar perdas em resgates antecipados. Assim, CDBs

pós-fixados de bancos sólidos tendem a ser mais adequados para liquidez imediata.








Já os títulos prefixados seguem oferecendo taxas atrativas, sobretudo em prazos entre seis meses e um ano, período em que a curva de juros ainda paga prêmios elevados. “Não é tarde demais para investir em prefixados”, diz Priscilla, ao explicar que para vencimentos mais longos as taxas já embutem a expectativa de queda da Selic.

BOLSA E DÓLAR. Apesar do custo de oportunidade imposto pela Selic a 15%, a renda variável não sai do radar. Pelizza lembra que a Selic é um juro de curto prazo, enquanto o investimento em ações deve ser avaliado com base na curva de juros mais longa. Para ele, a Bolsa brasileira ficou barata ao longo do tempo, o que já atraiu fluxo de investidores estrangeiros.

Priscilla lembra que, mesmo em um ambiente de juros altos, o Ibovespa subiu 34% em 2025, e avança mais de 14% neste mês, com sucessivos recordes de fechamento. Isso mostra que juros altos não impedem a geração de valor, mas tornam o mercado mais seletivo. A preferência deve recair sobre ações de empresas com balanços sólidos, baixa alavancagem, forte geração de caixa e, em muitos casos, exposição a exportações e commodities.

Com juros altos no Brasil, o diferencial em relação aos Estados Unidos segue elevado, favorecendo o ingresso de dólares no País, o que tende a depreciar a moeda. Ainda assim, os especialistas defendem que o investidor pessoa física mantenha uma parcela da carteira dolarizada. Para Pelizza, o dólar funciona como instrumento de proteção. “Se as coisas andam mal no Brasil, isso tende a aparecer na taxa de câmbio”, diz.

O COLUNISTA CELSO MING ESTÁ DE LICENÇA

 BBAS3	BMFBOVESPA:CIEL3	 VALE3	BMFBOVESPA:NTCO3	 PETR3	 WEGE3	 ITUB3	 IBOV 
--	------------------	---	------------------	---	---	---	--

Publicidade

Investimentos

XP, BTG e Nubank são alvo de ação judicial no caso Master; promotoria vai analisar

Ação civil pública condena o uso do FGC como argumento comercial e pede responsabilização das corretoras; XP classificou o processo como oportunista e o Nubank destacou que não trabalha com assessores de investimentos; procurado, BTG não se manifestou



Por **Isabela Ortiz**

27/01/2026 | 9:29 • Atualização: 27/01/2026 | 9:29





XP, BTG e Nubank são alvos de Ação Civil Pública que discute a comunicação de risco na venda de CDBs do Banco Master. (Imagem: Adobe Stock)

A 6.ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro encaminhou na última quinta-feira (23) para apreciação do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) uma **Ação Civil Pública (ACP)** que pede a responsabilização de **XP Investimentos, BTG Pactual e Nubank** pela forma como **CDBs do Banco Master** foram comercializados antes da **liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central (BC)**, em novembro de 2025.

Leia mais:

- **FGC aciona garantia para clientes do Will Bank após liquidação; veja mais detalhes**
- **FGC do Banco Master desencadeia corrida bilionária entre XP e BTG por realocação de CDBs**
- **O risco de investir em CDBs após Master e Will Bank: o que a taxa de retorno esconde sobre liquidez e emissor do ativo**

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

Ajuizada pelo Instituto Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e do Trabalhador (Abradecont), o texto sustenta que as instituições utilizaram o **Fundo Garantidor de Créditos (FGC)** como principal argumento comercial, criando uma percepção de segurança incompatível com os riscos reais do emissor. A **XP classificou a ação como oportunista** e alega que não há dano concreto porque os investidores estão sendo ressarcidos. O **Nubank** diz que encerrou a oferta de CDBs



Não perca as nossas newsletters!

Selecione a(s) news(s) que deseja receber:



Direto da Faria Lima

E-mail

Inscriva-se

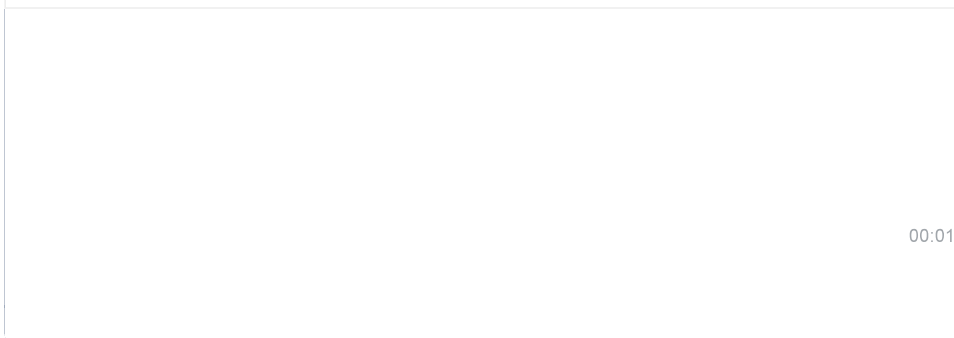
Estou de acordo com a Política de Privacidade do Estadão, com a Política de Privacidade da Agora e com os Termos de Uso.

Cotações

28/01/2026 21h30 (delay 1!)

do Master em 2024 e que **não trabalha com modelo de assessores de investimentos**. O **BTG** não se posicionou; *veja mais detalhes sobre o posicionamento das empresas abaixo.*

Ad 1 of 2 : (0:08)



Indices Futures Forex

fev. mai. ago.

1D 1M 3M 1A 5A Todos

IBOV^D 184.691,0
Índice Bovespa +2.771,92 +1,52

Índice Nasdaq Composite

NDX
Índice Nasdaq 100

SPX500 6.992,
Índice S&P 500 +4,90 +0,07

Diante disso, o MP vai intervir no caso e analisar todas as alegações, tanto das instituições financeiras quanto da Abradecont, de forma a avaliar a responsabilidade das corretoras no caso que levou 800 mil investidores pessoa física a buscarem **ressarcimento no FGC**. Caso identifique irregularidades, o órgão pode instaurar um **inquérito civil**, instrumento utilizado para investigar possíveis fraudes ou danos coletivos.

Segundo o advogado e consultor jurídico Vanderlei Garcia Jr., especialista em direito societário e contratual, nesse tipo de ação torna-se obrigatória a atuação do **Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ)** no acompanhamento do caso. “Neste momento, o foco é verificar a conduta das instituições sob a ótica do **direito do consumidor e da informação**”, diz. Se surgirem indícios de infrações federais, como eventual lesão à União ou matérias de competência federal, o caso pode migrar da esfera estadual para a Justiça Federal, com o envolvimento do Ministério Público Federal.

Publicidade

Câmbio

28/01/2026 21h30 (delay 1!)

USDBRL
DOLAR AMERICANO / REAL BRASILEIRO

5,22790 +0,21% (0,01097)

Publicidade

Invista em oportunidades que combinam com seus objetivos. [Faça seu cadastro na Ágora Investimentos](#)

Mais lidas

- 1 XP, BTG e Nubank são alvo de ação judicial no caso Master; promotoria analisar
- 2 Ibovespa hoje renova recorde em di de decisão de juros no Brasil e nos E
- 3 Dólar na contramão de ouro, prata e petróleo: o que as cotações indicam investidor
- 4 Após sequência de recordes, Iboves hoje fecha em leve queda à espera d Copom e Fed
- 5 Selic a 15%: como investir em juros altos sem travar a carteira no curto



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital

AV. ENRIQUE DUARTE, 115, SALA 702, LARANJEIROS - BARRA DE CARLOS - CEP: 20030007 - Fone: 21 97330941 - Email: cap6@tjrrj.jus.br

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 3000154-51.2026.8.19.0001/RJ

AUTOR: INSTITUTO ABRADRECONT

RÉU: XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO TITULOS E VA

RÉU: BTG PACTUAL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.

RÉU: NU INVESTIMENTOS S.A. - CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

DESPACHO/DECISÃO

AO MINISTÉRIO PÚBLICO,

Documento assinado eletronicamente por SIMONE GASTESI CHEVRAND, Juiz de Direito, em 23/01/2026, às 13:55:13, conforme art. 1º, III, "B", da Lei 11.418/2006. A autenticidade do documento pode ser confirmada no site https://ptsc1g01.jus.br/sgpc/externo/consultadoc.php?acao=consulta_documento, informando o código verificador 190801199681+2 e o código CRC 44670dcb.

Despacho inicial da ACP

“A **Abradecont** está acionando XP, BTG e Nubank para combater o que consideramos uma propaganda vinculativa abusiva. As instituições não podem utilizar o **fundo garantidor como ‘isca’ de marketing** para vender uma falsa percepção de segurança, especialmente quando esse fundo é custeado pelo próprio ecossistema do consumidor”, diz a associação, em nota assinada pelo diretor Evilásio Erthal.

O que diz a ação contra bancos e corretora no caso Master

O pano de fundo do processo é o **colapso do Banco Master**, que acionou cerca de **R\$ 40,6 bilhões em garantias do FGC** e expôs uma **fragilidade estrutural no sistema de distribuição de investimentos** no Brasil. Embora a quebra do banco não seja imputada às corretoras, a ação judicial desloca o debate para a forma como o risco desses produtos foi apresentado ao consumidor. A associação defende que, apesar dos CDBs também terem sido comercializados por outras corretoras menores, a tríade mencionada foi a mais agressiva na venda do produto.

A petição inicial, obtida pelo **E-Investidor**, questiona a narrativa comercial das empresas financeiras. A Abradecont argumenta que XP, BTG e Nubank transformaram um mecanismo de mitigação de risco em uma promessa implícita de proteção absoluta, especialmente ao associar os títulos a expressões como “**baixo risco**” ou “adequado para **conservadores**”.

- Bancos e corretoras travam disputa por R\$ 41 bi do FGC: [veja as ofertas agressivas para clientes ressarcidos por CDBs do Banco Master](#)

A tese central é que as corretoras sabiam, ou tinham condições técnicas e legais de saber, que os **CDBs do Banco Master** apresentavam risco acima do normal. O pedido inicial à Justiça menciona alertas de mercado, notícias, análises internas e auditorias que indicariam deterioração da situação financeira do emissor antes da **liquidação extrajudicial**. Segundo o advogado Sérgio Antunes, do escritório representando a Abradecont, os produtos permaneceram em destaque nas plataformas, inclusive para aportes acima do **limite de cobertura do FGC**, de **R\$ 250 mil**.

A XP liderou o volume de vendas de CDBs do Banco Master, com R\$ 26 bilhões, enquanto o BTG Pactual distribuiu R\$ 6,7 bilhões. O Nubank também possui uma participação relevante de R\$ 2,9 bilhões. O trio responde por R\$ 35,6 bilhões dos R\$ 40,6 bilhões totais, enquanto os cerca de R\$ 5 bilhões restantes estão distribuídos entre corretoras menores e investidores independentes.

- “Aguardando validação”: **investidores do Banco Master relatam atrasos e falhas no app do FGC**

Na petição, a Abradecont pede ainda que a Justiça obrigue XP, BTG Pactual e **Nubank** a constituírem uma garantia financeira já no início do processo. A associação sustenta que é necessário impor uma **caução** em valor a ser definido pelo juiz, dividida proporcionalmente entre as rés (65% para a XP, 25% para o BTG e 10% para o Nubank), refletindo o peso de cada uma na distribuição e nas comissões recebidas.

A entidade também solicita a expedição de ofícios ao **Banco Central**, à **CVM** e ao **FGC** para apurar a situação regulatória do Banco Master, a existência de alertas de risco, reclamações de consumidores e eventuais processos ou fiscalizações envolvendo as plataformas, bem como para detalhar o funcionamento e os limites da cobertura do FGC, que, segundo a petição, teria sido superdimensionado na comunicação aos investidores.

XP, BTG e Nubank se posicionam sobre a ação



O caso do Banco Master reacendeu o debate sobre os limites do FGC e os riscos de usar CDBs de bancos menores como reserva de emergência, mesmo com taxas atrativas. (Foto: Adobe Stock)

A simples comercialização de CDBs emitidos por terceiros faz parte do modelo de negócios das corretoras e, por si só, não configura irregularidade. Segundo fontes ouvidas pelo **E-Investidor**, o que está em análise é a **avaliação e a comunicação do risco**. Caso fique comprovado que existiam informações relevantes sobre



A legislação brasileira sobre direitos do consumidor impõe padrões de transparência e boa-fé, especialmente quando há assimetria informacional entre fornecedor e consumidor. Nesse contexto, não basta demonstrar ausência de dolo (quando há intenção): **as instituições podem ser chamadas a responder por falhas**

no dever de informar, mesmo sem comprovação de má-fé deliberada.

- FGC muda discurso das 48h para pagar CDBs do Master: **“Não existe prazo legal definido”; veja como fica quem ainda não foi ressarcido**

A reação da XP foi imediata. A corretora apresentou petição nos autos classificando a ação como oportunista e sustentando que os CDBs do Banco Master eram produtos de baixo risco por estarem **cobertos pelo FGC**. A empresa afirma ainda que não há dano concreto, uma vez que os investidores estão sendo ressarcidos, inclusive com remuneração superior à média do mercado.

A defesa também alerta para um possível efeito sistêmico caso o Judiciário intervenha na forma de comercialização de produtos de **renda fixa**, argumentando que uma liminar poderia gerar instabilidade no **mercado financeiro** e prejudicar investidores conservadores, o que a XP chama de *“periculum in mora inverso”*.

O Nubank afirma que parou de ofertar no seu aplicativo novos CDBs do Master em 2024. “Reforçamos que o Nubank não utiliza o modelo de assessores de investimento, garantindo que os clientes tenham total autonomia para escolherem seus produtos diretamente no aplicativo. Todas as nossas atividades observam rigorosamente as normas regulatórias vigentes”, explicou a empresa. O banco herdou parte desses CDBs do Master quando incorporou a Easynvest em 2020, posteriormente renomeada para Nu Invest em 2021.

Além de **XP Investimentos** e **Nubank**, o **BTG** foi procurado pela reportagem, mas ainda não se posicionou sobre a **Ação Civil Pública** no caso dos **CDBs do Banco Master**.

Publicidade



Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Compartilhe:

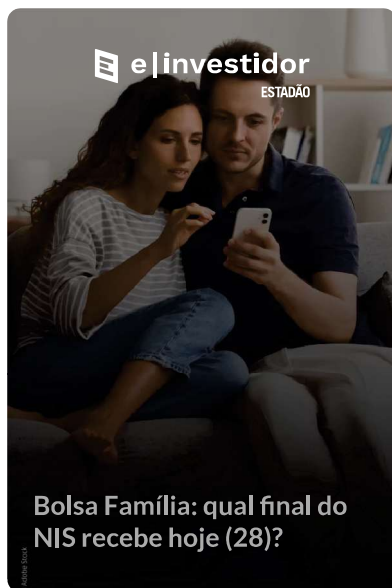
[f](#) [X](#) [🗨️](#) [in](#) [✉️](#) [🔗](#)

Tudo Sobre

- [banco master](#)
- [BTG Pactual](#)
- [CDBs](#)
- [Conteúdo E-Investidor](#)
- [Nubank](#)
- [XP Investimentos](#)

Webstories

[Veja mais >](#)



Últimas: Investimentos

Publicidade



INVESTIMENTOS <

Copom indica queda da Selic em março e mercado se divide sobre tamanho do corte

Economistas avaliam que tom do comunicado sinaliza início de um ciclo de corte de juros gradual

28/01/2026 | 20h37 | Por Beatriz Rocha

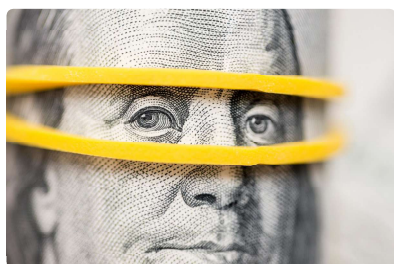


INVESTIMENTOS <

Selic a 15%: como investir em juros altos sem travar a carteira no curto prazo

Juros elevados favorecem a renda fixa, mas especialistas alertam para erros comuns e defendem diversificação entre pós-fixados, prefixados, IPCA+ e bolsa

28/01/2026 | 18h32 | Por Isabela Ortiz



INVESTIMENTOS <

Dólar perde força: por que a moeda enfraquece — e até onde pode cair

Fraqueza global do dólar, fluxo estrangeiro e juros explicam o movimento; analistas divergem sobre a chance de a moeda voltar abaixo de R\$ 5

28/01/2026 | 16h25 | Por Daniel Rocha



INVESTIMENTOS <

Vale manter Taurus (TASA4) na carteira em 2026? Veja riscos, dividendos e cenário para a ação

Queda nas vendas, pressão sobre resultados e aumento da alavancagem levantam dúvidas sobre o futuro da fabricante de armas

28/01/2026 | 12h06 | Por Camilly Rosaboni

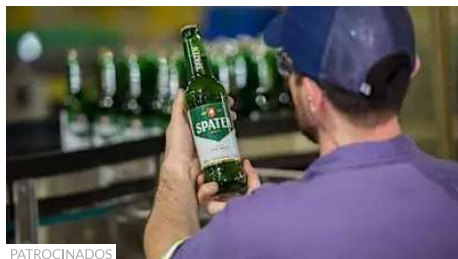
[Veja mais](#)

Recomendados



PATROCINADOS

Alumínio do Pará ganha novos contornos na busca pela paz



PATROCINADOS

Ambev investe R\$ 10 bilhões no País e reforça papel da cerveja como motor da economia



Veja o que diz a defesa de adolescentes suspeitos de envolvimento na morte do cão 'Orelha'



Notícias

- Últimas Notícias
- Investimentos
- Criptomoedas
- Negócios
- Mercado
- Educação
- Financeira
- Comportamento

E-Investidor

- Expediente
- Fale com a redação
- Termos de uso

Institucional

- Estadão
- Ágora Investimentos

[Newsletters](#)

Materias gratuitos



INSTITUCIONAL

- Código de ética
- Política anticorrupção
- Curso de jornalismo
- Demonstrações Contábeis
- Termo de uso

ATENDIMENTO

- Correções
- Portal do assinante
- Fale conosco
- Trabalhe conosco

Assine Estadão

[Newsletters](#)

ANEXO Nº 9

Resolução 5272	Limite	Pró-Gestão				
		0	I	II	III	IV
7º Renda Fixa	100	✓	✓	✓	✓	✓
I - Fundos ou ETF 100% TP	100	✓	✓	✓	✓	✓
II - TPF em plataforma	100	✓	✓	✓	✓	✓
III - TPF em mercado de balcão	100	✗	✓	✓	✓	✓
IV - Operações Compromissadas	5	✗	✓	✓	✓	✓
V - Fundos ou ETF RF	80	✗	✗	✓	✓	✓
VI - Letra Financeira	20	✗	✗	✓	✓	✓
VII - Fundos Crédito Privado	20	✗	✗	✗	✓	✓
VIII - Fundos Debêntures Infra	20	✗	✗	✗	✓	✓
IX - FIDC Sênior	20	✗	✗	✗	✗	✓
9º Investimentos no Exterior	10	✗	✗	✗	✓	✓
I - Fundo RF - Dívida Externa	10	✗	✗	✗	✓	✓
II - Fundos para Investidor Qualific	10	✗	✗	✗	✓	✓
III - Fundos para Investidor Geral	10	✗	✗	✗	✓	✓
12 Empréstimos Consignados		✓	✓	✓	✓	✓
I - Sem Pró-Gestão	5	✓	✓	✓	✓	✓
II - Pró-Gestão I	10	✗	✓	✓	✓	✓
8º Renda Variável	50	✗	✗	✓	✓	✓
I - FIA	40	✗	✗	✓	✓	✓
II - ETF Ações	40	✗	✗	✓	✓	✓
III - Fundos ou ETF BDR	10	✗	✗	✗	✓	✓
IV - ETF Internacional	10	✗	✗	✗	✓	✓
10 Investimentos Estruturados	20	✗	✗	✓	✓	✓
I - FIM	15	✗	✗	✓	✓	✓
II - FIAGRO	5	✗	✗	✗	✓	✓
III - FIP	10	✗	✗	✗	✗	✓
IV - FIA - Mercado de Acesso	10	✗	✗	✗	✗	✓
11 Fundos Imobiliários	20	✗	✗	✗	✓	✓
14 Limites Gerais - Arts 8 + 10 + 11		0	0	40	50	60

	Limite
18 Aplicações nos emissores	PL RPPS
I - Tesouro Nacional	100
II - Letra Financeira S1 ou S2	5
III - Letra Financeira demais segmentos	2,5
IV - Fundo, FIC ou ETF	20
V - Demais emissores	5
19 Concentração nas Aplicações	PL Fundo
I - Fundo Arts. 7º VII, VIII e IX	5
II - Fundo ou ETF, ex-7º, I	15
§1º - LF por emissão única	25
§2º - PL dos RPPS nos fundos	50
Exceto: I - 12 meses iniciais; II - Art. 7º, I	
19 Concentração nas Aplicações	PL Instituição
III - Instituição S1 ou S2	10
20 Aplicações nos Fundos	PL Gestor
	5

elaborado por Rafael Castro | @naoedoinss

ANEXO Nº 10

RELATÓRIO

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DO SÃO JOÃO PREV

dezembro/2025



INTRODUÇÃO

O Relatório tem por finalidade apresentar as atividades tramitadas na área administrativa e demonstrar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do Instituto de Previdência no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão, atendendo a Política de Investimentos - Manual Pró-Gestão. Também busca informar os dados sobre números de servidores ativos e inativos, quantitativos e qualitativos da Carteira de Investimentos, detalhando os ativos financeiros que a compõem.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

O Instituto de Previdência de São João da Boa Vista concedeu 06 (seis) aposentadorias e 02 (duas) pensões, no mês de dezembro.

Os processos de concessão de benefícios previdenciários foram analisados pela Diretoria Benefícios e Diretoria Jurídica, garantindo assim que os mesmos atendam aos requisitos legais estabelecidos para sua concessão e pagamento.

Todos os processos de concessão de benefícios — sejam aposentadorias, pensões ou averbações — são analisados e aprovados pelos membros do Conselho de Administração, e as respectivas portarias são publicadas no Diário Oficial do Município.

CANAIS DE ATENDIMENTO DO SÃO JOÃO PREV

O Instituto de Previdência Municipal utiliza dos meios eletrônicos e telefônicos para o atendimento a distância, além do atendimento presencial ao público em geral, sejam beneficiários, fornecedores, instituições financeiras e demais públicos.

Uma série de procedimentos e ações foram implementadas para reduzir a necessidade de atendimentos presenciais na sede da instituição:

✓ Para agilizar o atendimento ao servidor ativo, foi implementado o agendamento prévio. Nesse procedimento o servidor procura o IPSJBV para averbação do tempo de contribuição, assim como para contagem de tempo para a aposentadoria, além dos casos do pedido de aposentadoria. No mês de dezembro a Diretoria de Benefícios realizou 11 atendimentos neste segmento.

✓ Após a conclusão do processo de implantação, com todas as inconsistências devidamente ajustadas, as instituições financeiras passaram a utilizar exclusivamente o sistema Consignet para a contratação de novos empréstimos consignados, bem como para o gerenciamento das concessões realizadas anteriormente a contratação do sistema.

✓ O Recadastramento é realizado presencialmente pelo servidor aposentado na sede do Instituto de Previdência ou mediante procuração, quando o aposentado reside em outra localidade ou está impossibilitado de se deslocar.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 106/2025, o IPSJBV implementou a prova de vida on-line por meio do reconhecimento facial, proporcionando mais agilidade, segurança e comodidade aos segurados. Essa inovação permite realizar o procedimento sem a necessidade de deslocamento.

Paralelamente, a lei complementar mantém a opção da prova de vida por visita domiciliar para segurados com dificuldades de locomoção ou condições de saúde que impeçam o comparecimento presencial. Dessa forma, garante-se que beneficiários em situação de vulnerabilidade não sejam prejudicados, preservando seus direitos sem comprometer seu bem-estar.

✓ Além do atendimento por telefone, WhatsApp e e-mail, o São João Prev disponibiliza a ouvidoria como canal de comunicação para que segurados

e servidores possam apresentar reclamações, críticas, elogios, sugestões e pedidos de informação. O foco é garantir agilidade e respostas imediatas aos aposentados e pensionistas. Essa ferramenta contribui para o aprimoramento institucional e a transparência, assegurando a opção de manifestação sigilosa ou anônima.

SERVIDORES

Quadro com total de servidores ativos e inativos por plano Financeiro e Previdenciário e por entes: Prefeitura Municipal, UNIFAE, Câmara Municipal e IPSJBV no mês de dezembro.

<u>QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS EM 31/12/2025</u>					
PLANO FINANCEIRO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	457	3	26	0	486
PENSIONISTAS	105	0	5	0	110
TOTAL - INATIVOS	562	3	31	0	596
ATIVOS	919	2	104	5	1.030
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	469	1	37	0	507
PENSIONISTAS	105	3	6	0	114
TOTAL - INATIVOS	574	4	43	0	621
ATIVOS	1.057	7	166	6	1.236
TOTAL GERAL - PLANOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	926	4	63	0	993
PENSIONISTAS	210	3	11	0	224
TOTAL - INATIVOS	1.136	7	74	0	1.217
ATIVOS	1.976	9	270	11	2.266

RECEITAS E DESPESAS DO MÊS

1 – Plano Financeiro

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Financeiro, foram repassadas ao Instituto de Previdência de forma, sem nenhum registro de inadimplência pelas entidades: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

A Lei Municipal 4.574, de 05 de novembro de 2019, estabelece o plano de amortização do déficit financeiro do Plano Financeiro municipal, determinando repasses mensais para essa finalidade.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, foi estabelecida nova data corte para os Planos Financeiro e Previdenciário do Instituto de Previdência. Assim, os servidores admitidos e aposentados até 31/12/2015, serão do plano em repartição simples (Plano Financeiro), enquanto os admitidos e aposentados a partir de 01/01/2016, pertencerão ao plano capitalizado (Previdenciário).

O quadro abaixo demonstra as receitas orçamentárias arrecadadas e despesas orçamentárias realizadas no mês de dezembro.

RECETA - PLANO FINANCEIRO - 12/2025							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	UTILIZAÇÃO TX. ADMINISTRAÇÃO	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	74.466,81	3.582.101,37	7.365,82	667.592,96	0,00	0,00	4.331.526,96
UNIFAE	21.406,71	858.556,17	0,00	42.271,04	0,00	0,00	922.233,92
CÂMARA	4.004,24	18.392,46	0,00	13.115,46	0,00	18.112,00	53.624,16
INSTITUTO	0,00	18.212,43	0,00	0,00	0,00	0,00	18.212,43
TOTAL	99.877,76	4.477.262,43	7.365,82	722.979,46	0,00	21.797,30	5.325.597,47

DESPESA - PLANO FINANCEIRO - 12/2025							
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	13º SALÁRIO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	3.204.081,26	438.828,43	0,00	131.652,85	0,00	0,00	3.774.562,54
UNIFAE	292.844,15	53.838,51	0,00	25.693,74	0,00	0,00	372.376,40
CÂMARA	53.073,98	0,00	0,00	550,18	0,00	0,00	53.624,16
TOTAL	3.549.999,39	492.666,94	0,00	157.896,77	0,00	0,00	4.200.563,10

Com o repasse das contribuições do 13º salário somadas às normais, não foram apuradas insuficiências para a Prefeitura e a UNIFAE. Assim, não foi necessária a reversão da taxa de administração neste mês. Enquanto a Câmara fez o envio complementar de R\$ 18.112,00, para complementar o pagamento de seus beneficiários inativos.

A seguir, apresenta-se a demonstração do saldo disponível de cada ente, referente à reversão da taxa de administração.

RESERVA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO UTILIZADA ATÉ 31/12/2025					
ENTE	SALDO INICIAL	set/25	out/25	nov/25	SALDO FINAL
PREFEITURA	9.607.231,12	-2.143.629,58	-1.719.496,55	-3.380.194,11	2.363.910,88
UNIFAE	2.279.829,15	-60.035,83	0,00	-49.111,18	2.170.682,14
CÂMARA	55.017,45	-38.418,42	-16.599,03	0,00	0,00
IPSJBV	57.922,28	0,00	0,00	0,00	57.922,28
TOTAL	12.000.000,00	-2.242.083,83	-1.736.095,58	-3.429.305,29	4.592.515,30

2 – Plano Previdenciário

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Previdenciário, foram regularmente repassadas ao Instituto de Previdência, sem qualquer registro de inadimplência por parte das entidades Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

Apresentam-se a seguir os dados referentes às receitas orçamentárias arrecadadas e às despesas orçamentárias realizadas no mês de dezembro, do plano em regime de capitalização.

RECEITA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 12/2025							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	APORTE LC 5.531/2025	TOTAL	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
PREFEITURA	94.244,77	2.512.748,69	0,00	320.221,92	2.112.136,40	5.039.351,78	0,00
UNIFAE	8.265,07	743.579,32	0,00	19.201,12	0,00	771.045,51	0,00
CÂMARA	1.818,17	20.160,14	0,00	4.912,93	0,00	26.891,24	-11.305,70
INSTITUTO	0,00	11.047,56	0,00	0,00	0,00	11.047,56	0,00
TOTAL	104.328,01	3.287.535,71	0,00	344.335,97	2.112.136,40	5.848.336,09	-11.305,70

(-) valores não repassados no mês

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 12/2025							
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	13º SALÁRIO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	3.627.327,77	480.205,01	0,00	174.306,79	0,00	0,00	4.281.839,57
UNIFAE	250.668,89	41.581,41	0,00	46.911,75	0,00	0,00	339.162,05
CÂMARA	13.339,90	23.655,08	0,00	1.201,96	0,00	0,00	38.196,94
TOTAL	3.891.336,56	545.441,50	0,00	222.420,50	0,00	0,00	4.659.198,56

Destaca-se que a Prefeitura Municipal vem realizando os repasses previstos na Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, referentes ao aporte mensal equivalente ao imposto de renda. Esses recursos ficarão capitalizados por cinco anos, podendo o São João Prev utilizá-los para pagamento de benefícios apenas após esse prazo.

A tabela a seguir apresenta os repasses mensais realizados pela Prefeitura. Esses valores são mantidos capitalizados de forma segregada dos demais recursos do IPSJBV.

REPASSE LC Nº 5.531/25 (PP) - PREFEITURA	
MÊS/ANO	VALOR
set/25	2.143.629,50
out/25	2.128.982,20
nov/25	2.156.608,02
dez/25	2.112.136,40
TOTAL	8.541.356,12

Ressalta-se que o aporte equivalente ao IR do 13º salário, no valor de R\$ 1.895.360,37, não foi repassado em dezembro devido a divergências interpretativas. Contudo, após contato do Superintendente com o departamento financeiro da Prefeitura e esclarecimentos sobre a legislação aplicável, a transferência ocorreu em 06/01/2026. Essa regularização garante a capitalização contínua e sustentável do Plano Previdenciário, em conformidade com as normas legais.

Quando a insuficiência financeira for identificada, o Instituto de Previdência manterá as informações em acervo digital, para posterior envio de notificações oficiais para cobrança dos entes. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal tem justificado que, o não repasse segue amparado no *caput* do art. 15, da Lei Complementar nº 4.574, de 05 de novembro de 2019 (lei de custeio em vigor).

O São João Prev encaminhou, em 24 de outubro de 2025, os ofícios nº 918/2025 à Prefeitura Municipal e nº 919/2025 à Câmara Municipal, apresentando as insuficiências financeiras apuradas no Plano Previdenciário no período de outubro de 2023 a setembro de 2025, imediatamente anterior à última segregação de massas. Esses documentos detalham os cálculos das diferenças entre receitas e despesas, com o objetivo de formalizar a cobrança dos valores devidos pelos entes públicos conveniados. O São João Prev aguarda o pronunciamento de ambos visando à regularização dos repasses e à sustentabilidade atuarial do plano, em conformidade com a legislação vigente.

Até o momento a UNIFAE é supervitória no Plano Previdenciário. Tal resultado decorre do volume de arrecadação das contribuições dos servidores ativos, quando comparado ao montante destinado ao pagamento de aposentados e pensionistas.

Em relação à esta questão e atendendo à recomendação do TCE/SP sobre as contas de 2021, foi enviado ao Executivo um anteprojeto para adequar

o artigo 15 da lei de custeio às normas federais e à Constituição. No entanto, o Legislativo rejeitou o projeto, alegando que ele deveria retornar ao Executivo para reavaliação.

A atual gestão de 2025 está dedicada a buscar soluções para a questão atuarial. Por meio de estudos técnicos e do diálogo com o Poder Executivo, a meta é encontrar um caminho que esteja em conformidade com a legislação em vigor e, ao mesmo tempo, atenda aos entendimentos dos órgãos fiscalizadores, promovendo a melhor adequação da situação financeira do São João Prev.

A Diretoria Jurídica do Instituto de Previdência de São João da Boa Vista (IPSJBV) elaborou o anteprojeto de reforma da previdência no âmbito municipal. O documento foi encaminhado para análise da Procuradoria-Geral do Município, procedimento que precede a sua submissão à Câmara Municipal para deliberação.

3 –Taxa de Administração

A Lei Complementar nº 4.574, de 5 de novembro de 2019, com suas alterações, definiu o percentual e o método para cálculo da Taxa de Administração, determinando que mensalmente os Planos Financeiro e Previdenciário repassem o valor apurado, individualmente contabilizado, para custear as despesas correntes e de capital necessárias ao funcionamento do IPSJBV.

Conforme a Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, os percentuais variam de acordo com o porte do RPPS, segundo o Indicador de Situação Previdenciária (ISP): 2% para estados/DF, 2,4% para municípios de grande porte, 3% para municípios de médio porte e 3,6% para municípios de pequeno porte.

A portaria autoriza um acréscimo de 20% sobre esses percentuais para cobrir despesas exclusivas com a certificação institucional no Pró-Gestão RPPS e a certificação profissional de dirigentes e conselheiros.

A Lei Complementar nº 5.008, de 4 de maio de 2022, fixou o percentual de 3%, que, somado ao acréscimo do Pró-Gestão, resulta em 3,6% repassados pelos planos como receita para custear as despesas gerais da Taxa de Administração do São João Prev.

Os recursos da Taxa de Administração, provenientes dos planos Financeiro e Previdenciário, são destinados à manutenção do Instituto de Previdência, incluindo folha de pagamento dos servidores, manutenção predial e veicular, consumo de água, esgoto e energia elétrica, serviços contratados, mão de obra especializada, aquisição de materiais de escritório, produtos de limpeza e demais despesas correlatas.

Nos quadros abaixo, segue demonstrados os valores para os repasses durante o exercício de 2025, montante aportado no mês de dezembro como Suprimento (Receita) da Taxa de Administração, bem como, as referidas despesas ocorridas no mês.

A sobra do mês incorpora-se ao Patrimônio investido e capitalizado do Instituto de Previdência.

SUPRIMENTO PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 12/2025		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
157.896,77	222.420,50	380.317,27

DESPESA PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 12/2025	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA ATIVOS INSTITUTO	145.525,35
CONTRIBUIÇÕES IPSJBV / RGPS	23.958,79
MATERIAL DE CONSUMO	1.007,28
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	81,15
CONSULTORIA	0,00
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	6.932,43
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	26.263,11
SERVIÇO TI	1.361,21
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP / TAXA ILUMINAÇÃO	4.134,61
SENTENÇAS JUDICIAIS-INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	1.200,00
EQUIPAMENTO PERMANENTE	1.244,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS - RETENÇÕES PAGAS	52.990,84
TOTAL	264.698,77

Com aprovação do Conselho Administrativo, a quantia de R\$ 12 milhões da taxa de administração será utilizada para cobrir as insuficiências financeiras apuradas, tanto da Prefeitura Municipal, como da UNIFAE, até o esgotamento da parte equivalente destes, sendo que a Câmara Municipal já utilizou a parte que lhe cabia.

A tabela abaixo detalha a destinação e utilização dos recursos da taxa de administração pelos entes.

RESERVA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO UTILIZADA ATÉ 31/12/2025					
ENTE	SALDO INICIAL	set/25	out/25	nov/25	SALDO FINAL
PREFEITURA	9.607.231,12	-2.143.629,58	-1.719.496,55	-3.380.194,11	2.363.910,88
UNIFAE	2.279.829,15	-60.035,83	0,00	-49.111,18	2.170.682,14
CÂMARA	55.017,45	-38.418,42	-16.599,03	0,00	0,00
IPSJBV	57.922,28	0,00	0,00	0,00	57.922,28
TOTAL	12.000.000,00	-2.242.083,83	-1.736.095,58	-3.429.305,29	4.592.515,30

4 – Fundo de Oscilação de Risco

A Lei Complementar nº 4.574/2019, em seu art. 16, instituiu o Fundo de Oscilação de Risco. Os entes conveniados (Prefeitura Municipal, UNIFAE e Câmara Municipal) efetuaram repasses mensais equivalentes a 1,67% da folha de benefícios previdenciários de seus segurados, pelo período de cinco anos, tendo efetuado o último aporte em novembro de 2024.

O montante acumulado permaneceu capitalizado, destinado à cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas pelo RPPS, além de situações financeiramente excepcionais ou dificuldades orçamentárias, atuando como uma reserva técnica de emergência essencial para a manutenção da solvência do sistema e a garantia do pagamento dos benefícios previdenciários.

Apurou-se não ter sido completadas as duas folhas anuais previstas na LC 4.574/2019, nisso, o Superintendente comunicou a situação aos entes municipais e, com base na referida norma, requereu-se a reativação dos repasses ao Fundo de Oscilação de Risco, na alíquota de 2% incidente sobre a folha de benefícios de dezembro de 2025, a serem creditados em janeiro/2026.

Segue demonstrado os valores apurados em dezembro, para repasse em dezembro:

RESERVA - FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO - 12/2025			
PREFEITURA	UNIFAE	CÂMARA	TOTAL
72.858,19	6.933,65	1.061,48	80.853,32

RECEITAS E DESPESAS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2025.

1 – Plano Financeiro

RECEITA - PLANO FINANCEIRO - de 01 até 12/2025							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	TX. ADM. UTILIZADA	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	1.181.850,90	18.470.309,51	348.383,14	8.259.150,70	7.243.320,24	30.119.607,88	65.622.622,37
UNIFAE	218.847,12	3.988.789,37	13.639,43	708.615,86	109.147,01	894.295,10	5.933.333,89
CÂMARA	42.102,61	91.997,65	0,00	67.656,74	55.017,45	431.849,20	688.623,65
INSTITUTO	0,00	94.918,07	0,00	0,00	0,00	0,00	94.918,07
TOTAL	1.442.800,63	22.646.014,60	362.022,57	9.035.423,30	7.407.484,70	35.709.911,58	72.339.497,98

DESPESA - PLANO FINANCEIRO - de 01 até 12/2025							
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	13º SALÁRIO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	54.478.341,11	6.596.247,17	1.816.298,48	1.579.834,20	330.770,70	264.166,29	65.065.657,95
UNIFAE	3.873.251,79	848.099,68	158.928,27	308.324,88	0,00	0,00	5.188.604,62
CÂMARA	462.822,05	192.559,02	26.640,42	6.602,16	0,00	0,00	688.623,65
TOTAL	58.814.414,95	7.636.905,87	2.001.867,17	1.894.761,24	330.770,70	264.166,29	70.942.886,22

2 – Plano Previdenciário

RECEITA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - de 01 até 12/2025							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	APORTE LC 5.531/2025	TOTAL	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
PREFEITURA	685.023,57	20.585.213,50	63.754,16	2.803.517,43	8.541.356,12	32.678.864,78	-4.057.566,64
UNIFAE	105.288,89	5.831.234,41	0,00	184.588,00	0,00	6.121.111,30	0,00
CÂMARA	22.858,66	156.553,63	0,00	58.507,82	0,00	237.920,11	-186.634,31
INSTITUTO	0,00	102.046,80	0,00	0,00	0,00	102.046,80	0,00
TOTAL	813.171,12	26.675.048,34	63.754,16	3.046.613,25	8.541.356,12	39.139.942,99	-4.244.200,95

(-) valores não repassados no período

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - de 01 até 12/2025							
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	13º SALÁRIO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	28.018.694,50	4.454.893,17	2.088.588,78	2.091.681,48	16.597,48	0,00	36.670.455,41
UNIFAE	2.457.126,46	300.293,91	146.835,86	562.941,00	0,00	0,00	3.467.197,23
CÂMARA	327.502,51	70.965,24	18.566,03	14.423,52	0,00	0,00	431.457,30
TOTAL	30.803.323,47	4.826.152,32	2.253.990,67	2.669.046,00	16.597,48	0,00	40.569.109,94

3 – Taxa de Administração

SUPRIMENTO PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - de 01 até 12/2025		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
1.894.761,24	2.669.046,00	4.563.807,24

DESPESA PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - de 01 até 12/2025	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA ATIVOS INSTITUTO	1.297.220,37
CONTRIBUIÇÕES IPSJBV / RGPS	157.162,57
MATERIAL DE CONSUMO	27.939,50
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	7.438,85
CONSULTORIA	51.100,00
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	75.057,79
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	325.366,60
SERVIÇO TI	16.081,68
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP / TAXA ILUMINAÇÃO	206.451,25
SENTENÇAS JUDICIAIS-INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	13.776,98
EQUIPAMENTO PERMANENTE	8.705,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS - RETENÇÕES PAGAS	432.323,83
TOTAL	2.618.624,42

4 – Fundo de Oscilação de Risco

RESERVA - FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO - de 01 até 12/2025			
PREFEITURA	UNIFAE	CÂMARA	TOTAL
181.373,72	17.045,87	2.655,77	201.075,36

SUPERINTENDÊNCIA

1 - Investimentos

Com o objetivo de promover a transparência, apresentamos as atividades e decisões do Comitê de Investimento.

Segue um breve relato da 22ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 05/12/2025:

✓ Apresentou-se o quadro consolidado dos investimentos do São João Prev, ao final de novembro, que demonstrou rentabilidade positiva de R\$ 1.793.105,30 e patrimônio líquido de R\$ 239.672.228,04, além dos relatórios de alocações por segmento e desempenhos. Para dezembro, o relatório encaminhado apresentou ganho nos primeiros dias do mês de R\$ 250.917,62 e patrimônio de R\$ 240.558.511,79. Ao acessar a plataforma de investimentos durante a reunião, verificou-se atualização nos rendimentos para R\$ 362.649,96 e no PL para R\$ 240.670.279,13.

✓ Em relação à movimentação e análise da carteira de novembro, o Comitê de Investimentos, após deliberar pelo resgate total do fundo ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA, constatou ágio realizado de R\$ 6.788,40. Além disso, o fundo BB PREV RF IMA-B recuperou o deságio de cerca de R\$ 13 mil, encerrando com valorização de R\$ 5.766,70.

✓ Foram apresentados alguns dados que serão tratados no relatório mensal. Entre eles as insuficiências financeiras dos Planos Financeiro e Previdenciário, decorrentes do pagamento do 13º salário, as quais serão compensadas em dezembro com o repasse das contribuições.

Para o pagamento aos beneficiários do Plano Financeiro, utilizou-se a reserva da taxa de administração, restando sobras disponíveis de R\$ 2.363.910,88 para a Prefeitura e R\$ 2.170.682,14 para a UNIFAE.

O Superintendente informou o envio de ofícios à Prefeitura e à Câmara Municipal sobre as insuficiências financeiras apuradas no Plano Previdenciário entre 2023 e 2025, aguardando respostas para eventuais cobranças.

A seguir um breve relato da 23ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 12/12/2025:

✓ A Diretora Administrativa/Financeira apresentou um relatório preliminar da performance da carteira em dezembro e durante a reunião, acessou-se a plataforma Atlas, que revelou retorno consolidado de R\$ 847.438,20 e patrimônio de R\$ 245.342.853,02.

Por meio desse acesso, verificou-se que dois fundos com capitalização abaixo de R\$ 1.500.000,00 registraram rentabilidade negativa: BB PREV RF IMA-B FI, R\$ 6.214,28, e ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC FI, com R\$ 2.764,89. O Comitê acompanhará de forma sistemática ambos.

✓ Devido às férias da Diretora (15/12/2025 a 03/01/2026), a aplicação do aporte de IR sobre a folha de novembro da Prefeitura estimado em R\$ 2.100.000,00, assim como, aproximadamente R\$ 2 milhões de IR equivalente ao 13º salário, foi executado pela contadora do IPSJBV, que investiu o total no fundo BB PREV RF REFERENCIADO PERFIL (conta 75.190-1). Com base nisso, o Comitê deliberou que os títulos públicos fossem adquiridos com esse recurso logo após o retorno da Diretora, desde que a rentabilidade supere 6%, seguindo uma deliberação anterior.

✓ O Comitê analisou o Relatório Administrativo/Financeiro de novembro de 2025, atestando a conformidade dos dados com as ocorrências registradas. Sem ressalvas, aprovou e emitiu o parecer sobre o referido relatório.

2- Demais assuntos administrativos

Cestas de Natal – A Prefeitura Municipal realizou em dezembro de 2025 a tradicional distribuição das cestas de Natal. O benefício contempla não apenas os servidores ativos, mas também os aposentados e pensionistas do São João

Prev, em estrita observância à Lei nº 2.572, de 23 de junho de 2009, que garante a manutenção desta prerrogativa ao longo dos anos.

Com o objetivo de assegurar a transparência e a eficiência logística, o IPSJBV adotou uma estratégia multicanal de divulgação. As orientações detalhadas sobre o cronograma de retirada foram publicadas no site institucional e disseminadas via canais diretos de comunicação, como grupos de mensagens instantâneas (WhatsApp).

O período de entrega foi estabelecido entre o dia 08 de dezembro de 2025 e 09 de janeiro de 2026, permitindo um intervalo adequado para que todos os beneficiários pudessem efetuar a retirada. Esta ação reforça o compromisso da autarquia em manter o fluxo de informações atualizado e acessível, garantindo que os direitos previstos em lei sejam exercidos com comodidade pelos segurados e dependentes.

Sistema para Consignados e Convênios – No mês de dezembro, os empréstimos consignados foram contratados exclusivamente pelo sistema Consignet. Embora ajustes pontuais fossem necessários, como em qualquer implantação, o processo transcorreu dentro da normalidade.

Ressalta-se que o São João Prev mantém compromisso com a modernização e o aprimoramento da segurança nos processos internos.

Minuta da Reforma da Previdência – A minuta desenvolvida pelo IPSJBV, passou pela análise da Procuradoria Geral do Município, do Conselho Administrativo e do Sindicato dos Servidores, encontra-se atualmente em tramitação na Câmara Municipal. O projeto, fundamentado em rigorosos estudos atuariais, estabelece a transição para as novas normas previdenciárias: preserva-se o regime atual para servidores que ingressaram até 31/12/2025, enquanto os novos servidores, a partir de 01/01/2026, serão regidos integralmente pela EC 103/2019, observadas as especificidades para pensões e

aposentadorias especiais (deficiência, involuntárias e via Súmula Vinculante 33/STF).

O texto final consolidou contribuições relevantes do Conselho Administrativo, como a extensão da data-corte para aposentadorias especiais até 31/12/2028 e o marco de 01/01/2026 para o novo regime de pensões. Pontos cruciais para o equilíbrio financeiro, como o abono de permanência de até 100% e as regras de aposentadoria compulsória aos 75 anos, foram mantidos conforme o consenso técnico.

Devido ao recesso legislativo de final de ano, a análise pela Câmara Municipal terá continuidade neste início de 2026. A aprovação é considerada prioritária para garantir a conformidade legal do São João Prev e assegurar a sustentabilidade atuarial do plano a longo prazo.

Fundo de Oscilação de Risco – Informa-se que apenas a Câmara Municipal e a UNIFAE efetuaram o repasse do Fundo de Oscilação de Risco no quinto dia útil de dezembro, cumprindo o prazo estipulado. A Prefeitura Municipal, por sua vez, regularizou o pagamento de R\$ 108.515,53 somente em 17/12/2025, após cobrança formal realizada pelo Superintendente junto ao seu departamento financeiro.

Insuficiência Financeira - A gestão do São João Prev em dezembro de 2025 esteve pautada pela regularização dos fluxos financeiros e pela busca da conformidade legal perante os órgãos de controle.

Um dos pontos centrais da atual administração foi no monitoramento das insuficiências financeiras identificadas no Plano Previdenciário. Para assegurar tal ato, o Instituto mantém um acervo digital detalhando as insuficiências apuradas dos entes municipais. Com base neste controle o São João Prev encaminhará as notificações oficiais de cobrança aos entes públicos.

Nesse contexto, a Superintendência do São João Prev formalizou, em 24 de outubro de 2025, a cobrança de débitos acumulados por meio dos Ofícios nº 918/2025 (Prefeitura Municipal) e nº 919/2025 (Câmara Municipal). Os documentos detalham as diferenças entre receitas e despesas apuradas no período de outubro de 2023 e setembro de 2025, período que precede a última segregação de massas.

O São João Prev aguarda manifestação de ambos (Prefeitura e Câmara), objetivando a quitação dos valores em aberto e o equilíbrio atuarial contínuo do regime, nos termos da lei.

A UNIFAE destaca-se positivamente, pois, a instituição mantém-se superavitária no Plano Previdenciário, uma vez que o volume de arrecadação de seus servidores ativos é superior aos custos com benefícios de aposentados e pensionistas, evidenciando atualmente um equilíbrio em sua massa segurada.

O objetivo final desta gestão permanece focado na sustentabilidade atuarial a longo prazo. Por meio de estudos técnicos e do estrito cumprimento da legislação, o São João Prev busca harmonizar as práticas municipais com as exigências dos órgãos fiscalizadores, garantindo a solvência do sistema e a segurança dos segurados para os próximos exercícios.

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

1 – Cenário Econômico

A seguir uma síntese do cenário macroeconômico de dezembro de 2025, consolidando os principais indicadores e tendências observados no fechamento do ano. O período foi marcado por uma resiliência econômica global frente a barreiras comerciais e um cenário doméstico de cautela fiscal e política monetária restritiva.

➤ **Cenário Internacional: Resiliência em Meio à Incerteza** - O cenário global em dezembro de 2025 refletiu uma economia que, embora fragilizada por novas políticas comerciais e tensões geopolíticas, demonstrou maior vigor do que o antecipado no início do ano.

- **Estados Unidos:** A economia americana surpreendeu com um crescimento robusto, fechando o ano com o PIB avançando cerca de 2,0% a 4,3% (dependendo da métrica trimestral ou anualizada), impulsionado pelo setor de tecnologia e inteligência artificial. Contudo, o mercado sinaliza cautela para 2026 devido ao impacto de tarifas aduaneiras e um mercado de trabalho que começa a perder tração.

- **China e Zona do Euro:** A China manteve um crescimento moderado próximo a 4,5% - 5,0%, enquanto a Zona do Euro apresentou uma recuperação tímida, com o PIB crescendo em torno de 1,3%, limitada pelos custos de energia e baixa produtividade industrial em economias como a Alemanha.

- **Inflação Global:** A tendência de queda continuou, mas de forma heterogênea. Enquanto algumas economias avançadas lutam para consolidar a meta de 2%, o protecionismo comercial surge como um novo risco inflacionário para os próximos anos.

➤ **Cenário Nacional: Equilíbrio entre Juros e Meta Fiscal** - No Brasil, dezembro de 2025 foi um mês de "ajuste de contas". A economia brasileira encerrou o ano com crescimento acima das expectativas iniciais, mas com sinais claros de desaceleração para o biênio seguinte.

- **Inflação e Política Monetária:** O IPCA fechou o ano em 4,26%, conseguindo permanecer dentro do teto da meta (4,5%). O grande vilão do ano foi a energia elétrica, com alta acumulada de 12,31%. Para conter as expectativas desancoradas, o Banco Central manteve a Selic em patamar restritivo, o que deve impactar o consumo em 2026.

- **Cenário Fiscal:** O governo encerrou o ano com foco no cumprimento das metas fiscais. Apesar da melhora na percepção da dívida bruta (projetada em 79,5% do PIB), o mercado permanece vigilante quanto à capacidade de controle de gastos públicos e à sustentabilidade das receitas.
- **Câmbio:** O dólar manteve-se pressionado ao longo de dezembro, refletindo a força da moeda americana globalmente e as incertezas internas, encerrando o ano em R\$ 5,50.

O balanço de dezembro de 2025 indica um fechamento de ano positivo em termos de atividade econômica (PIB), mas desafiador para o controle inflacionário. A resiliência do mercado de trabalho brasileiro, embora positiva socialmente, mantém a inflação de serviços em patamar elevado, o que exigirá juros altos por mais tempo.

Internacionalmente, o foco para 2026 recai sobre o impacto real das políticas protecionistas dos EUA e a capacidade de as economias emergentes absorverem choques externos sem comprometer o crescimento doméstico.

2 – Carteira de Investimentos

O Instituto de Previdência registrou no fechamento de dezembro uma rentabilidade positiva R\$ 2.292.249,56, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de **R\$ 242.738.982,66**.

Investimentos x Meta Atuarial (Mês a Mês)

Mês	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
janeiro	226.216.989,50	2.310.034,18	2.310.034,18	1,02%	1,02%	0,58%	0,58%
fevereiro	229.129.695,26	2.321.094,19	4.631.128,37	1,01%	2,03%	1,74%	2,33%
março	231.835.126,36	2.223.478,85	6.854.607,23	0,96%	3,02%	0,98%	3,33%
abril	233.227.058,55	2.478.979,37	9.333.586,60	1,05%	4,10%	0,85%	4,21%
maio	236.245.800,17	2.357.903,90	11.691.490,50	0,99%	5,13%	0,68%	4,92%
junho	238.148.685,54	1.986.518,88	13.678.009,38	0,83%	6,00%	0,66%	5,62%
julho	241.416.696,81	2.286.151,37	15.964.160,75	0,94%	7,00%	0,68%	6,34%
agosto	238.900.782,55	1.984.975,70	17.949.136,45	0,81%	7,86%	0,31%	6,66%
setembro	241.921.358,57	2.265.180,46	20.214.316,91	0,93%	8,87%	0,90%	7,63%
outubro	242.597.682,88	2.489.826,02	22.704.142,92	1,01%	9,97%	0,51%	8,18%
novembro	239.672.228,04	1.793.105,30	24.497.248,22	0,73%	10,77%	0,60%	8,83%
dezembro	242.738.982,66	2.292.249,56	26.789.497,78	0,94%	11,82%	0,75%	9,64%

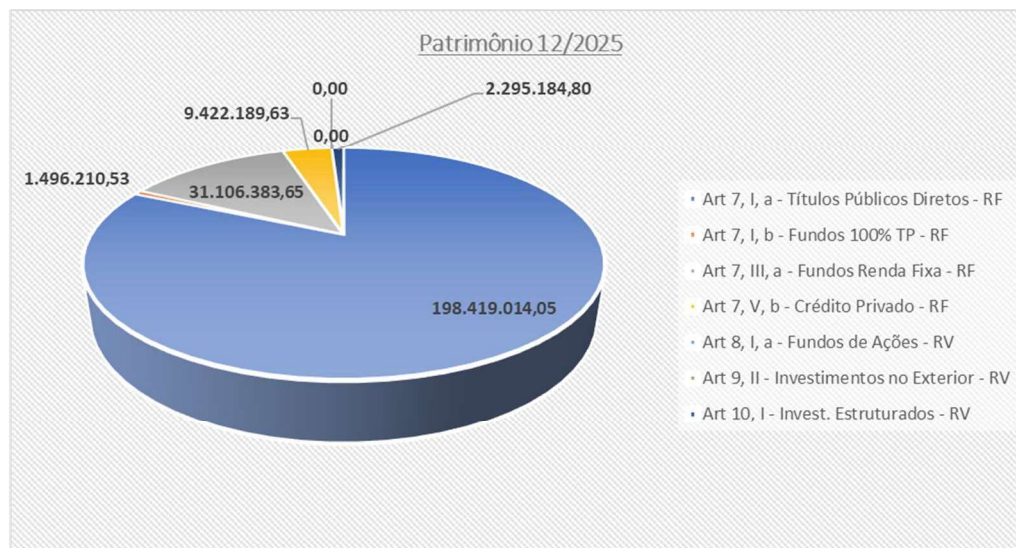
A Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2025 do Instituto de Previdência foi mantida em IPCA+5,16%. Conforme demonstrado na tabela acima, a carteira do Instituto alcançou um rendimento acumulado positivo de 11,82% até dezembro, superando a meta anual de 9,64%. Portanto, o São João Prev superou a meta estabelecida na Política de Investimentos de 2025.

Importante ressaltar que o IPCA de dezembro de 2025, fechou com inflação de 0,33%, enquanto em novembro foi de 0,18%.

Observamos no quadro abaixo, a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo em valores e porcentagens, confrontado com a Política de Investimentos para 2025.

PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, I, a - Títulos Públicos Diretos - RF	198.419.014,05	1.732.951,40	81,74%	66,00%	100,00%	IPCA + 5,16
Art 7, I, b - Fundos 100% TP - RF	1.496.210,53	8.437,22	0,62%	2,00%	100,00%	Meta do Mês 0,94%
Art 7, III, a - Fundos Renda Fixa - RF	31.106.383,65	400.529,02	12,81%	15,00%	70,00%	
Art 7, V, b - Crédito Privado - RF	9.422.189,63	113.927,37	3,88%	2,00%	10,00%	Rentabilidade 0,75%
Art 8, I, a - Fundos de Ações - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	40,00%	Acima da meta 0,19%
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	2.295.184,80	36.404,55	0,95%	5,00%	10,00%	
TOTAL	242.738.982,66	2.292.249,56	100,00%	100,00%		

Nota-se que a alocação da carteira do IPSJBV está abaixo do limite máximo permitido pela Resolução. Considerando ainda que, o Instituto de Previdência de São João da Boa Vista, atualmente está certificado no Pró Gestão RPPS – nível II, o que permite alocação acima da Resolução.



Os membros do Comitê de Investimentos nas suas análises e estratégias dos investimentos, buscam adequar a carteira ao que foi estipulado para o exercício, somado ao cenário econômico para o cumprimento de Meta.

A alocação por enquadramento/artigo segue a determinação do Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963 publicada em

25/11/2021, Subseção I, que estabelece um limite máximo de alocação para os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

A Resolução CMN nº 4.963 que entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, estabeleceu que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão, conforme o Manual do Pró-Gestão RPPS, estarão sujeitos a diferentes limites de alocação.

A nova norma visa vincular os níveis de governança dos RPPS aos limites de alocação, flexibilizando-os para aqueles que aderem a padrões mais rigorosos, aumentando a segurança das aplicações e criando novas oportunidades para os gestores.

Assim, os limites de alocação poderão variar entre os RPPS, dependendo do nível de adesão ao Manual e entre os segmentos de aplicação definidos na Resolução CMN 4.963, que introduziu mudanças significativas em relação à Resolução CMN 3.922.

Na sequência segue demonstrado os Ativos que compõe a carteira do São João Prev no fechamento de dezembro.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90**



TÍTULOS PÚBLICOS DEZEMBRO/2025 - PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.426.147,81	0,00	0,00	4.460.906,60	34.758,79	0,79%	--	--	--	ago/26	905.510,77
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6.385.235,54	0,00	0,00	6.437.259,15	52.023,61	0,81%	--	--	--	ago/26	897.722,61
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 954557	5.254.308,30	0,00	0,00	5.308.847,49	54.539,19	1,04%	--	--	--	ago/26	437.655,59
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.147.190,24	0,00	0,00	2.163.857,33	16.667,09	0,78%	--	--	--	mai/27	440.525,85
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.239.665,69	0,00	0,00	5.281.769,95	42.104,26	0,80%	--	--	--	mai/27	821.590,55
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.192.241,61	0,00	0,00	3.218.236,42	25.994,81	0,81%	--	--	--	mai/27	453.599,29
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 954559	5.068.208,13	0,00	0,00	5.117.325,06	49.116,93	0,97%	--	--	--	mai/27	395.074,41
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.390.807,01	0,00	0,00	5.434.174,66	43.367,65	0,80%	--	--	--	ago/28	837.478,83
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5.320.154,03	0,00	0,00	5.363.650,57	43.496,54	0,82%	--	--	--	ago/28	750.322,53
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 954558	5.211.662,19	0,00	0,00	5.261.104,56	49.442,37	0,95%	--	--	--	ago/28	398.227,11
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.236.148,65	0,00	0,00	5.278.196,98	42.048,33	0,80%	--	--	--	mai/29	820.652,66
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.188.863,14	0,00	0,00	3.214.884,01	26.020,87	0,82%	--	--	--	mai/29	454.013,70
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.091.788,05	0,00	0,00	2.108.581,39	16.793,34	0,80%	--	--	--	mai/29	257.060,08
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.381.864,61	0,00	0,00	5.424.980,56	43.115,95	0,80%	--	--	--	ago/30	833.336,94
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.375.974,11	0,00	0,00	5.418.370,56	42.396,45	0,79%	--	--	--	ago/30	690.644,53
N/A	NTN-B 760199 20320815 / 883914	5.482.720,86	0,00	0,00	5.529.277,03	46.556,17	0,85%	--	--	--	ago/32	621.361,75



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

 CNPJ 05.774.894/0001-90



N/A	NTN-B 760199 20320815 / 920218	5.192.448,70	0,00	0,00	5.241.715,05	49.266,35	0,95%	--	--	--	ago/32	517.861,03
N/A	NTN-B 760199 20330515 / 920219	10.376.925,66	0,00	0,00	10.474.479,67	97.554,01	0,94%	--	--	--	mai/33	1.075.755,23
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.244.035,02	0,00	0,00	2.262.272,56	18.237,54	0,81%	--	--	--	mai/35	623.988,81
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.342.365,16	0,00	0,00	8.408.157,22	65.792,06	0,79%	--	--	--	mai/35	1.046.876,12
N/A	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11.651.974,63	0,00	0,00	11.741.352,52	89.377,89	0,77%	--	--	--	ago/40	3.183.293,63
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4.433.779,32	0,00	0,00	4.467.539,02	33.759,70	0,76%	--	--	--	mai/45	1.013.306,19
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.174.749,19	0,00	0,00	2.191.160,80	16.411,61	0,75%	--	--	--	mai/45	454.730,61
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.173.459,43	0,00	0,00	4.206.481,11	33.021,68	0,79%	--	--	--	mai/45	525.283,50
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.551.554,59	0,00	0,00	5.593.822,53	42.267,94	0,76%	--	--	--	ago/50	1.255.834,34
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.235.531,37	0,00	0,00	2.252.445,25	16.913,88	0,76%	--	--	--	ago/50	463.804,66
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.220.266,98	0,00	0,00	3.245.803,54	25.536,56	0,79%	--	--	--	ago/50	415.463,28
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 994217	2.541.959,42	0,00	0,00	2.564.097,31	22.137,89	0,87%	--	--	--	ago/50	128.318,11
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.552.663,19	0,00	0,00	5.594.896,33	42.233,14	0,76%	--	--	--	mai/55	1.269.038,50
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.175.727,38	0,00	0,00	2.192.184,08	16.456,70	0,76%	--	--	--	mai/55	456.307,01
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.494.705,77	0,00	0,00	4.530.241,04	35.535,27	0,79%	--	--	--	mai/55	565.263,68
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 994218	2.545.351,24	0,00	0,00	2.567.492,40	22.141,16	0,87%	--	--	--	mai/55	139.644,78
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.552.742,54	0,00	0,00	5.595.000,21	42.257,67	0,76%	--	--	--	ago/60	1.256.610,95
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.239.530,71	0,00	0,00	2.256.453,91	16.923,20	0,76%	--	--	--	ago/60	464.598,12
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.221.143,37	0,00	0,00	3.246.663,16	25.519,79	0,79%	--	--	--	ago/60	415.458,75



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

 CNPJ 05.774.894/0001-90



N/A	NTN-B 760199 20600815 / 994219	2.541.273,34	0,00	0,00	2.563.435,02	22.161,68	0,87%	--	--	--	ago/60	137.944,10
N/A	NTN-F 950199 20270101 / 940553	10.547.752,02	0,00	0,00	10.674.803,56	127.051,54	1,20%	--	--	--	jan/27	1.164.040,52
N/A	NTN-F 950199 20290101 / 940554	10.524.152,57	0,00	0,00	10.651.608,69	127.456,12	1,21%	--	--	--	jan/29	1.168.955,17
N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1017894	4.216.896,04	0,00	0,00	4.263.511,00	46.614,96	1,11%	--	--	--	jan/31	264.169,21
N/A	NTN-F 950199 20350101 / 994220	2.521.506,81	0,00	0,00	2.550.355,66	28.848,85	1,14%	--	--	--	mai/35	189.355,63
ART 7º, I, a - Títulos Públicos		192.665.474,42	0,00	0,00	194.357.393,96	1.691.919,54						28.210.679,13

INVESTIMENTOS DEZEMBRO/2025 - PLANO PREVIDENCIÁRIO

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
21.838.150/0001-49	ITAÚ INST ALOC DINÂMICA RF FIC FI	1.487.773,31	0,00	0,00	1.496.210,53	8.437,22	0,57%	0,57%	0,34	134-134	D+0/D+1du	496.210,53
ART 7º, I, b - Fundos de Títulos Públicos		1.487.773,31	0,00	0,00	1.496.210,53	8.437,22						496.210,53

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
07.861.554/0001-22	BB PREV RF IMA-B FI	1.149.136,02	0,00	0,00	1.152.359,90	3.223,88	0,28%	0,28%	0,60	154-153	D+1du/D+1du	8.990,58
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	3.058.366,80	3.632.203,50	6.724.616,02	0,00	34.045,72	0,67%	1,22%	0,05	1361-1360	D+0/D+0	876.156,40
03.737.206/0001-97	FI CAIXA BRASIL RF REF DI LP	2.442.016,95	0,00	0,00	2.471.935,14	29.918,19	1,23%	1,23%	0,05	1318-1304	D+0/D+0	1.475.166,03
03.399.411/0001-90	BRDESCO FI RF REF DI PREMIUM	8.819.005,82	0,00	0,00	8.926.482,54	107.476,72	1,22%	1,22%	0,05	759-761	D+0/D+0	2.440.592,92
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa		15.468.525,59	3.632.203,50	6.724.616,02	12.550.777,58	174.664,51						4.800.905,93



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
 CNPJ 05.774.894/0001-90**



CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
10.783.480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FIC FIF RF CRÉDITO PRIVADO	4.658.148,74	0,00	0,00	4.716.165,55	58.016,81	1,25%	1,25%	0,05	86660-86821	D+4du/D+5du	688.113,37
20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC FI RF CRÉDITO PRIVADO	4.650.113,52	0,00	0,00	4.706.024,08	55.910,56	1,20%	1,20%	0,05	2026-2183	D+0/D+0	677.971,89
ART 7º, V, b - Fundos de renda Fixa		9.308.262,26	0,00	0,00	9.422.189,63	113.927,37						1.366.085,26

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
24.633.818/0001-00	SICREDI - FIM BOLSA AMERICANA LONGO PRAZO	2.258.780,25	0,00	0,00	2.295.184,80	36.404,55	1,61%	1,61%	--	16867-16386	D+0/D+1	295.184,80
ART 10º, I - Fundos Estruturados		2.258.780,25	0,00	0,00	2.295.184,80	36.404,55						295.184,80

TOTAL PLANO PREVIDENCIÁRIO		221.188.815,83	3.632.203,50	6.724.616,02	220.121.756,50	2.025.353,19						35.169.065,65
-----------------------------------	--	-----------------------	---------------------	---------------------	-----------------------	---------------------	--	--	--	--	--	----------------------

TÍTULOS PÚBLICOS DEZEMBRO/2025 - APOORTE PP LEI Nº 5.531/2025

CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1102179	2.023.372,74	0,00	0,00	2.045.906,61	22.533,87	1,11%	--	--	--	jan/31	45.826,68
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1125783	1.997.215,49	0,00	0,00	2.015.713,48	18.497,99	0,93%	--	--	--	ago/30	19.906,37
ART 7º, I, a - Títulos Públicos		4.020.588,23	0,00	0,00	4.061.620,09	41.031,86						65.733,05



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

 CNPJ 05.774.894/0001-90



INVESTIMENTOS DEZEMBRO/2025 - APORTE PP LEI Nº 5.531/2025												
CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	301.004,65	2.112.136,40	0,00	2.425.020,87	11.879,82	1,22%	1,22%	0,05	1361-1360	D+0/D+0	23.181,29
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa		301.004,65	2.112.136,40	0,00	2.425.020,87	11.879,82						23.181,29
TOTAL APORTE PP LEI Nº 5.531/2025		4.321.592,88	2.112.136,40	0,00	6.486.640,96	52.911,68						88.914,34

INVESTIMENTOS DEZEMBRO/2025 - PLANO FINANCEIRO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	5.613.858,95	4.140.361,29	1.511.420,82	37.923,16	1,23%	1,22%	0,05	1361-1360	D+0/D+0	37.923,16
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa		0,00	5.613.858,95	4.140.361,29	1.511.420,82	37.923,16						37.923,16
TOTAL PLANO FINANCEIRO												

INVESTIMENTOS DEZEMBRO/2025 - FUNDO DE OSCILAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	6.318.416,10	121.283,52	0,00	6.517.746,92	78.047,30	1,22%	1,22%	0,05	1361-1360	D+0/D+0	1.987.137,50
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa		6.318.416,10	121.283,52	0,00	6.517.746,92	78.047,30						1.987.137,50
TOTAL PLANO FINANCEIRO (+) FUNDO DE OSCILAÇÃO		6.318.416,10	5.735.142,47	4.140.361,29	8.029.167,74	115.970,46						2.025.060,66



INVESTIMENTOS DEZEMBRO/2025 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	7.843.403,23	230.000,00	70.000,00	8.101.417,46	98.014,23	1,22%	1,22%	0,05	1361-1360	D+0/D+0	3.331.552,01
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa TOTAL TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		7.843.403,23	230.000,00	70.000,00	8.101.417,46	98.014,23						3.331.552,01

TOTAL CONSOLIDADO	Saldo Inicial no mês (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo Final no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Ágio/Deságio Acumulado
	239.672.228,04	11.709.482,37	10.934.977,31	242.738.982,66	2.292.249,56	40.614.592,66



São João Prev

Juntos garantindo o futuro!

Autarquia Municipal criada
pela Lei 1133 - 27/06/2003

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

CNPJ 05.774.894/0001-90

DESCRIPTIVO DA SITUAÇÃO DO CONTENCIOSO

A Procuradoria Jurídica do IPSJBV atua conforme as competências estabelecidas no anexo III da Lei Complementar Municipal nº 4.207/2017, destacando-se na representação do instituto perante órgãos judiciais e administrativos, em todas as instâncias e fases dos processos, com o objetivo de resguardar os direitos e interesses institucionais, dada a importância dos litígios para a saúde financeira do instituto.

Embora a Diretoria Jurídica tenha atribuições diversas, como a elaboração de pareceres relativos a contratos, licitações, projetos de lei, atos normativos e editais, tem oferecido suporte às atividades da procuradoria, especialmente diante do aumento da demanda processual, incluindo situações de incorporação de parcelas destacadas.

A seguir, apresenta-se um resumo dos processos conduzidos pela Procuradoria no mês.

MÊS/ANO	PROTOCOLOS	ATS/PARCELA DESTACADA	REV. BENEFÍCIO - INTEGRALIDADE/ PARIDADE	OUTROS	CONHECIMENTO	EXECUÇÃO	PROCESSOS NOVOS	VALORES PROC. NOVOS
ago/25	89	68	18	3	36	53	3	-
set/25	75	57	16	2	26	49	17	-
out/25	45	35	10	0	12	33	14	406.129,20
nov/25	71	60	11	0	15	56	3	145.335,94
dez/25	16	12	4	0	10	6	7	263.470,14
TOTAIS	296	232	59	5	99	197	44	814.935,28

No mês de dezembro de 2025, o São João Prev efetuou o pagamento de precatórios no Plano Financeiro no montante total de R\$ 43.077,07, enquanto no Previdenciário o montante de R\$ 8.298,74.

A seguir, apresenta-se a relação detalhada dos processos judiciais conduzidos pela Procuradoria do São João Prev no mês de dezembro, demonstrados de forma individualizada, com o objetivo de proporcionar transparência e clareza sobre a atuação jurídica do Instituto no referido período.



PROCESSO	INT/CIT	TIPO DE PETIÇÃO - DEMANDA	PRAZO	PROTOCOLO	FASE
1004249-48.2025.8.26.0568	26/11/2025	PETIÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E PROD PROVAS	02/12/2025	01/12/2025	CONHECIMENTO
1001939-40.2023.8.26.0568	26/11/2025	MANIFESTAÇÃO	02/12/2025	01/12/2025	EXECUÇÃO
1007105-53.2023.8.26.0568	26/11/2025	MANIFESTAÇÃO	02/12/2025	01/12/2025	EXECUÇÃO
1004772-60.2025.8.26.0568	24/10/2025	CONTESTAÇÃO	03/12/2025	01/12/2025	CONHECIMENTO
1004615-87.2025.8.26.0568	27/10/2025	CONTESTAÇÃO	03/12/2025	01/12/2025	CONHECIMENTO
1000948-93.2025.8.26.0568	19/11/2025	CONTRARRAZÕES AO RI	03/12/2025	02/12/2025	CONHECIMENTO
1004036-42.2025.8.26.0568	27/10/2025	CONTESTAÇÃO PARCELA INCORPORAÇÃO	11/12/2025	10/12/2025	CONHECIMENTO
1004577-75.2025.8.26.0568	27/10/2025	CONTESTAÇÃO PARCELA INCORPORAÇÃO	11/12/2025	10/12/2025	CONHECIMENTO
1004583-82.2025.8.26.0568	27/10/2025	CONTESTAÇÃO PARCELA INCORPORAÇÃO	11/12/2025	10/12/2025	CONHECIMENTO
1004499-81.2025.8.26.0568	27/10/2025	CONTESTAÇÃO PARCELA INCORPORAÇÃO	11/12/2025	10/12/2025	CONHECIMENTO
1001929-59.2024.8.26.0568	26/11/2025	PET COMPROVANDO OBRIGAÇÃO DE FAZER	08/12/2025	11/12/2025	EXECUÇÃO
1001097-26.2024.8.26.0568	26/11/2025	PET COMPROVANDO OBRIGAÇÃO DE FAZER	08/12/2025	11/12/2025	EXECUÇÃO
0000590-48.2025.8.26.0568	26/11/2025	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS	17/12/2025	16/12/2025	EXECUÇÃO
0001932-94.2025.8.26.0568	31/10/2025	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS	16/12/2025	16/12/2025	EXECUÇÃO
1004980-44.2025.8.26.0568	25/11/2025	CONTESTAÇÃO	29/01/2026	18/12/2025	CONHECIMENTO
1004862-68.2025.8.26.0568	07/11/2025	CONTESTAÇÃO	21/01/2025	19/12/2025	CONHECIMENTO

São João da Boa Vista, 14 de janeiro de 2026

Ednéia Ridolfi
 Diretora Adm/Financeira

Sérgio Venício Dragão
 Superintendente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7F16-E118-C38F-2AA2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 14/01/2026 11:32:12 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 14/01/2026 11:54:12 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/7F16-E118-C38F-2AA2>